

UMA ANÁLISE DOS
CASAIS
BRASILEIROS
SEGUNDO O AFAZER DOMÉSTICO

MARIANA COUTINHO MAGNANI CARNEIRO



UMA ANÁLISE DOS
CASAIS
BRASILEIROS
SEGUNDO O AFAZER DOMÉSTICO

MARIANA COUTINHO MAGNANI CARNEIRO



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Uma análise dos casais brasileiros segundo o afazer doméstico

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: A autora
Autora: Mariana Coutinho Magnani Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C289	<p>Carneiro, Mariana Coutinho Magnani Uma análise dos casais brasileiros segundo o afazer doméstico / Mariana Coutinho Magnani Carneiro. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1182-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.826232203</p> <p>1. Relações humanas. 2. Administração de conflitos. I. Carneiro, Mariana Coutinho Magnani. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.69</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DA AUTORA

A autora desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

DEDICATÓRIA

A todos que sofrem ou sofreram com desigualdades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que viabilizaram a produção deste trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	1
RESUMO	2
ABSTRACT	3
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 2: ESTUDOS SOBRE O USO DO TEMPO	7
A importância e a mensuração do uso do tempo	7
Pesquisas sobre o uso do tempo.....	7
Breve histórico sobre as pesquisas do uso do tempo	7
Tipos de pesquisa sobre o uso do tempo	9
Estudos e pesquisas sobre o uso do tempo no mundo	10
Estudos e pesquisas sobre o Uso do Tempo no Brasil	21
CAPÍTULO 3: DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES E CONQUISTAS FEMININAS	26
Igualdade.....	26
Gênero	27
Divisão sexual do trabalho.....	31
Histórico do trabalho feminino no Brasil	32
Políticas públicas de gênero no Brasil.....	38
CAPÍTULO 4: FONTE DE DADOS E VARIÁVEIS EM ESTUDO	45
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)	45
Variáveis em estudo.....	48
Conceitos e variáveis da PNAD.....	51
Variáveis construídas.....	53
População-alvo	58
Panorama geral dos domicílios	59
CAPÍTULO 5: ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS CONSIDERANDO O AFAZER DOMÉSTICO	67
Características dos casais segundo as grandes regiões do país	67

Características dos casais segundo a classe de rendimento familiar per capita.....	71
Características dos casais segundo a cor/raça do casal	74
Características dos casais segundo a diferença de idade entre os membros do casal	77
Características dos casais segundo diferença de anos de estudo entre os membros do casal	82
Características dos casais segundo arranjo familiar	85
Características dos casais segundo número de filhos na família	87
Características dos casais segundo faixa etária do filho mais novo da família.....	91
Características dos casais segundo número de idosos na família	94
Características dos casais segundo faixa etária do idoso com idade mais avançada da família.....	97
Características dos casais segundo horas semanais de trabalho do casal	99
Características dos casais segundo a dedicação do casal ao afazer doméstico	102
Características dos casais segundo horas semanais de afazer doméstico do casal	105
Perfis dos casais segundo a dedicação ao afazer doméstico	109
Descrição dos perfis de casais segundo algumas variáveis.....	114
CAPÍTULO 6: ESTUDO DOS CASAIS COM RESPEITO AO AFAZER DOMÉSTICO UTILIZANDO ANÁLISE DE AGRUPAMENTO	121
Análise de conglomerados.....	121
Medidas de similaridade e dissimilaridade.....	122
Métodos para a construção de agrupamentos	123
Grupos (<i>clusters</i>) dos casais em que ambos trabalham segundo variáveis selecionadas	125
CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES.....	142
APÊNDICE A – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO-ALVO.....	142

APÊNDICE B – PERCENTUAL DE CASAIS QUE EXECUTAM AFAZER DOMÉSTICO.....	149
APÊNDICE C – PERFIS DOS CASAIS SEGUNDO ALGUMAS VARIÁVEIS.....	159
APÊNDICE D – ANOVA DAS ANÁLISES DE <i>CLUSTERS</i>	164
SOBRE A AUTORA	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD: afazer doméstico

ATUS: *American Time Use Survey*

BLS: *U.S. Bureau of Labor Statistics*

CATI: *Computer-Assisted Telephone Interviewing*

CDHP: Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa

CF: Constituição Federal Brasileira

CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNPM: Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

DDC: *Décisions dans le couple*

HETUS: *Harmonised European Time Use Surveys*

ICATUS: *International Classification of Activities for Time Use Statistics*

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MLTBA: *Multinational Longitudinal Time Budget Archive*

NSFH: *National Survey of Families and Households*

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONU: Organização das Ações Unidas

PDA: *Personal Digital Assistant*

PME: Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPM: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PRMBH: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2008

QES: *Quality of Employment Survey*

SPM: Secretaria de Políticas para as Mulheres

TPF: Taxa de Participação Feminina no afazer doméstico do casal

UF: Unidade da Federação

RESUMO

UMA ANÁLISE DOS CASAIS BRASILEIROS SEGUNDO O AFAZER DOMÉSTICO

A tradicional divisão de trabalho entre gêneros – em que cabe ao homem as atividades que conferem rendimentos para o sustento da família e às mulheres o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico – tem se modificado. Mudanças no afazer doméstico dos casais vem ocorrendo na sociedade brasileira desde a época do patriarcado. Àquela época as mulheres eram as únicas responsáveis pela organização do lar e apenas os homens exerciam trabalho. Nos dias atuais, as mulheres já se fazem presentes no mercado de trabalho e os homens, nas tarefas domésticas, mas a herança da tradicional divisão sexual do trabalho ainda gera desigualdades de gênero no afazer doméstico. É importante um estudo que analise o tempo dedicado aos afazeres domésticos sob a ótica do casal para dar subsídios à confecção de políticas públicas que auxiliem na minimização das desigualdades na distribuição do trabalho reprodutivo entre os membros dos casais. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar o tempo gasto em afazer doméstico de casais brasileiros ativos no mercado de trabalho segundo algumas variáveis sociodemográficas, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2002, 2007 e 2012. Assim, foram feitas análises considerando várias variáveis, como por exemplo, classe de rendimento familiar per capita, cor/raça do casal, número de filhos na família e, além disso, foram traçados perfis dos casais segundo a taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal. Também foi feita uma análise de agrupamentos desses casais para o ano mais recente do estudo. Pelos dados analisados, conclui-se que a participação dos homens nos afazeres domésticos vem aumentando com os anos, porém o tempo que o homem dedica ao afazer doméstico parece estável ao longo dos anos estudados e é bem inferior ao que a mulher dedica ao afazer doméstico. No entanto, com os anos, cresce o número de casais em que os membros exercem a mesma quantidade de horas em afazer doméstico. Assim, a diferença de gênero nas tarefas do lar parece estar mais estreita com o passar dos anos, mas caminha em marcha lenta.

PALAVRAS-CHAVE: Afazer doméstico. Uso do tempo. Casal. Análise de agrupamentos. PNAD.

ABSTRACT

AN ANALYSIS OF BRAZILIAN COUPLES ACCORDING TO THEIR HOME DUTIES

The traditional division of labor between genders – in which it is up to men the activities that provide income to the family support and it is up to women children care and housework - has been changing. Changes in couple's home duties has been taking place in Brazilian society since the days of patriarchy. At that time women were the solely responsible for household organization and only men wielded work. Nowadays, women are already present in the labor market and men in the household tasks, but the heritage of traditional sexual division of labor still generates gender inequalities in home duties. It is important a study to examine the time spent on household duties from the couple's perspective in order to provide tools to the public policies-making that help to minimize the inequalities in the distribution of reproductive work between mates. Therefore, this work aims to analyze the time used on home duties of Brazilians couples which are active in the labor market according to some social-demographic variables, using data from the "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD" (National Survey by Household Sampling) in years 2002, 2007 and 2012. Also were done analysis considering variables like household income per capita, color / race's couple and number of children in household and, in addition to these analysis couple's profiles were plotted according to Women's Participation Rate in the couple's home duties. Besides, a cluster analysis was made about these couples for the most recent year of the study. From the analyzed data, it is concluded that the men's participation in housework has increased over the years, but the time men dedicates to domestic duties seems stable over the studied years while it is quite less than women's one. However, throughout the years, there is a growing number of couples dedicating the same amount of hours in home duties. Thus, the gender difference regarding household duties seems narrower as years go by even though slowly evolving.

KEYWORDS: Home duties. Use of time. Couple. Cluster analysis. PNAD.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A percepção corrente de que o afazer doméstico é responsabilidade da mulher deriva de uma herança da tradicional divisão sexual do trabalho. Isto exerce influência sobre a organização social e econômica das sociedades, o que gera desigualdades entre os sexos, pois as mulheres ficam sobrecarregadas de trabalho, com déficits no bem-estar, na formação profissional e na saúde (FONTOURA *et al.*, 2010). Além disso, a mulher, por ser responsável pelo trabalho reprodutivo¹, enfrenta dificuldades no mercado de trabalho, tais como promoção na carreira e aceitação em cargos de chefia (FORNETTI, 2014), o que acarreta implicações socioeconômicas.

Muitas mudanças com relação ao comportamento doméstico dos casais ocorreram na sociedade brasileira desde a época do patriarcado. Nessa época havia superioridade masculina e submissão feminina, os casamentos eram arranjados, as mulheres pouco podiam sair de casa e sequer eram alfabetizadas (HAHNER, 2013; AREND, 2013). Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil (século XIX), os costumes sociais se modificaram e, por ser esperado da mulher que esta se apresentasse perante à sociedade, a mulher passou a ter aulas de alfabetização, línguas e música (HAHNER, 2013; AREND, 2013). A urbanização no período da *Belle Époque*² brasileiro (fim do século XIX e início do século XX) trouxe o conceito de sociedade “moderna e higiênica”, em que surgia um novo modelo de família. Nesse novo modelo de família, o amor se fazia presente no matrimônio e poucos casamentos eram arranjados sem consentimento das moças que iriam se casar (SCOTT, 2013). Todos esses modelos de família implicaram em mudanças nos papéis da mulher e do homem na sociedade. Em meados do século XX e no século XXI, já são marcantes a presença feminina no mercado de trabalho e a presença masculina no afazer doméstico. Apesar disso, é lenta a divisão igualitária das tarefas do lar entre os sexos (FONTOURA *et al.*, 2010). Embora a participação da mulher no trabalho produtivo venha crescendo, a participação masculina no trabalho reprodutivo é pequena.

A desigualdade entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, em especial em relação ao uso do tempo no afazer doméstico, tem sido tema de muitos estudos, nacionais e internacionais. Essa assimetria de gênero tem sido um conflito para as mulheres conciliarem vida familiar e trabalho pago, sobretudo para as mulheres casadas e com filhos (MELO, 2009). Faltam políticas sociais que visem à igualdade entre os sexos, o que leva à falta de incentivos e recursos (tais como, horário de trabalho flexível, creches, escola em horário integral, etc) para a mulher trabalhar. É importante incluir a responsabilidade de

1 Trabalho reprodutivo, segundo Fontoura *et al.* (2010, p.11-12), corresponde às “tarefas de preparar ou providenciar a comida, cuidar das crianças, dos idosos, dos enfermos e das pessoas com deficiência, manter a higiene do espaço doméstico e das roupas dos membros da família, zelar pelos cuidados de saúde e de educação de todos, além de outras atribuições presentes em alguns contextos específicos, como providenciar água para a família, plantar e colher o alimento”. Tal definição possui congruência com a definição dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao afazer doméstico.

2 *Belle Époque* é termo francês que significa Bela Época.

outros atores nas tarefas do cuidado da família, de forma a levar a uma distribuição mais igualitária entre mulheres e homens nos afazeres domésticos.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em março de 2003, é uma secretaria que tem como principal objetivo “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (BRASIL, 2015³). Ela tem sido um importante meio de promoção da igualdade entre gêneros, através de suas ações. A SPM promove Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), que se desdobram em Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM).

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), ocorrida em 2011, reafirmou a importância da continuidade das políticas de autonomia das mulheres. A autonomia econômica e a igualdade, no âmbito do trabalho, entre mulheres e homens são fundamentos de “ações específicas que visam à eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase na garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do Brasil” (PNPM 2013-2015). Entre as ações relacionadas ao tema, estão: 1) Realizar campanhas de valorização do trabalho da mulher; 2) Estimular os institutos de pesquisa na produção de dados e indicadores sobre o uso do tempo; 3) Ampliar a construção e o financiamento de creches e pré-escolas públicas; 4) Articular para aprovação da legislação relativa à universalização da licença maternidade de 180 dias e regulamentação e ampliação da licença paternidade; 5) Promover a cultura de compartilhamento do trabalho doméstico entre mulheres e homens.

Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, as políticas pró-equidade de gênero têm avançado, mas, segundo Fontoura *et al.* (2010), ainda existem dificuldades de implantar políticas efetivas. De acordo com Sorj *et al.* (2007), as políticas públicas existentes (implantadas ou não pela SPM) que tratam dos cuidados familiares são pouco desenvolvidas e pouco abrangentes, permanecendo a solução desses conflitos como um assunto privado.

Há muitos estudos nacionais que comparam as horas de afazer doméstico dos homens com as horas de afazer doméstico das mulheres. Todavia, ainda não se tem conhecimento de como os casais distribuem sua dupla jornada de trabalho, nem do quanto os homens se responsabilizam pelo afazer doméstico em uma situação de casal. Logo, é importante um estudo que analise o tempo dedicado aos afazeres domésticos sob a ótica do casal para dar subsídios à confecção de políticas públicas que auxiliem na minimização das desigualdades na distribuição do trabalho reprodutivo entre os casais.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar o tempo gasto em afazer doméstico de casais brasileiros ativos no mercado de trabalho segundo algumas variáveis sociodemográficas, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2002, 2007 e 2012. Assim, foram feitas análises considerando várias

3 Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

variáveis, como por exemplo, classe de rendimento familiar per capita, cor/raça do casal, número de filhos na família e, além disso, foram traçados perfis dos casais segundo a taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal. Também foi feita uma análise de agrupamentos desses casais para o ano mais recente do estudo.

Este livro subdivide-se em sete capítulos. O capítulo 1 corresponde a esta introdução. No capítulo 2, apresenta-se um breve histórico de pesquisas sobre o uso do tempo e, também, uma revisão da literatura sobre o uso do tempo, em que afazeres domésticos estão incluídos. As diferenças entre gêneros e as conquistas femininas são temas abordados no capítulo 3. No capítulo 4, são apresentadas as fontes de dados e as variáveis em estudo, bem como a caracterização da população-alvo. Apresenta-se, ainda, neste capítulo, uma descrição dos domicílios brasileiros nos anos 2002, 2007 e 2012. O capítulo 5 contém as análises das características dos casais (em que ambos os membros trabalham) com respeito às variáveis selecionadas para estudo e descritas no capítulo anterior. Também são analisadas as horas médias semanais de afazer doméstico, com relação às referidas variáveis. No capítulo 6, apresenta-se uma análise multivariada de formação de agrupamentos (conhecida como Análise de *clusters*) dos casais objetos deste estudo, utilizando as variáveis relacionadas ao afazer doméstico, analisadas no capítulo anterior. O capítulo 7 corresponde à conclusão.

Destaca-se que, quando se apresenta o termo trabalho, faz-se referência ao conceito de trabalho definido pelo IBGE e descrito no Capítulo 4. Ao trabalho exercido como afazer doméstico, refere-se nas expressões trabalho reprodutivo, afazer doméstico, tarefas domésticas ou atividades domésticas (ou do lar). Como trabalho total entende-se a soma do trabalho e do afazer doméstico.

CAPÍTULO 2: ESTUDOS SOBRE O USO DO TEMPO

“Uma vez que todos os indivíduos têm o mesmo capital-tempo, e que tudo o que têm comporta uma duração, é possível medir as durações das atividades de sociologia empírica utilizando as pesquisas sobre o emprego do tempo e comparando os resultados de diferentes categorias sociais. Dentre as múltiplas comparações, muitos pesquisadores europeus optam por comparar a duração das atividades de mulheres e homens, o que tornou as diferenças de gênero no uso do tempo em um tema muito atual.” (Martín, 1994, p.105-106)

Neste capítulo, apresenta-se um breve histórico de pesquisas sobre o uso do tempo. Além disso, é feita, também, uma revisão de trabalhos sobre o uso do tempo, em que afazeres domésticos estão incluídos.

1 | A IMPORTÂNCIA E A MENSURAÇÃO DO USO DO TEMPO

A todos é dada a mesma quantidade de tempo a ser utilizada (SZALAI, 1972). A maneira como cada pessoa usa sua quota diária de tempo reflete a estrutura da sociedade à qual pertence e a qualidade de sua vida social (SOUZA, 1972).

O tempo não é percebido da mesma maneira por todas as pessoas nem para todas as atividades humanas. O tempo de uma refeição ou o tempo gasto para se alcançar um ônibus, quando se está com pressa, por exemplo, pode ser sentido de maneira diferente de acordo com a pessoa. Este é o tempo subjetivo, enquanto o tempo físico é aquele contado pelo relógio (SOUZA, 1972).

Souza (1972, p.54) define tempo físico como “medida de movimento linear e não repetitiva, fluindo uniforme e ininterruptamente em unidades divisíveis de igual duração” e tempo subjetivo como “o tempo percebido pela consciência, e sua duração é antes mensurada por meio da vivência de determinados eventos pelo homem”. As pesquisas de uso do tempo restringem-se a medir o tempo físico.

2 | PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO

A mensuração do uso do tempo é feita através de pesquisas do tipo *survey*¹ ou em formato de diário (também chamado de orçamento do tempo), cada qual com suas vantagens e desvantagens, sendo o objetivo último da análise do orçamento do tempo, segundo Souza (1972, p.61), “mensurar e explicar as regularidades na alocação e na realocação do tempo, como chave para descrição e explicação das desigualdades e as mudanças sociais”.

As pesquisas sobre o uso do tempo registram como as pessoas usam seus tempos, reconstruindo as atividades realizadas pelos entrevistados em um intervalo de tempo. Além de quais atividades as pessoas executam, também são questionados aos entrevistados a

¹ Pesquisas do tipo *survey* são aquelas que utilizam o levantamento por meio de perguntas.

duração dessas atividades, com quem e onde as fazem. O questionário de pesquisa sobre o uso do tempo pode considerar a frequência e a ordem das atividades do entrevistado (SOUZA, 1972; MARTÍN, 1994; RAMOS, 2009; AGUIAR, 2010).

2.1 Breve histórico sobre as pesquisas do uso do tempo

Os primeiros investigadores sobre o uso do tempo são de nacionalidade europeia, porém não se sabe ao certo a data da primeira pesquisa sobre o assunto (MARTÍN, 1994). Entre os primeiros estudiosos sobre o tema, se destacam Georges Esdras Bevans, Kathryn E. Walker, Margareth E. Woods e o professor Strumilin (MARTÍN, 1994). Durante a década de 1960, as investigações sobre o uso do tempo se multiplicaram. Os motivos foram o processamento eletrônico de dados e o interesse das emissoras de televisão em conhecer o uso do tempo em audiência de televisão. Alguns anos mais tarde, os estudos do uso do tempo foram utilizados para medir atividades não monetárias e comparar as atividades realizadas por homens e mulheres. Na Espanha, as investigações do uso do tempo começaram a partir da década de 1980 (MARTÍN, 1994). Na Alemanha, a primeira pesquisa de uso do tempo ocorreu em 1991/1992 (STUCKEMEIER, 2013).

As pesquisas diacrônicas e sincrônicas de uso do tempo começaram a ser realizadas ainda na década de 1960 (MARTÍN, 1994). As pesquisas diacrônicas visam observar modificações no uso do tempo de um grupo, cidade ou país entre datas distintas (evolução no tempo). Ressalta-se que as comparações diacrônicas precisam de universos comparáveis, amostras representativas, um mesmo período temporal e uma similar categorização das atividades. As pesquisas sincrônicas se utilizam do mesmo período de tempo. Tais pesquisas são muito utilizadas para comparações internacionais. As comparações internacionais (em pesquisas sincrônicas) tiveram maior repercussão na comunidade científica devido ao trabalho de Alexander Szalai, sociólogo húngaro, que desenvolveu o projeto *Uso de Dados Quantitativos e Políticos, Sociais e Culturais para a Comparação Multinacional*, pela Universidade de Yale em 1963 (MARTÍN, 1994; RAMOS, 2009). Neste projeto, doze países participaram, a saber: Bélgica, Bulgária, Tchecoslováquia (atualmente República Checa e Eslováquia), Alemanha Oriental, Alemanha Ocidental, França, Hungria, Peru, Polônia, Estados Unidos, Rússia e Iugoslávia (que foi desmembrada em Bósnia e Herzegovina, Croácia, Montenegro, República da Macedônia, Sérvia, Eslovênia e Kosovo). Os resultados deste projeto foram publicados em Szalai (1972), sob o nome de *The Use of Time*.

Jonathan Gershuny apresentou, em meados da década de 1980, uma nova linha de investigação, que integra a comparação diacrônica com a comparação sincrônica. As publicações de Gershuny trazem dados de um arquivo de estudos sobre o uso do tempo conhecido como *Multinational Longitudinal Time Budget Archive* (MLTBA), patrocinado pela Fundação Europeia para o Aperfeiçoamento das Condições de Vida e Trabalho (MARTÍN, 1994).

A Organização das Ações Unidas (ONU), em 2004, publicou uma classificação de

atividades no uso do tempo – *International Classification of Activities for Time Use Statistics (ICATUS)* – para facilitar a comparação internacional do tema (RAMOS, 2009). Essa classificação foi fruto de uma necessidade de desenvolver uma classificação internacional de atividades para as estatísticas sobre o uso do tempo que fosse sensível às diferenças entre mulheres e homens no trabalho remunerado e não remunerado, identificada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim (China) em 1995². A ideia era a de fornecer, aos países interessados, uma estrutura de classificação que se adaptasse às circunstâncias de cada país e, ao mesmo tempo, facilitasse comparações internacionais (ONU, 2003³).

Atualmente, na Europa Ocidental, nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália são numerosos os estudos na área do uso do tempo. Na América Latina, alguns países aplicam pesquisas do uso do tempo através de seus institutos de estatística. São eles: Cuba, México, Equador, Uruguai, Chile, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, Bolívia e República Dominicana (RAMOS, 2009).

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma das principais pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou a incluir a pergunta sobre horas de afazer doméstico a partir 2001 (FONTOURA *et al.*, 2010). O afazer doméstico, juntamente com os dados de trabalho são as únicas medidas do uso do tempo na PNAD. Em 2009, foi realizada uma pesquisa piloto no suplemento da PNAD Contínua⁴ sobre o uso do tempo, sob a forma de diário; seus dados, porém, ainda não foram divulgados.

As pesquisas sobre o uso do tempo na América Latina são, de certa forma, incentivadas pela Organização das Ações Unidas (ONU), em razão das discussões ocorridas nas conferências que aconteceram durante a Década da Mulher (1975 a 1985) (RAMOS, 2009).

A divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas, *United Nations Statistics Division*, compila os países que investigam o uso do tempo, que ao todo compreendem 76 países. Alguns países possuem apenas a pesquisa piloto, outros realizaram um número reduzido de pesquisas, enquanto alguns outros países já aplicam esse tipo de pesquisa há longa data. Nem todos os dados estão disponíveis e nem todas as pesquisas utilizam a

2 A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz foi um encontro organizado pelas Nações Unidas (ONU) em setembro de 1995 em Pequim, China. Participaram do evento 189 governos e mais de 5.000 representantes de 2.100 ONGs. Os principais temas tratados foram : 1) O avanço e o empoderamento da mulher em relação aos direitos humanos das mulheres; 2) Mulher e pobreza; 3) Mulher e tomada de decisões; 4) A criança do sexo feminino; 5) Violência contra a mulher. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Pequim_de_1995>. Acesso em 10 nov. 2015.

3 Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/methods/timeuse/icatus/icatus_1.htm>. Acesso em: 01 jul. 2014

4 O IBGE implantou a PNAD Contínua, que “substituirá as estatísticas sobre mercado de trabalho obtidas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego - PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, potencializando os resultados produzidos por ambas, agregando, em relação à primeira, a cobertura do território nacional e, em relação à segunda, a disponibilização de informações sobre trabalho com periodicidade de divulgação que permitirá a análise conjuntural do tema” (IBGE, 2014). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

classificação *ICATUS* (ONU, 2013⁵).

2.2 Tipos de pesquisa sobre o uso do tempo

Para coletar informações sobre o uso do tempo, pode-se utilizar as pesquisas do tipo *survey* ou as pesquisas em formato de diário, conforme já exposto na seção 2.1. As pesquisas do tipo *survey* são o formato clássico de pesquisa, em que o questionário é estruturado em forma de perguntas que o entrevistador faz, pessoalmente, ao entrevistado (AGUIAR, 2010). Já nas pesquisas que empregam o diário, o questionário é entregue ao respondente para este preenchê-lo com todas as tarefas que realiza no seu dia, com intervalos de, normalmente, 5, 10 ou 15 minutos (SOUZA, 1972; MARTÍN, 1994; RAMOS, 2009; AGUIAR, 2010; FONTOURA *et al.*, 2010). O diário registra o uso do tempo, reconstruindo as atividades realizadas pelas pessoas entrevistadas em um intervalo de tempo – geralmente uma semana. No diário, levanta-se quais as atividades realizadas, o tempo de cada uma dessas atividades, se são realizadas na companhia de alguém e o local da atividade (MARTÍN, 1994; RAMOS, 2009; AGUIAR, 2010).

No diário do uso do tempo, também registram-se as atividades que são realizadas concomitantemente a outras e o tempo dedicado a cada uma delas (RAMOS, 2009; FONTOURA *et al.*, 2010). Se duas tarefas são realizadas ao mesmo tempo, uma delas é considerada principal – ou primária – e a outra secundária. Em geral, nas análises, são consideradas apenas as tarefas primárias (RAMOS, 2009).

As pesquisas sobre o uso do tempo utilizam diferentes referências de período de tempo. Algumas pesquisas analisam um dia considerado típico; outras, um dia da semana e um domingo. Há, ainda, as pesquisas que consideram períodos ao longo de um ano típico, a fim de captar sazonalidades (RAMOS, 2009). O mais comum é captar as informações do uso do tempo por uma semana, considerada típica⁶.

Internacionalmente, o uso do diário é mais utilizado para aferir uso do tempo, embora alguns países – como o Canadá e os Estados Unidos – utilizem, também, enquetes telefônicas como forma de levantamento das informações do uso do tempo (AGUIAR, 2010).

No Brasil, desde 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – pesquisa do tipo *survey* – inclui a pergunta sobre horas de afazer doméstico em seu questionário. Em 2009, o suplemento da PNAD Contínua averiguou o uso do tempo com a forma de levantamento em diário (FONTOURA *et al.*, 2010). Esta foi uma pesquisa piloto sobre o tema, que ainda não teve seus dados divulgados.

5 Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/tuse/>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

6 Semana típica é uma semana que é padrão, ou seja, aquela que é considerada de rotina.

3 | ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO NO MUNDO

Uma referência importante no estudo sobre o uso do tempo é o sociólogo húngaro Alexander Szalai, devido ao seu trabalho *The Use Of Time* (SZALAI, 1972), que criou padrões metodológicos referenciais para o estudo do uso do tempo. Este foi o primeiro grande estudo multinacional do uso do tempo (RAMOS, 2009). A pesquisa sobre o uso do tempo comandada por Szalai, que culminou na publicação supracitada, foi realizada em 12 países, a saber: Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Bélgica, Bulgária, Tchecoslováquia, Estados Unidos, França, Hungria, Iugoslávia, Peru, Polônia e Rússia. Esta pesquisa foi realizada nos anos de 1965 e 1966 e foram entrevistadas 30 mil pessoas (SZALAI, 1972).

A publicação de Szalai conta com um total de 24 capítulos, escritos por alguns autores. Um dos capítulos mais citados é o capítulo 6 (*Everyday life in twelve countries*), uma obra dos autores John P. Robinson, Philip E. Converse e Alexander Szalai. Neste capítulo, Robinson *et al.* identificaram, entre outras constatações, que não há uma correlação positiva entre o número de crianças no domicílio e o montante de tarefas domésticas per capita (ROBINSON *et al.*, 1972). Além disso, Robinson *et al.* (1972) perceberam que a mulher que mantém a dupla jornada de trabalho (trabalho remunerado e afazer doméstico) situava-se, em termos de tempo gasto em trabalho (trabalho remunerado), entre as pessoas (homens e/ou mulheres) que apenas trabalhavam e as que apenas se dedicavam ao afazer doméstico. Essa mulher de dupla jornada, quando tinha o tempo das duas tarefas somadas, se mostrava mais ocupada com, aproximadamente, uma ou duas horas a mais do que os seus colegas de trabalho (os que apenas trabalham) e as donas de casa (as que se ocupam apenas do afazer doméstico). Esse cenário apareceu em todos os países pesquisados (ROBINSON *et al.*, 1972). Os dados do orçamento do tempo permitiu ao autor concluir que a questão da dupla jornada feminina ainda não estava adequadamente resolvida em nenhum dos países pesquisados e as substanciais desigualdades na divisão sexual do trabalho permaneciam em todos os lugares (ROBINSON *et al.*, 1972).

Robinson *et al.* (1972) citam que, em todos os países estudados, a demanda de afazeres domésticos aumentava à medida que aumentava a complexidade do afazer doméstico ou o tamanho da família. Os homens solteiros dispensavam pouco tempo ao círculo familiar. Mesmo antes dos filhos nascerem, o casamento já aumentava a demanda doméstica e, como consequência, diminuía o tempo livre. Com filhos, aumentavam os afazeres domésticos, não só relativos ao cuidado com os filhos, mas também ao aumento das atividades domésticas correlatas.

Algumas tarefas de um domicílio, segundo Robinson *et al.* (1972), seguem a tradicional divisão sexual do trabalho, ou seja, o que é considerado tarefa de mulher (como cuidar de crianças e de idosos) e o que é considerado tarefa de homem (como reparos da casa). Apesar da diversidade cultural dos países estudados, as esperadas

diferenças de papel apareceram de forma bem acentuada em todos esses países. Os homens empregados, em geral, contribuíam com a demanda doméstica nas tarefas ditas masculinas (os homens estavam mais envolvidos em atividades de manutenção física da residência: reparos de móveis, cuidados com o jardim, etc), porém mais nos dias em que não trabalhavam. Ao longo da semana, a média de tarefas executadas pelo homem era de pouco mais de meia hora por dia. Entretanto, no montante total de tarefas que um domicílio exige, a maior carga era da mulher.

Na mesma publicação, o autor Converse escreve um capítulo (capítulo 7, *Country differences in time use*) sobre diferenças entre países no uso do tempo. Com o intuito de verificar a similaridade de pares de países, Converse utilizou a distância euclidiana para medir as horas diárias no uso do tempo (CONVERSE, 1972). Assim, Converse produziu uma tabela de dupla entrada, em que tanto na linha quanto na coluna estão os países e, no corpo da tabela, estão as medidas de similaridade entre países das horas diárias no uso do tempo (CONVERSE, 1972).

Com respeito às diferenças no período de tempo das pesquisas, Martín (1994) destaca que a comparação dos dados para estudo sobre o uso do tempo requer o cumprimento de regras metodológicas, já que as pesquisas podem apresentar diferenças: 1) no período de tempo adotado. Por exemplo, em algumas pesquisas, se diferenciam os dias de semana de fins de semana; em outras pesquisas não se faz esta distinção. Alguns questionários consideram as 24 horas do dia, outros consideram as horas a partir do acordar; 2) na amostra: algumas investigações usam amostras probabilísticas, outras não probabilísticas; certas pesquisas têm abrangência nacional, outras local; deve-se atentar para a taxa de não resposta da pesquisa, o que pode pôr em dúvida a sua validade; e 3) na codificação: algumas pesquisas se utilizam de códigos objetivos e detalhados, enquanto que, em outras, os analistas precisam fazer julgo subjetivo; algumas investigações levam em conta as atividades secundárias e outras apenas as primárias (MARTÍN, 1994).

Souza (1972) realizou análises descritivas a partir de dados de outros autores sobre o uso do tempo. Utilizando os dados do estudo de Madeleine Guilbert *et al.*⁷ sobre o uso de tempo de trabalhadores na região de Paris (em que foram entrevistados 696 trabalhadores adultos em 1963 sobre suas atividades em dias da semana e no domingo), percebeu que os homens trabalhavam (trabalho formal), em média, 30 minutos diários a mais do que as mulheres. Ele também mostrou que os gastos de tempo em transporte e em sono eram, aproximadamente, os mesmos para os dois grupos. As mulheres dispunham, em média, de menos duas horas e meia diárias de tempo livre, devido às tarefas domésticas, em que estava incluído o cuidado de crianças, que ocupavam três horas e 18 minutos do dia típico da mulher contra seis minutos, em média, do dia masculino. Souza observou, também, que as atividades domésticas pareciam ser um componente “fixo” do dia feminino. Isto significa

⁷ GUILBERT, Madeleine *et al.* Enquête comparative de budgets-temps (II). Revue Française de Sociologie, v.6, n.4, oct./dec. 1965, p. 487-512.

que, a cada incremento do tempo de trabalho e de transporte, correspondia uma redução do tempo discricionário, inclusive o tempo de sono. Esses dados consideraram apenas homens e mulheres adultos engajados na força de trabalho (SOUZA, 1972).

Ao analisar os dados do Projeto Multinacional de uma Pesquisa de Orçamentos de Tempo, de 1965, que abrangeu dez países ocidentais (Estados Unidos, França, Bélgica e Alemanha Ocidental) e euro-orientais (União Soviética, Hungria, Polônia, Bulgária, Iugoslávia e Tchecoslováquia), Souza (1972) comparou os tempos dos homens com os das mulheres e percebeu que o tempo de trabalho formal era consistentemente menor para mulheres, mas as mulheres gastavam, em média, cerca de duas horas diárias a mais em afazeres domésticos. Também verificou que os homens dos países euro-orientais gastavam cerca de 30 minutos diários a mais em trabalho formal do que os homens dos países ocidentais.

Quando Souza (1972) estuda os dados pesquisados por F. Stuart Chapin Jr. e Thomas Logan, com 1.467 domicílios nos Estados Unidos, em 1960, verifica que o aumento da jornada de trabalho tendia a confinar mais o trabalhador em seu mundo doméstico, confirmando a citação de Alexander Szalai de que o aumento do tempo de trabalho tende a comprimir mais o tempo gasto em recreação e em estudos, do que o tempo de sono e de descanso (SOUZA, 1972).

Outros dois estudos interessantes analisados por Souza (1972) possibilitaram a comparação diacrônica do uso do tempo em uma diferença de quase 30 anos de dois países, os Estados Unidos e a União Soviética. Por esses estudos, foi possível a verificação de como a industrialização modificou o uso do tempo. Os dados dos Estados Unidos são de 1934 e de 1966⁸, e da União Soviética são de 1924 e 1959. Na União Soviética, a jornada de trabalho diminuiu cerca de 10%, tanto para homens, quanto para mulheres. As horas diárias de afazer doméstico também foram reduzidas, tanto para homens (em 0,1 horas diárias), quanto para mulheres (em 0,5 horas diárias), embora, nesses 35 anos, tenha aumentado o tempo de dedicação masculina para com o cuidado com as crianças, de 0,2 horas diárias para 0,4 horas diárias. Para as mulheres, o tempo para cuidado com as crianças aumentou nesses 35 anos, passando de 0,1 horas diárias para 0,6 horas em 1959.

Nos Estados Unidos, observou-se um decréscimo no tempo médio de trabalho, o que, segundo o autor, pode ser um viés, uma vez que a pesquisa de 1934 foi realizada durante a Depressão. Assim, o autor afirma haver outras evidências de que a jornada semanal de trabalho estava aumentando desde 1947. Apesar de o tempo de trabalho aumentar, as horas de afazer doméstico não caíram e, para as mulheres, houve até um acréscimo, cerca de uma hora e 30 minutos diariamente. O autor tenta explicar esse aumento pela dificuldade de contratação de empregadas domésticas e ainda afirma que a

8 Os dados de 1934 são apresentados em um estudo de G. Ludberg, Mirra Komarovski e M. McInerney (Leisure: a suburban study. New York, Columbia University Press, 1934); e os de 1966 em um estudo de Philip E. Converse e John P. Robinson.

posse de eletrodomésticos não significou uma redução no tempo das tarefas domésticas.

Assim como o tempo de afazer doméstico é maior para as mulheres do que para os homens, o tempo de trabalho é maior para os homens do que para as mulheres, nos dois países observados. Ainda assim, o tempo total de trabalho da mulher (trabalho mais afazer doméstico) foi reduzido em ambos os países, refletindo a mudança do papel da mulher na sociedade (SOUZA, 1972).

Souza (1972) destaca a complexidade do assunto ‘tempo de transporte’ na análise do uso do tempo. A grosso modo, faz-se a referência de que o tempo gasto no trajeto residência-trabalho revela a localização residencial e, conseqüentemente, sua classe social. Um estudo do tempo gasto em transportes realizado por James N. Morgan nas 12 maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos sugere que essa afirmativa depende da observação de outras variáveis. O estudo revelou que é preciso observar o tamanho da cidade, pois, para as cidades de médio porte (onde a maioria das pessoas trabalham no centro da cidade), é a distância entre a residência e o trabalho que determina o tempo de deslocamento. Já nas grandes áreas urbanas, onde uma grande parcela da população trabalha fora do centro da cidade, é a velocidade da viagem – e não a distância entre a residência e o trabalho – que determina o tempo gasto em transporte (SOUZA, 1972).

Coverman (1983) estudou a relação entre o afazer doméstico e o trabalho remunerado, estimando a influência relativa de horas dedicadas ao afazer doméstico (incluindo o cuidado com as crianças) nos salários de mulheres e homens. A autora presumia que o envolvimento em atividades domésticas afetava negativamente os salários, sendo um fator importante para explicar os salários mais baixos das mulheres em relação aos homens. Os dados utilizados no estudo provieram da pesquisa norte-americana *Quality of Employment Survey (QES)*, de 1977. Essa pesquisa, realizada com 1.515 respondentes, sendo 541 mulheres e 968 homens, incluía perguntas sobre as tarefas da casa e o cuidado com as crianças, gerando 887 variáveis. A pesquisa selecionou pessoas maiores de 16 anos de idade que realizavam trabalho remunerado de 20h semanais ou mais. Para o estudo de Coverman, foram selecionadas as pessoas que realizavam ambas as tarefas: as de afazer doméstico e as de trabalho remunerado. O número de pessoas de cor/raça não branca era muito pequeno para realizar uma análise em separado, portanto a análise foi restrita a pessoas de cor/raça branca, empregadas e casadas. Assim, a autora obteve uma amostra de 698 homens e 240 mulheres para seu estudo.

A autora realizou análises descritivas e, também, uma regressão múltipla em que as seguintes variáveis foram estudadas: 1) idade, 2) tempo da mulher com cuidado com as crianças, 3) número de crianças (0 a 5 anos, e 6 a 17 anos), 4) anos de estudo completos, 5) quantidade de funcionários que a empresa onde trabalha tem, 6) associação sindical, 7) localização do local de trabalho (centro de cidade ou periferia), 8) classe de trabalho (assalariados, ou empregadores e autônomos), 9) salário -- sendo salário a variável dependente -- e 10) atitude do papel-sexual. A variável atitude do papel-sexual é

derivada de duas variáveis categóricas, que mediam a concordância/discordância quanto à tradicional divisão sexual do trabalho, ou seja, o homem ser o responsável pelo trabalho remunerado e a mulher ser a responsável pelo afazer doméstico e pelo cuidado das crianças, e concordância/discordância se uma mãe que trabalha consegue ter o mesmo bom relacionamento com seus filhos do que uma mãe que não trabalha.

O estudo examinou ligações entre as atividades da família e do trabalho. Os resultados da regressão confirmaram a hipótese de que o tempo que as mulheres e os homens casados gastavam em afazer doméstico e com o cuidado com as crianças exercia uma influência negativa sobre os seus salários. Estes resultados, segundo a autora, mostraram existir uma ligação importante entre as esferas familiar e econômica, em que a desigualdade na divisão sexual do trabalho familiar ajudaria a perpetuar a desigualdade sexual no mercado de trabalho.

A autora também avaliou se essa relação entre afazer doméstico e salário persistia sob a ótica da classe de trabalho, assim observou se os ganhos específicos do sexo também ocorriam dentro das duas classes de trabalho (assalariados, ou empregadores e autônomos). Entre os homens, foi confirmada a expectativa de que os salários de apenas aqueles da classe de assalariados era reduzido, como resultado do tempo que eles gastavam realizando afazer doméstico. Entre as mulheres, no entanto, o efeito foi contrário ao esperado: o tempo gasto em afazer doméstico tinha um efeito redutor no salário mais intenso sobre as mulheres da classe de empregadores e autônomos do que sobre a classe de mulheres assalariadas.

A autora também observou que a divisão entre os sexos do afazer doméstico não variava de acordo com classe de trabalho. Assim, Coverman destacou que a política social pode facilitar uma divisão interna mais igualitária do trabalho através uma variedade de soluções extrafamiliares implementadas, com relativo sucesso, em muitos países industrializados. Estas incluem creches patrocinadas pelo empregador ou pelo governo, pagamentos de donas de casa e mudanças na organização do trabalho, tais como horários flexíveis e benefícios para maternidade e paternidade.

Em 1994, Eduardo V. Raldúa Martín, da *Universidad Complutense de Madrid*, tendo como base metodológica na pesquisa de Szalai (1972), realizou um estudo que culminou em um artigo publicado sobre o uso do tempo de homens e mulheres a partir da comparação de 22 países, a saber: Alemanha, Austrália, Áustria, Bulgária, Canadá, Coreia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Hungria, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Reino Unido, Rússia e Suécia. Neste estudo, os anos em que foram realizadas as pesquisas nos diferentes países são distintos, variando de 1984 a 1992⁹. O autor, utilizando os dados provenientes do banco de dados da Divisão

9 Os dados da Polônia e Reino Unido são de 1984, dos Estados Unidos, Hungria e Rússia são de 1986, da Dinamarca, Espanha, Finlândia e Letônia são de 1987, da Bulgária, Holanda e Lituânia são de 1988, da Itália são de 1989, da Coreia e Noruega são de 1990, do Japão e Suécia são de 1991, da Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá e Israel são de 1992.

de Estatística das Nações Unidas e do estudo de CAÏS, Jordi (1987)¹⁰, teve como objetivo analisar as semelhanças e diferenças no uso do tempo desses 22 países, bem como as desigualdades de gênero considerando trabalho e lazer (MARTÍN, 1994). Neste estudo, a unidade de pesquisa é a pessoa, os dados são medidos em horas semanais, separados em horas de trabalho e horas de trabalho não remunerado. O autor estabelece que trabalho não remunerado engloba afazer doméstico, cuidado com os filhos e outras atividades relacionadas ao domicílio. Martín estabelece as diferenças existentes entre os distintos países e conclui a “materialização em escala internacional de algumas desigualdades de gênero” (MARTÍN, 1994, p.106).

No estudo de Martín (1994), foi constatado que, para alguns países (Espanha, Itália, Bulgária e Polônia), as mulheres se dedicavam muito mais ao trabalho total do que os homens (onde o tempo total de trabalho corresponde à soma do tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao afazer doméstico) e, em outros países (Holanda, Israel, Canadá e Noruega), as diferenças eram menores. Apenas na Austrália, Suécia, Dinamarca e Estados Unidos os homens trabalhavam mais que as mulheres. Porém, em todos os países estudados, o cuidado com crianças era uma atividade essencialmente feminina. Em nenhum país, o trabalho não remunerado era realizado mais por homens do que por mulheres, assim como, em nenhum país, o trabalho remunerado tinha mais dedicação das mulheres.

Em seu trabalho, Martín (1994) apresentou muitas análises descritivas e, também, um índice de similaridade entre países, como o que Philip Converse aplicou no Projeto de Investigação Multinacional e Comparação de Pressupostos de Tempo. Martín queria concluir se o emprego do uso do tempo de homens e mulheres – mais especificadamente, as horas dedicadas ao trabalho (trabalho remunerado e trabalho não remunerado) – se associava à renda per capita de cada país. Assim observou que, para os homens, quanto menor era a renda per capita, maior era o número de horas dedicadas ao trabalho remunerado e, conforme se incrementava a renda, diminuía o trabalho remunerado. Isso acontecia até a marca de 25 mil dólares; a partir desse valor, o trabalho recebia uma nova dimensão e aumentavam-se as horas dedicadas ao trabalho.

Quanto ao trabalho não remunerado dos homens, as variações entre países obedeciam mais às singularidades sociais e culturais de cada país. Para as mulheres, também se constatou uma tendência parecida à dos homens, porém mais pronunciada: conforme aumentava a renda, decrescia o número de horas empregadas no trabalho remunerado, até o valor de 25 mil dólares; a partir dessa cifra, se iniciava uma tendência de crescimento. Isto porque, segundo o autor, ou tratava-se de um interesse econômico trabalhar, ou porque o mercado de trabalho de países com economias mais fortes ofereciam mais oportunidades para mulheres. Em geral, as mulheres dedicavam mais tempo ao trabalho não remunerado que ao trabalho remunerado, porém, em alguns países (Rússia,

10 CAÏS, Jordi (1987): Metodología del análisis comparativo, Madrid: CIS, Cuadernos Metodológicos, p. 21.

Bulgária, Lituânia, Letônia e Coreia), a situação se invertia (MARTÍN, 1994).

Assim, as diferenças encontradas no trabalho remunerado para os distintos países, tanto no caso dos homens quanto das mulheres, levaram o autor a dizer que as atividades estavam relacionadas parcialmente com a renda per capita, com o sistema produtivo e com o mercado de trabalho, enquanto que a disparidade entre países com respeito ao trabalho não remunerado parecia estar ligada à estrutura social e cultural do país (MARTÍN, 1994).

Bianchi *et al.* (2000) estudaram a realocação do tempo em afazer doméstico de homens e mulheres norte-americanos devido ao ingresso da mulher no mercado de trabalho. Os autores utilizaram dados de pesquisas sobre o uso do tempo ocorridas nos anos de 1965, 1975, 1985 e 1995. Os estudos de 1965 e de 1975 foram realizadas por entrevistas pessoais, enquanto que as pesquisas 1985 e 1995 foram realizadas, em parte ou totalmente, por telefone. A unidade de análise é a pessoa e compõem a amostra 6.740 pessoas, sendo 3.016 homens e 3.724 mulheres. O quantitativo amostral se refere aos quatro anos de pesquisa citados. Também foram utilizados dados de casais, provenientes da pesquisa *National Survey of Families and Households (NSFH)* dos períodos 1992-94 e 1987-88. Ao todo, foram analisados 4.107 casais.

Segundo os autores, apesar de não ser tão pronunciada como em décadas anteriores, na década de 1990, os afazeres domésticos ainda eram executados majoritariamente pelo sexo feminino. Apesar disso, a jornada feminina em afazer doméstico vinha diminuindo. A tendência da mulher pertencer ao mercado de trabalho refletiu em uma constante diminuição nos afazeres domésticos nos anos 1980, até o ponto em que pôde-se verificar que, na década de 1990, a mulher americana executava um pouco mais da metade das horas que uma mulher na década de 1960 fazia. Os homens, por sua vez, executavam mais afazer doméstico em 1995 do que em 1965, tanto os homens casados quanto os homens solteiros. Ainda assim, a segregação de tarefas domésticas ainda existia na década de 1990, com as esposas executando as tarefas rotineiras e tradicionalmente femininas e os maridos realizando tarefas mais esporádicas. Nos casais, os autores perceberam que as esposas são mais afetadas do que os homens pelas exigências da vida familiar.

Os autores também verificaram um aumento, do ano 1965 para 1995, nas horas de afazer doméstico para os homens solteiros. Esse aumento, ocorrendo para todos os homens (casados e solteiros), pode indicar uma mudança cultural sobre a ideia do “trabalho da mulher”. Segundo os autores, não se sabe identificar porque a tendência de aumento das horas dedicadas pelos homens nas tarefas domésticas da década de 1960 parou de crescer no período mais recente (décadas de 1980 e de 1990), enquanto as horas das mulheres continuaram em declínio. Essa “freada” pode indicar que os homens continuarão sua dedicação ao afazer doméstico nas próximas décadas, mas a um ritmo mais lento, ou existirá um limite (máximo) de horas que os homens dedicarão ao afazer doméstico. É provável que esse limite máximo ocorra, a menos que haja significativas mudanças em como trabalho remunerado está estruturado, ou nas relações de gênero de forma mais

geral (BIANCHI *et al.*, 2000).

Craig *et al.* (2010) estudaram o uso do tempo de casais com filhos e de casais sem filhos, investigando a divisão sexual do trabalho nos domicílios. O objetivo era verificar como os resultados variavam entre países com diferentes horas médias de trabalho, diferentes famílias, diferentes políticas sociais e diferentes atitudes culturais de cuidados com a família. Os autores utilizaram, das pesquisas nacionais, dados de uso do tempo dos Estados Unidos (2003), Austrália (2006), Itália (2002/2003), França (1999) e Dinamarca (2002) – com um total de 5.337 observações – e compararam o trabalho remunerado e não remunerado de casais sem filhos e casais com crianças pequenas em cada país. Assim, a unidade de análise é o casal. Na pesquisa norte-americana, a unidade de análise é a pessoa adulta. Para trabalho remunerado, foi contabilizado o tempo despendido no trabalho principal, no trabalho secundário e em outras atividades não especificadas associadas ao emprego. Como afazer doméstico, foram consideradas as atividades de cozinhar, limpar, lavar, fazer jardinagem, cuidar dos animais domésticos, pequenos consertos, fazer trabalho do tipo *do-it-yourself*¹¹, fazer compras, gerir o lar, cuidar de adultos da residência (idosos ou enfermos), fazer viagens associadas às atividades domésticas e outras atividades não associadas ao afazer doméstico. O cuidado com as crianças engloba cuidado físico e supervisão da criança, atividades educativas (como leitura, aprendizado de leitura/escrita), viagens associadas à criança e outras atividades associadas ao cuidado da criança não foram incluídos o tempo em que os pais estavam realizando outras atividades (atividades secundárias).

Craig *et al.* (2010) fizeram uma análise do tempo médio despendido em trabalho remunerado, afazer doméstico e cuidado com as crianças, por gênero e *status* de paternidade (casais com filhos ou casais sem filhos) para os cinco países estudados, separadamente. Para os países em que os dados eram pareados¹² (Itália, Austrália, França e Dinamarca), foi realizado o teste T pareado (*paired t Test*), para cada família, com ou sem crianças. No caso dos Estados Unidos, foi aplicado o teste T independente (*independent-samples t Test*), uma vez que a amostra desse país era composta por homens e mulheres de diferentes famílias. Para testar se a presença de crianças está associada com a divisão sexual do trabalho, livre de outras influências, e se existiam diferenças entre países, foi feita uma regressão múltipla, em que a variável resposta era o tempo gasto em trabalho remunerado e em afazer doméstico. As variáveis independentes utilizadas foram país, sexo e presença de criança de 0 a 4 anos de idade na família. Como variável de controle, foi incluído no modelo se a pessoa exercia trabalho remunerado. Além da regressão, também foram realizadas análises descritivas, confrontando as horas médias semanais de trabalho total (trabalho remunerado, afazer doméstico) de famílias que não possuíam crianças e de

11 Do-it-yourself é expressão da língua inglesa e significa “faça você mesmo”. Trabalho do tipo do-it-yourself é o afazer doméstico que não necessita de contratação de serviço, pode ser feito pelo próprio morador da residência.

12 Dados pareados são aqueles coletados em pares. Para este estudo, são os dados por casal.

famílias com crianças na faixa etária de 0 a 4 anos, para os países em estudo e para os sexos masculino e feminino.

Com o estudo, os autores concluíram que, em todos os países, as famílias com crianças despendiam substancialmente mais tempo em trabalho remunerado e não remunerado do que as famílias sem filhos e que mães realizavam muito mais afazer doméstico do que os pais. Também em todos os países, as mães ajustam as tarefas domésticas para atender as necessidades de cuidados com as crianças, e é a vida diária das mulheres, e não a dos homens que mudam quando se têm filhos. Houve variações substanciais entre países, o que sugere que as políticas e as culturas exercem influência no tempo demandado pelas famílias com crianças em relação às famílias sem crianças. A diferença entre o tempo demandado pelas famílias com crianças e o tempo demandado pelas famílias sem crianças foi menor na Dinamarca e na França, países em que há alta utilização dos serviços de creche e de educação infantil. Essa diferença foi grande nos Estados Unidos e na Austrália. Nesses dois países, se discute se o serviço de cuidado (creche e educação infantil) é prejudicial ao desenvolvimento das crianças, e há um forte ideal de que as crianças pequenas necessitam da atenção constante dos pais.

Schouten *et al.* (2012) realizaram, entre janeiro de 2010 e março de 2011, uma pesquisa nos distritos de Castelo Branco e Braga (Portugal), através de questionário, grupos focais e entrevistas semi-diretivas¹³. A pesquisa procurou averiguar a relação entre gênero e uso do tempo. A pesquisa mostrou como o tempo livre em família é diferenciado para homens e mulheres, e também para classes sociais, evidenciando desigualdades.

A pesquisa foi realizada em etapas. Primeiramente foi aplicado um questionário e a amostra foi construída atendendo às características dos respetivos distritos e à tipologia das áreas urbanas construída pelo Instituto Nacional de Estatística, de Portugal. Procedeu-se à seleção de um número de indivíduos e a cada um deles foi atribuído uma percentagem de enquetes em função da variação populacional. Posteriormente, fixaram-se quotas considerando a idade e o sexo. A pesquisa incluiu quatro sessões de grupos focais, cuja composição foi definida atendendo ao equilíbrio entre o número de homens e de mulheres, assim como a situação perante o trabalho. Na última fase do trabalho de campo, foram feitas entrevistas em profundidade a onze casais. Estes casais foram selecionados tendo em conta as características socioprofissionais e o fato de terem, ou não, filhos. Foram escolhidos, preferencialmente, casais na categoria etária entre os 30 e os 40 anos de idade, devido aos estudos mostrarem que, nesta categoria etária, a pressão do tempo é mais elevada (SCHOUTEN *et al.*, 2012).

Entre outras conclusões, as autoras observaram que mais homens do que mulheres definiam o tempo no espaço doméstico e familiar como “tempo livre” ou “tempo de lazer”.

13 Entrevista semi-diretiva é aquela em que “apesar do guião elaborado pelo entrevistador, o entrevistado tenha liberdade para desenvolver as situações na direcção que considere adequada” (BATISTA, 2009, p.42 apud MARCONI *et al.*, 1990). Isso permite uma flexibilidade em que se pode explorar os aspectos considerados mais relevantes (BATISTA, 2009).

As mulheres-mães entrevistadas revelaram sentir mais estresse do que os homens nas mesmas circunstâncias familiares, isso porque o seu tempo está sobrecarregado com o trabalho doméstico e familiar. Além disso, as mulheres ocupavam aquele que podia ser tempo livre com atividades de tipo doméstico e familiar. Especificamente ao tempo de lazer, os homens-pais procuravam separar as atividades pessoalmente mais gratificantes dos tempos destinados aos filhos, ao passo que as mulheres-mães não priorizavam esse tempo ao tempo com os filhos (SCHOUTEN *et al.*, 2012).

Nos anos de 2012 e de 2013, ocorreu a terceira edição da pesquisa do uso do tempo realizada na Alemanha. A primeira pesquisa foi feita em 1991/1992 e a segunda em 2001/2002. A pesquisa de 2012/2013 investigou o tempo gasto no trabalho, nas atividades domésticas, no cuidado com as crianças, na educação e nas atividades culturais, no trabalho voluntário, no engajamento social e no uso do tempo com as crianças. Também investigou o tempo compartilhado em afazer doméstico e cuidado com as crianças. Na pesquisa, foram incluídas perguntas sobre o sentimento sobre o uso do tempo do entrevistado, como, por exemplo, a falta de tempo e a vontade de como usar o tempo (STUCKEMEIER, 2013).

Nesta última pesquisa alemã do uso do tempo, os dados foram coletados por meio de um questionário desenhado para a família e questionários desenhados para as pessoas da família com mais de 10 anos de idade. Além dos questionários para a família e para as pessoas da família, as pessoas da família (com 10 anos ou mais de idade) também preencheram, durante três dias – dois dias da semana e um sábado ou domingo – um diário de uso do tempo. A amostra é composta por 5.000 famílias (que são selecionadas de uma base voluntária), de onde são selecionados 12.000 indivíduos acima de 10 anos de idade; o tamanho total da amostra é distribuído uniformemente ao longo de 12 meses de coleta da pesquisa (agosto de 2012 a julho de 2013). O desenho da última pesquisa é comparável com o projeto de 1991/1992. Foram contempladas as exigências metodológicas estabelecidas pelo *Eurostat* – entidade que produz estatísticas sobre a união Europeia – para pesquisas do uso do tempo na Europa (*Harmonised European Time Use Surveys - HETUS*), a fim de facilitar a comparação com outras localidades (STUCKEMEIER, 2013).

A Finlândia realiza pesquisas sobre o uso do tempo a cada dez anos. No país, já foram realizadas 4 (quatro) pesquisas desse tipo, utilizando o formato de diários de uso do tempo. Pela necessidade de disposição mais rápida dos dados sobre as mudanças no uso do tempo, o instituto de estatística da Finlândia (*Statistics Finland*) desenvolveu um diário de uso do tempo em formato reduzido (chamado de *light*). Este diário foi testado no seu laboratório de pesquisa por meio de entrevistas com grupo focal (PÄÄKKÖNEN *et al.*, 2013).

A França também realiza pesquisas do uso do tempo a cada dez anos. Nas pesquisas, são analisadas famílias e pessoas das famílias. Os dados são coletados por entrevistas, por telefone (no caso de o respondente se enquadrar no módulo “tomada de decisão pelo

casal¹⁴) e por diário de uso do tempo, em que os entrevistados registram suas atividades diárias a cada dez minutos de um dia típico. Para ter em conta as diferenças sazonais de uso do tempo, a coleta dos dados é realizada ao longo de um período de um ano. A última pesquisa ocorreu em 2009/2010. Para compor sua amostra, foram selecionadas cerca de 12.000 famílias, sendo 11.000 da área metropolitana da França e o processo “tomada de decisão pelo casal” foi proposto para cerca de 2.000 casais. Ao todo, foram realizadas 5 (cinco) pesquisas de uso do tempo na França: 1966, 1974/1975, 1985/1986, 1998/1999 (esta realizada dentro de um programa de harmonização europeia) e 2009/2010 (INSEE, 2015¹⁵).

Nos Estados Unidos, é voluntária a participação dos que respondem as pesquisas de uso do tempo. A pesquisa americana sobre o uso do tempo, denominada *American Time Use Survey (ATUS)*, é conduzida pelo *U.S. Census Bureau* e patrocinada pelo *U.S. Bureau of Labor Statistics (BLS)* e ocorre continuamente, com entrevistas quase todos os dias, desde que a pesquisa começou, em 2003. No entanto, a taxa de resposta à pesquisa, desde a sua criação, tem sido menor do que o desejado. A taxa média de resposta foi de 56% entre 2003 e 2012, e o *United States Office of Federal Statistical Policy and Standards* recomenda que as pesquisas federais obtenham taxas de resposta de, no mínimo, 80% (KRANTZ-KENT, 2013).

A pesquisa é feita por telefone (*Computer-Assisted Telephone Interviewing - CATI*). Aproximadamente 2.100 famílias são selecionadas para compor a amostra. Uma pessoa dentro de cada domicílio é aleatoriamente escolhida e a ela é atribuído um dia da semana para a entrevista. A entrevista é transcrita em um diário de uso do tempo, onde se detalha como a pessoa usou seu tempo no dia anterior ao da entrevista. Metade dos indivíduos da amostra respondem sobre seu uso do tempo em um dia da semana e outra metade sobre o uso do seu tempo em um dia do fim de semana. São feitas até oito tentativas (em 8 semanas) de telefonema a cada selecionado da amostra (KRANTZ- KENT, 2013).

A maioria das pesquisas do uso do tempo realizadas na América Latina são do tipo *survey* (AGUIAR, 2010). No levantamento do uso do tempo, a principal diferença entre esse tipo de pesquisa para as pesquisas que usam o diário é o uso maior da memória do entrevistado (AGUIAR, 2010). No diário, o respondente registra suas atividades no momento em que as executa, horário de início e de término de cada atividade, com quem as executa e o contexto da atividade. A codificação das atividades é feita posteriormente, sendo, portanto, o tempo de execução de cada atividade mais preciso do que o coletado por pesquisas do tipo *survey*.

14 Tradução de “module ‘Décisions dans le couple’ (DDC)”.

15 Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/methodes/default.asp?page=sources/ope-enq-emploi-du-temps-edt-2009.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

4 | ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO NO BRASIL

O IBGE, através de seu 7º Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP-07, 2001¹⁶), realizou pesquisa sobre o uso do tempo em três bairros da cidade do Rio de Janeiro, a saber: Andaraí, Grajaú e Vila Isabel. Na pesquisa, foi utilizada uma versão simplificada (out. 2000) da classificação internacional da ONU (*ICATUS*, de outubro de 2000) para atividades de uso do tempo. O método de coleta dos dados foi o de entrevistas rememorativas; também foi utilizado um diário para registro do tempo despendido em atividades desenvolvidas durante o dia útil anterior ao da entrevista, com intervalos de tempo de 15 minutos. A coleta das informações aconteceu no período de 31 de maio a 6 de junho de 2001. Foram observadas variáveis como sexo, escolaridade, religião, renda domiciliar, idade, entre outras. Foram entrevistadas pessoas com 15 anos ou mais de idade moradoras dos referidos bairros, de acordo com o plano amostral adotado (IBGE, 2001). O plano amostral utilizado foi o de amostragem de conglomerados em 3 estágios, sendo o primeiro estágio o setor censitário, o segundo estágio o domicílio e o terceiro estágio a pessoa com 15 anos ou mais de idade moradora do domicílio. Foram entrevistados 297 domicílios (IBGE, 2001).

Uma análise das características gerais da população avaliada e análises das horas dedicadas em cada tarefa foram realizadas, segundo algumas características. Também foi analisado o uso do tempo em atividades simultâneas.

Os resultados mostraram que a diferença entre homens e mulheres sobre o uso do tempo são bastante evidentes em atividades de afazer doméstico, inclusive com cuidado a membros do domicílio. Independentemente da faixa etária e do sexo, os indivíduos gastam a maior parte de seu tempo em atividades ligadas ao trabalho. Os homens com idade entre 25 e 34 anos são os que mais participam de atividades culturais, de lazer e esporte; enquanto que as mulheres entre 15 e 24 anos utilizam grande parte de seu tempo em cuidado a membros do domicílio, atividades na comunidade ou reunião em família (IBGE, 2001).

Pinheiro *et al.* (2008) analisaram indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para produzir o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Em um dos capítulos do seu estudo, os autores abordaram o uso do tempo. Utilizando dados do período de 1993 a 2007, os autores realizaram estatísticas descritivas. Foram constatadas grandes discrepâncias em relação a sexo: em 2007, 89,9% das mulheres com 16 anos ou mais anos de idade cuidavam de afazeres domésticos, enquanto 50,7% dos homens declararam realizar essa atividade. A dedicação média das mulheres nas tarefas da casa era de 27,2 horas por semana em 2007 e a dos homens era de 10,6 horas, quase três vezes menos. Os autores destacaram que esse quadro pouco se alterou entre 2001 e 2007. Para os autores,

¹⁶ Pesquisa sobre a utilização do tempo dos moradores dos bairros do Andaraí, Grajaú e Vila Isabel / Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

as mulheres, mesmo participando do mercado de trabalho, ainda respondem pela maior parte das tarefas domésticas, fato proveniente da herança da tradicional divisão sexual do trabalho e da “naturalização da responsabilidade feminina pelas tarefas executadas no âmbito doméstico”. O domicílio ainda é um espaço de lentas transformações de gênero, pois ainda há “barreiras culturais muito arraigadas” (PINHEIRO *et al.*, 2008, p.35).

Ramos (2009) fez um estudo teórico sobre as pesquisas de uso do tempo, com foco na desigualdade de gênero. Nele, a autora caracteriza as pesquisas de uso do tempo e tece algumas considerações sobre os dados da publicação *Retrato das desigualdades*, de Pinheiro *et al.*, 2008, para o período 1996 a 2007. Destaca-se que o tempo dos homens em afazer doméstico não teve alteração substancial entre os anos de 2001 a 2007: passou de 11,2 horas semanais para 10,6 e que as horas semanais da mulher com afazer doméstico reduziu neste período: de 30,9 para 27,2, podendo ser atribuído ao aumento da carga horária de trabalho no mercado formal, a eletrodomésticos poupadores de tempo ou à contratação de trabalho doméstico remunerado (RAMOS, 2009).

Fontoura *et al.* (2010) analisaram o trabalho reprodutivo e seu impacto em toda a sociedade, com vistas à formulação de políticas públicas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. O trabalho reprodutivo, segundo os autores, trata-se das tarefas de

“preparar ou providenciar a comida, cuidar das crianças, dos idosos, dos enfermos e das pessoas com deficiência, manter a higiene do espaço doméstico e das roupas dos membros da família, zelar pelos cuidados de saúde e de educação de todos, além de outras atribuições presentes em alguns contextos específicos, como providenciar água para a família, plantar e colher o alimento”. (FONTOURA *et al.*, 2010, p. 11).

Portanto, analisaram dados que retratam as transformações ocorridas na sociedade brasileira, com relação ao afazer doméstico feminino e os impactos da inserção da mulher no mercado de trabalho. Para tanto, se utilizaram de dados dos anos 2001 e 2008 provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Os autores contrapõem os dados de afazer doméstico – proporção de pessoas que realizam afazer doméstico e média de horas semanais de afazer domésticos – de homens e de mulheres nos anos de 2001 e de 2008. Percebe-se que esses números caem de um ano para o outro. De acordo com este estudo, o tempo dedicado a afazeres domésticos vem caindo e isso pode ser explicado pela ampliação de bens e serviços (eletrodomésticos, água encanada, saneamento). Essa queda também é mais sentida pelas mulheres, o que pode ser explicado pelo fato de que as mudanças ocorridas na sociedade (chegada de novas tecnologias no domicílio – eletrodomésticos, água encanada, saneamento –, menor número de filhos, novos hábitos – como almoçar fora de casa) têm mais impacto sobre elas (FONTOURA *et al.*, 2010).

Ainda segundo Fontoura *et al.* (2010), as tarefas domésticas também se diferenciam entre homens e mulheres: os homens tendem a realizar tarefas esporádicas (pequenos consertos, por exemplo), enquanto as mulheres realizam as tarefas rotineiras (cuidado

com os filhos, limpeza da casa, lavar e passar roupa, entre outras). Os autores defendem a corresponsabilização entre família, Estado e empresas pelo trabalho reprodutivo: a família deve dividir as tarefas domésticas entre seus membros, o Estado deve proporcionar políticas que garantam o atendimento nas tarefas de cuidado e as empresas devem oferecer benefícios que auxiliem os pais a conciliarem a vida profissional com a vida pessoal.

Aguiar (2010) trouxe uma importante contribuição para os estudos sobre o uso do tempo. A autora examina a utilização de duas modalidades de levantamento do uso do tempo: pesquisas com diários e pesquisas do tipo *survey* (com perguntas). Aponta as vantagens e limitações da aplicação de cada uma delas no contexto brasileiro. Para tanto, compara as respostas obtidas com o emprego de diários e com a utilização de questões sobre o uso do tempo nos assuntos afazer doméstico, trabalho remunerado e uso de transportes para o trabalho. A autora utilizou como fonte de dados a PNAD 2001 (relativos à região metropolitana de Belo Horizonte), a pesquisa por ela conduzida na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais (Uso do Tempo: Múltiplas Temporalidades de Referência 2001) e o pré-teste e resultados preliminares da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2008 (PRMBH 2008). Internacionalmente, o formato clássico das pesquisas sobre o uso do tempo tem sido o do emprego de diários; no Brasil, ainda são recentes as indagações sobre o uso do tempo e apenas uma pesquisa (suplemento da PNAD Contínua de 2009) foi realizada no formato de diário (AGUIAR, 2010; FONTOURA *et al.*, 2010). Pelo pré-teste realizado por Aguiar e equipe, foram avaliadas – por meio de entrevistas cognitivas – as perguntas sobre o uso do tempo, ou seja, quais são as consequências da maneira de efetuar as perguntas (AGUIAR, 2010).

A Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte foi realizada no formato de diário de uso do tempo. Metade dos diários foram aplicados para um dia de semana e a outra metade para um dia de fim de semana; esses dias foram escolhidos por sorteio. Seus dados derivaram de uma amostra probabilística e sem reposição. Foram entrevistadas 371 famílias; nessas famílias, foram coletadas informações sobre o uso do tempo dos membros com idade igual ou superior a 8 anos, o que resultou em um total de 2.260 diários. Os diários foram codificados *a posteriori* -- com base no sistema *ICATUS* --, combinado com o livro de códigos construído para os países europeus (AGUIAR, 2010).

Da PNAD 2001, que é uma pesquisa do tipo *survey*, foram extraídas as informações de horas habitualmente dedicadas a afazer doméstico, considerando inclusive os dados do suplemento da PNAD desse ano, uma vez que, no suplemento, investigou-se trabalho infantil (AGUIAR, 2010). O recorte geográfico foi a região metropolitana de Belo Horizonte. E o pré-teste da PRMBH 2008 foi realizado por meio de perguntas a 59 pessoas na cidade de Belo Horizonte, em 2009.

Nas comparações dos resultados das pesquisas, a autora analisou as horas semanais de afazer doméstico e as horas semanais de trabalho dos homens com as horas de afazer doméstico e as horas de trabalho das mulheres. As horas médias de afazer

doméstico, para homens e para mulheres, foi maior na PNAD, em seguida na Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte (que utilizou diários) e, por último, na PRMBH 2008. Isso pode ser atribuído ao fato de na PNAD estar incluído o cuidado com crianças e idosos, atividades que são codificadas separadamente quando da utilização de diários de uso do tempo. Na PRMBH 2008, essa atividade também foi codificada em separado. Considera-se, ainda, o fato das pesquisas terem populações amostrais distintas: a Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte considerou a população da cidade de Belo Horizonte, enquanto os dados utilizados da PNAD 2001 são da região metropolitana (AGUIAR, 2010).

Para as horas semanais de trabalho remunerado, as diferenças das médias foram pequenas. A PRMBH 2008 apresentou as maiores médias, seguida da Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte e, por último, a PNAD 2001. Podem explicar as diferenças o fato da PRMBH 2008 considerar todas as atividades remuneradas, ao passo que nas demais pesquisas considerou-se o trabalho principal, e, também, o fato de, à época da PRMBH 2008, os índices de emprego serem superiores aos do ano de 2001, quando as demais pesquisas foram feitas. Uma razão plausível para a Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte apresentar média de horas semanais de trabalho superior à PNAD é a possibilidade da Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte ter captado horas extras (AGUIAR, 2010).

Pelo trabalho de Aguiar (2010), pode-se observar, sobre a dimensão de gênero, que as mulheres executam mais afazeres domésticos do que os homens e os homens mais trabalho remunerado do que as mulheres. Quanto à tipologia das pesquisas (perguntas e diário), conclui-se que as diferentes metodologias empregadas resultam em diferentes efeitos nas respostas (AGUIAR, 2010).

CAPÍTULO 3: DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES E CONQUISTAS FEMININAS

“O que é ainda mais surpreendente, que é a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo alguns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.” (Bourdieu, 1998, p.7)

Neste capítulo, são discutidos a desigualdade, o gênero, a desigualdade de gênero e os meios de reduzir a desigualdade de gênero, em especial com relação ao afazer doméstico e à divisão sexual de trabalho.

1 | IGUALDADE

A igualdade é um direito reconhecido na Constituição Federal Brasileira (CF/88, Art. 5º).

“A igualdade e a dignidade da pessoa humana são conceitos que se entrelaçam, sendo que o segundo é fundamento do primeiro e ambos constituem a base valorativa dos direitos sociais. Compreender essas relações entre igualdade, dignidade da pessoa humana e direitos sociais é essencial para definir de que maneira os direitos fundamentais podem auxiliar na promoção da igualdade em seu sentido positivo, que é o de corrigir desigualdades.” (MELO, 2007, p. 97)

O Estado de Direito Social é baseado na garantia, a cada indivíduo, de condições mínimas de existência humana digna. Isto é, direito à vida, com igualdade e dignidade. Os direitos sociais são considerados essenciais e estão indissociavelmente ligados à igualdade e à dignidade da pessoa humana. A igualdade e a dignidade são valores próximos aos direitos sociais, por isso, os direitos sociais são incluídos no conceito de direitos humanos fundamentais (MELO, 2007).

De acordo com Melo (2007), o conceito de igualdade é tratado desde a Antiguidade. Na Grécia antiga, se falava em igualdade perante a lei como ideal político e ético-pedagógico, valores importantes para a concepção democrática. Em Roma, Cícero estabeleceu que o princípio da igualdade perante a lei deveria considerar as desigualdades. Platão defendia um conceito absoluto de igualdade; enquanto, Aristóteles defendia um conceito proporcional de igualdade.

Segundo Melo (2007, p. 100), “o conceito de igualdade é, por definição impossível de encontrar”. Assim, é um conceito que precisa de parâmetros externos, geralmente valorativos, para delimitá-lo (PELISSIER, 1996 *apud* MELO, 2007, p. 100). Porém, é claro que a igualdade tem caráter de equivalência ou de conformidade entre as pessoas de uma mesma sociedade, mas que são, por natureza, desiguais. Outro fator que dificulta a conceituação da igualdade é que ela é sujeita a variações ao longo da história, e também a ideais e culturas. Contudo, é estreita a relação entre igualdade e justiça (no sentido de ser justo).

Os primeiros eventos que reconheceram, juridicamente, a igualdade foram a Declaração de Direitos de Virgínia e a Declaração da Independência – ambas dos Estados Unidos, datadas de 1776 – e, também, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa, em 1789. Na segunda metade do século XX, o marxismo e o socialismo criticavam a igualdade formal, consagrada na Justiça. Estes movimentos também consideravam que o Estado deveria promover a igualdade real, também chamada de igualdade material, no argumento de que a igualdade formal gerava mais desigualdades. Assim, a igualdade material também passou a ser objeto do ordenamento jurídico, advinda do reconhecimento da dignidade humana. A igualdade formal, portanto, não deixou de existir, mas passou a coexistir com a igualdade material, onde a igualdade material consiste em tratamentos discriminatórios com a finalidade de obter igualização (MELO, 2007).

Assim, de acordo com Melo (2007), foi assim que parte da doutrina jurídica passou a distinguir dois sentidos de igualdade: a concepção negativa e a concepção positiva. O sentido negativo é a vedação de privilégios e discriminações. O sentido positivo trata os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida e proporcionalidade das situações iguais e desiguais. Por exemplo, tratar homens e mulheres da mesma forma pode ser desigual, dado que homens e mulheres são diferentes. Assim, tratar homens de forma igual, mulheres de forma igual e homens e mulheres de forma desigual é a concepção positiva do sentido de igualdade. Os termos são dados no sentido de que a concepção negativa veda um conjunto de valores (privilégios e discriminações), e a concepção positiva promove outro conjunto de valores (princípios e direitos de igualdade). Assim, diz-se que a igualdade não é absoluta, ela é relativa e ela deve ser ponderada por outros princípios constitucionais e valores (MELO, 2007).

Como meio de garantir a igualdade, a Constituição brasileira promove tratamento igual para os iguais e desigual para os desiguais. Dentre os direitos à igualdade, a Constituição inclui que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (CF/88, Art. 5º, I). Neste sentido, a Constituição de 1988 instituiu direitos à mulher, como licença maternidade (CF/88, Art. Art. 7º, XVIII), proteção do mercado de trabalho da mulher (CF/88, Art. Art. 7º, XX), proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo (CF/88, Art. Art. 7º XXX), entre outros.

1.1 Gênero

Sexo e gênero não são sinônimos (ARAÚJO, 2005; CISNE *et al.*, 2008; AUAD, 2012). As diferenças na anatomia (físicas, biológicas) identificam o sexo. Assim que uma pessoa nasce, sabemos o seu sexo. Na nossa sociedade, diferenças de sexo ou de gênero são motivos de desigualdade.

O conceito de gênero foi sendo moldado pela sociedade ao longo da história. Correspondem a um conjunto de características observadas, pela sociedade, nos indivíduos que são, então, relacionados ao feminino ou masculino. Essas feições “naturais” correspondem ao gênero. Sentir-se homem ou sentir-se mulher corresponde a pertencer ao gênero masculino ou feminino, que é diferente de pertencer ao sexo masculino ou feminino (AUAD, 2012). Ao feminino, associam-se características como meiguice, obediência, fragilidade, enquanto que ao masculino são associadas características como agressividade, coragem, força. Esses atributos foram sendo associados a mulheres e a homens, na sua generalidade. Assim, “sexo é percebido como uma questão relativa à biologia, enquanto o gênero é uma construção histórica a partir dos fatos genéticos” (AUAD, 2012, p.22).

Em 1964, Robert Stoller, psiquiatra norteamericano, realizou estudos sobre masculinidade, feminilidade e sobre a identidade de gênero. Em 1975, a antropóloga também norteamericana Gayle Rubin já identificava que, em todas as sociedades, existia um sistema sexo-gênero. Foi um marco nessa questão de gênero, a publicação *Gênero, uma categoria útil de análise* (1990), de Joan Scott, socióloga e historiadora norteamericana. A partir de então, foi sendo reconhecida a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas diferenças percebidas entre o sexo masculino e o sexo feminino (AUAD, 2012).

Segundo Auad (2012, p.18), a partir da década de 1980, as feministas brasileiras passaram a utilizar o termo gênero, potencializando “a percepção da desigualdade entre o masculino e o feminino e entre homens e mulheres, como uma construção social”. Ainda segundo Auad (2012), as feministas tiveram importante papel ao levantarem questionamentos ou mostrarem percepções para o vetor “ser do sexo masculino” como vetor (determinante, suficiente para) de dominação. Ou seja, as feministas perguntavam-se se apenas o fato de ser do sexo masculino é suficiente para dominação.

Segundo Bourdieu (1998, p.20),

“a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho”.

Assim, questiona-se se as diferenças entre sexos são biológicas ou uma construção social. Há muitas pesquisas¹ que tentam provar o porquê das diferenças entre o masculino

¹ São exemplos:

VIDAL, Catherine. Brain, Sex and Ideology. *Diogenes*, November 2005, vol. 52, no. 4, 127-133,

e o feminino. Tenta-se esclarecer se essas diferenças são inatas ou criadas.

Auad (2012) direciona o pensamento no sentido de que há diferenças entre gêneros, não entre sexos. A neurocientista Lise Eliot (2013, p. 15), em seu livro *Cérebro Azul ou Rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação*, afirma que existem diferenças entre sexos que são inatas, porém “as diferenças homem-mulher que têm maior impacto são profundamente moldadas pela aprendizagem”.

Cabe destacar que o contrário de igualdade de gênero, diferente do que muitos pensam, não é diferença, mas sim desigualdade: “o contrário de igualdade não é diferença. O contrário de igualdade é desigualdade. Uma diferença pode ser culturalmente enriquecedora, ao passo que uma desigualdade pode ser um crime” (AUAD, 2012, p.23 *apud* BENEVIDES).

Alguns países, ainda hoje, têm rigorosas leis que limitam as mulheres, como exemplo, o Irã. No Irã, as mulheres podem ser presas ou chicoteadas em público por não usarem o *hijab* (véu usado por mulheres muçulmanas, que, segundo a crença, “permite a privacidade, a modéstia e a moralidade”²). Esta prática, porém, dá sinais de mudança, uma vez que muitas famílias (inclusive membros do sexo masculino) já apoiam as mulheres de suas famílias que declaram publicamente sua oposição à obrigatoriedade no uso do *hijab* (MASIH, 2014).

O governo chinês, em 2014, fez propaganda para que as mulheres se casassem cedo, alegando que “com a idade, as mulheres valem menos”. Segundo a socióloga Leta Hong Fincher, as chinesas estão estudando mais e a tendência é focar na carreira, o que frustra as metas do governo sobre população e também aumenta o “risco de instabilidade e insegurança no país”. Os casamentos entre chineses facilita a transferência de riquezas de mulheres para homens, por exemplo, nos financiamentos da casa própria, as mulheres contribuem com 70% do valor e seus nomes aparecem em apenas 30% dos contratos (SHEN, 2014).

Assim como as chinesas, em muitas sociedades ao redor do mundo, as mulheres desejam, cada vez mais, estar no mercado de trabalho. Porém, não é assim fácil, para as mulheres, principalmente no mundo corporativo, chegar a cargos altos. No mundo corporativo, homens contratam homens. Uma pesquisa da Universidade de Wisconsin com profissionais formadas desde 1947 concluiu que 40% das engenheiras desistem da carreira. Os motivos são a hostilidade no ambiente de trabalho, falta de apoio dos chefes e

VIDAL, Catherine. The Sexed Brain: Between Science and Ideology. *Neuroethics*, December 2012, Volume 5, Issue 3, pp 295-303,

FRIEDMAN, Richard C.; DOWNEY, Jennifer I. . Sexual Differentiation of Behavior: The Foundation of a Developmental Model of Psychosexuality. *J Am Psychoanal Assoc*, March 2008, vol. 56, no. 1, 147-175,

BAO, Ai-Min; SWAAB, Dick F. . Sex Differences in the Brain, Behavior, and Neuropsychiatric Disorders. *Neuroscientist*, October 2010, vol. 16, no. 5 550-565,

GARCIA-FALGUERAS; Alicia, SWAAB, Dick F. . A sex difference in the hypothalamic uncinate nucleus: relationship to gender identity. *The Guarantors of Brain*. *Brain* (2008), no. 131, 3132-3146. Disponível em: <<http://brain.oxfordjournals.org/content/brain/131/12/3132.full.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

2 Wikipedia (pt.wikipedia.org/wiki/Hijab, acesso em jun. 2014) *apud* Glasse, Cyril, *The New Encyclopedia os Islam*, Altamira Press, 2001, p.179-180.

ausência de chances para crescer no emprego (FORNETTI, 2014). Daniela de Fiori, vice-presidente de assuntos corporativos da Walmart Brasil, diz que é essencial para mulheres ter “padrinhos” que apoiem seu crescimento profissional na empresa (ARCOVERDE, 2014).

Ana Malvestio, sócia da PwC Brasil e líder de diversidade e inclusão, destaca que as empresas precisam pensar no cenário que se forma -- com mulheres com mais qualificação do que os homens -- e que as empresas não estão preparadas para assumir as mulheres em cargos de chefia. Nas palavras de Malvestio, “há muitos paradigmas que precisam ser quebrados para se entender que incluir esse assunto na estratégia da empresa é uma questão de sustentabilidade do negócio”. Ainda segundo Malvestio, as empresas precisam passar por transformações culturais, que são reflexo de transformações na sociedade como um todo. Defende, ainda, que “as empresas têm a responsabilidade de patrocinar esse processo, demonstrando a importância dele por meio de ações concretas e constantes, como a flexibilização do horário de trabalho” (ARCOVERDE, 2014).

Segundo Oliveira (2004), a tradicional divisão sexual do trabalho, que traz o mercado de trabalho como um lugar masculino e o ambiente doméstico como “lugar natural da mulher”, propiciou a marginalização da mulher no trabalho exercido fora do lar, especialmente aqueles trabalhos de maior remuneração e prestígio.

Fountoura *et al.* (2010) defendem que o trabalho reprodutivo²² deve ser de corresponsabilidade da família, do Estado e das instituições e não apenas da família. O Estado deve criar ações que deem subsídios para as famílias, como asilos (ou casas de repouso), creches para idosos, creche para bebês, escolas em tempo integral. As instituições devem flexibilizar horários e dar benefícios não só para as mulheres, tais como a licença paternidade por um período adequado (um período em que o pai possa acompanhar e se responsabilizar pela criação do filho). E as famílias devem repartir entre os seus membros a carga de trabalho doméstico.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho fracassaria se não viesse junto com uma mudança de comportamento de poder/dominação dos homens sobre as mulheres. A mudança de comportamento no privado (dentro de casa) deve ser atribuída aos homens – que não tem interesse em mudar esse quadro atual --, às mulheres – que se sentem “as donas da casa” – ou à sociedade – como uma forma de cultura que passa por gerações em gerações? A reflexão desta questão, talvez, seja a chave para o início de uma mudança de comportamento dos homens e das mulheres dentro do lar, tendo em vista uma relação mais igualitária (HIRATA *et al.*, 2007).

Nos dias atuais, há um grupo de mulheres que se movimenta contra a direção das mulheres no mercado de trabalho. Este grupo quer ficar em casa, se ocupando dos afazeres domésticos. O debate sobre a divisão sexual do trabalho passa pelo debate da divisão de poder e o debate sobre a mulher no trabalho deve passar pelo debate sobre o prazer/querer. A mulher deve ter o direito de escolha. Mas, inquestionavelmente, deve ocorrer na sociedade a discussão sobre a casa como terreno feminino e o trabalho como

terreno masculino e sobre o que é igualdade em cada caso (SCOTT, 2013).

As crianças reproduzem o que veem na sociedade e o que lhes é ensinado, e querem corresponder ao que é esperado delas. Na fase adulta, reproduzem sem refletir os conceitos que, desde cedo, lhes foram inculcados. Passam para seus filhos a ideia de que as meninas devem ser obedientes, de que são cuidadoras natas e que não devem questionar e que os meninos tenham dominação, que busquem autonomia e que podem subverter (AUAD, 2012).

Auad (2012), em seu livro *Educar meninos e meninas – relações de gênero na escola*, fruto de sua tese de doutorado, aborda a influência da escola na socialização de meninos e meninas. Auad acompanhou, por quatro anos, as atividades em uma escola pública, localizada na cidade de São Paulo. Auad verificou, nessa escola, que os meninos eram mais repreendidos pela falta de disciplina e as meninas eram mais exigidas na tarefa de ajudar ao(à) professor(a) manter a ordem. Isso mostra o quanto a desigualdade de gênero está enraizada na sociedade, ou seja, o estudo mostrou que, também na escola, espera-se determinado comportamento segundo o sexo. O(a) professor(a) acha natural o comportamento dos meninos (mesmo sabendo que é preciso repreender) e acha adequado solicitar ajuda às meninas para controlar a classe. O bom comportamento das meninas se traduz no tradicional retrato da divisão sexual de trabalho, em que as meninas e mulheres são “obedientes, cuidadoras, trabalham duro, asseguram a ordem, sem jamais subvertê-la” (AUAD, 2012, p. 35).

Assim, a questão da igualdade de gênero passa por mudanças de comportamento na família, além das ações de políticas públicas do Estado. Para Auad (2012, p. 15), “a escola pode ser o lugar no qual se dá o discriminatório ‘aprendizado da separação’ ou, em contrapartida, como pode ser uma importante instância de emancipação e mudança”. Assim, ainda segundo Auad (2012, p. 15), as políticas públicas também devem versar sobre a educação: “essa política educacional poderia promover a igualdade e fazer com que as diferenças não se confundissem com as desigualdades”.

2 | DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Segundo Hirata *et al.* (2007), as bases para o conceito de divisão sexual de trabalho surgiram com os movimentos feministas na França no início dos anos de 1970. As autoras definem divisão sexual do trabalho como sendo “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” (HIRATA *et al.*, 2007, p. 599). Acrescentam que a divisão sexual do trabalho é “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” e que “essa forma é modulada histórica e socialmente”.

Ainda segundo as autoras, essa forma de divisão social do trabalho possui dois princípios, o da separação e o da hierarquização. O princípio da separação é aquele que define que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e que esses trabalhos são

excludentes. O princípio hierárquico é aquele em que o trabalho do homem tem mais valor que o trabalho da mulher. De acordo com as autoras esses dois princípios “são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço”. Apesar disso, a divisão sexual do trabalho não é imutável, pelo contrário, ela varia no tempo e no espaço, conforme cada sociedade evolui e de acordo com suas crenças e culturas (HIRATA *et. al.*, 2007; RAMOS, 2009).

O afazer doméstico³ – também denominado trabalho reprodutivo – é historicamente atribuído às mulheres (FONTOURA *et al.*, 2010). Atualmente, percebe-se uma nova divisão sexual de trabalho. Nesta nova divisão sexual de trabalho, os dois cônjuges participam do mercado de trabalho, porém, cada qual possui a sua relativa especialização: os homens no mercado de trabalho e as mulheres nos afazeres domésticos. Isso é mais evidente se o casal tem filhos (RIVAZI, 2008).

Hirata *et al.* (2007) identificam três modelos atuais de divisão do trabalho profissional e doméstico entre mulheres e homens e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais. Assim, destacam três modelos em que se percebe a “complementaridade”: 1) No “modelo tradicional”: papel na família e papel doméstico assumidos inteiramente pelas mulheres, e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens. 2) No “modelo de conciliação”: cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. Neste modelo, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é necessária, em particular no campo profissional; ideologicamente, haveria uma nova divisão de papéis, que não sobrecarregasse a mulher. 3) No “modelo da delegação”, em que as mulheres de classe mais elevada que atuam no mercado profissional, delegam a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares.

Sobre o modelo tradicional, Oliveira (2004, p. 2) coloca que

“a especialização dos papéis masculino e feminino visaria, em última instância, a manutenção da família, e o fornecimento das bases para a socialização da criança. Esta complementaridade ou funcionalidade se dá, porém, desigualmente”.

Além da desvantagem social do modelo de delegação apontado por Hirata *et al.* (2007), Fontoura *et al.* (2010, p. 24) veem uma preocupação econômica neste modelo: “em momentos de retração econômica, as mulheres usualmente são as primeiras a perderem seus empregos” e, quando uma mulher que delega seus afazeres domésticos a outra mulher perde seu emprego, é desencadeada uma série de demissões femininas.

2.1 Histórico do trabalho feminino no Brasil

Outrora o trabalho possuía uma divisão bem definida, ou seja, a divisão sexual. Aos homens cabia o trabalho formal, remunerado e reconhecido pela sociedade. As mulheres tinham a função de exercer os afazeres domésticos, trabalho não remunerado e invisível

³ A definição de afazer doméstico para o IBGE é colocada no Capítulo 4.

(OLIVEIRA, 2004; HIRATA *et al.*, 2007; LUZ *et al.*, 2009).

A tradicional divisão sexual do trabalho tem como características a “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado”, tais como políticos, religiosos, militares, etc (HIRATA *et al.*, 2007).

Durante o período colonial brasileiro (séc. XVI a início do séc. XIX), as famílias viviam sob o patriarcado. Na família, eram os homens que ditavam todas as regras, havia superioridade masculina e submissão feminina. O trabalho fora do lar era trabalho para os homens (SCOTT, 2013).

O Código Civil de 1916 garantia ao homem ser chefe de família, as mulheres só podiam exercer o papel de chefe de família em caso de falecimento do marido (Código Civil de 1916, Art. 233, Art. 373, Art. 377, Art. 380, Art. 381, Art.389). No Código Civil de 1916, consta que, para a mulher exercer o trabalho feminino fora do lar, era necessário autorização do marido. As mulheres não possuíam direitos civis (Código Civil, 1916, Art. 233, IV; Art. 242, VII), porém o Código resguardava à mulher que exercia atividade lucrativa de dispor livremente do produto do seu trabalho (Código Civil de 1916, Art. 246).

Nesta época, a mulher era um mero objeto, um meio de juntar riquezas entre famílias. Os casamentos eram, além de monogâmicos, indissolúveis e arranjados segundo os interesses financeiros dos homens das famílias (SCOTT, 2013). O modo de vida feminino, no entanto, era bastante diferenciado nas diferentes classes sociais. As escravas comumente eram vistas na cidade vendendo doces para seus senhores. As senhoras de elite pouco saíam de casa, uma forma de garantir a integridade da mulher, e assim, a paternidade de seus filhos. Isso era relevante para os homens da época, principalmente, no tocante ao patrimônio e à herança. Um provérbio português da época dizia que “a mulher virtuosa só sai de casa em três ocasiões: para ser batizada, para ser casada e para ser enterrada”. Entretanto, à mulher viúva era permitido assumir o papel de chefe de família, administrando as propriedades, fazendas e escravos quando seu marido falecia (HAHNER, 2013, p.46).

Nas cidades, mesmo enclausuradas, as mulheres de elite administravam a organização da casa, seus parentes e escravos. Elas supervisionavam a limpeza da casa, a produção de roupas, alimentos, bebidas, utensílios domésticos, vela e sabão; além disso, cuidavam da saúde das crianças e dos idosos. Também se ocupavam com bordados, costura, música e em preparar sobremesas para os convidados do marido. Por vezes, também podiam fazer pequenas negociações com os ambulantes que batiam às portas para vender produtos (HAHNER, 2013).

A preservação da riqueza da família gerava a dominação do homem sobre a mulher. O homem podia formar outras famílias, além da oficial, realizada pela Igreja Católica, porém os filhos não podiam herdar nem *status* nem propriedades. Assim, as esposas legítimas, a fim de garantir a paternidade de seus filhos, eram mantidas no âmbito doméstico. Se casavam obrigadas por seus pais, com 13 ou 14 anos de idade, com homens bem mais

velhos, normalmente primos ou políticos importantes e era esperado grande número de filhos. A taxa de fecundidade era alta, assim como as taxas de mortalidade materna e infantil. Os partos eram realizados, em sua maioria, nas casas e frequentemente as mulheres eram vítimas de infecção seguida de morte, pois ainda não havia o conhecimento da necessidade de higienização do material utilizado. As mulheres de elite não amamentavam seus filhos, esta tarefa era de escravas ou mulheres livres pobres, as amas de leite (HAHNER, 2013).

Por lei (Código Filipino, compilado em 1603, vigente no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916), a mulher era “perpetuamente menor”, ou seja, não podia participar de venda ou arrendamento de imóvel, ou administrar propriedade sem consentimento do marido. Só podia assumir os negócios da família quando o marido falecia. Uma mulher passava da autoridade do pai, quando solteira, para a de seu marido ao casar-se. Em tudo, a mulher tinha que se submeter à autoridade de seu marido, embora supervisionasse as tarefas do lar. Somente em casos de abusos extremos do homem com suas amantes escravas, como passeio com a amante escrava em público, a instalação da amante escrava em sua casa ou em sua cama, as esposas podiam recorrer à separação legal. Já no final do século XIX, algumas mulheres solteiras possuíam permissão legal para administrar seus bens, quando do falecimento de seu pai (HAHNER, 2013).

O relacionamento de senhoras de elite e algumas escravas poderia ser bem próximo, (apesar da sempre presente autoridade das senhoras para com suas escravas), especialmente as mucamas, escravas pessoais das senhoras, que ajudavam as senhoras a se vestir, cuidavam das suas roupas e dos seus cabelos. A palavra *cafune* vem dessa época, que era o cuidado dos cabelos das senhoras, inclusive a retirada de piolhos (HAHNER, 2013).

O número de escravos reduziu muito nas décadas anteriores à abolição da escravatura, devido à abolição do tráfico de escravos (pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850) e à Lei do Ventre Livre (28 de Setembro de 1871), que libertou os filhos de escravos nascidos a partir da promulgação desta lei. Assim, a participação das escravas no serviço doméstico era diminuto na segunda metade do século XIX. As mulheres de elite já passaram a lidar mais com criadas livres do que com escravas. Na década de 1870, no Rio de Janeiro, cerca de 2/3 dos trabalhadores domésticos era gente livre (HAHNER, 2013). Foi, então, a partir da Lei Áurea (13 de maio de 1888) – que aboliu a escravidão –, como as escravas não tinham nem residência nem emprego, que o serviço doméstico feminino se tornou a forma mais comum de emprego de mulheres pobres urbanas (HAHNER, 2013; NEPOMUCENO, 2013). O fato de algumas escravas já terem servido como mucamas contribuiu para isso (HAHNER, 2013).

No início do século XIX, as mulheres não tinham acesso fácil à educação, nem sequer eram alfabetizadas. Porém, durante o século XIX, algumas mudanças de costume na sociedade ocorreram. A chegada da corte portuguesa ao Brasil acelerou o desenvolvimento brasileiro, principalmente nas cidades e, em especial, no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro

servia de modelo para as demais cidades brasileiras quanto às boas maneiras, roupas e mobiliário, onde o estilo era o europeu. Os eventos sociais se tornaram frequentes devido à vida comercial e política da cidade. Nesses eventos, era esperado que as mulheres de elite mostrassem refinamento e habilidades sociais, a fim de promover o nome da família. Elas deveriam exibir joias, vestidos elaborados, saber música e canto, além de saber conversar com os convidados, inclusive em outras línguas (HAHNER, 2013; AREND, 2013). Por este motivo, as moças começaram a ter aprendizado de escrita e leitura (AREND, 2013).

O Brasil passou de um país “agrário e atrasado” para um país “urbanizado e moderno” com a urbanização. O período compreendido entre finais do século XIX e início do século XX é chamado de *Belle Époque*⁴ brasileiro. Nesta época, os grupos dominantes traziam do exterior o conceito de sociedade “moderna e higiênica” (SCOTT, 2013). Nas reuniões sociais, as moças tinham um pouco mais de liberdade para conversar com os convidados, aumentando as possibilidades de galanteios e romances (HAHNER, 2013). No conceito de sociedade “moderna e higiênica”, um novo modelo de família começou a ser inserido e o patriarcado foi perdendo espaço. Com base nas ideias higienistas, o novo modelo de família – a chamada família conjugal moderna – adicionava ao matrimônio o amor e o romantismo. “A intimidade passou a ser enaltecida e a vida familiar era agora aquela do ‘lar doce lar’, em que os membros da família encontravam em casa a ‘proteção’, o ‘aconchego’ e a ‘higiene’ que contrastavam com as ‘agruras’ e a ‘poluição’ do mundo exterior” (SCOTT, 2013, p. 17). No final do século XIX, poucas mulheres de elite aceitavam que os pais determinassem os casamentos das filhas, sem que estas fossem consultadas (HAHNER, 2013).

A nova configuração de família envolvia mudanças no papel da mulher. A mulher devia exercer seu papel de mãe zelosa, que não recorria mais às amas de leite, que cuidava da educação dos seus filhos e dos afazeres domésticos. Também devia ser esposa “afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz”. O homem era o único provedor da família, sendo o espaço público de domínio dos homens enquanto o espaço privado era o “espaço feminino por excelência”. Assim, mantiveram-se os papéis de homens à frente das decisões da família e as mulheres como subalternas (SCOTT, 2013, p. 17).

Porém, a tradição de fazer caridade, ajudou as mulheres a desenvolverem sua capacidade de liderança. Mulheres de classe alta, nas últimas décadas do século XIX, criaram sociedades beneficentes, que ajudavam órfãos e meninas pobres e angariavam fundos para escravos libertos (HAHNER, 2013).

Com a industrialização (década de 1930), havia excedente de vagas nas áreas urbanas e os homens não preenchiam todas as vagas que eram abertas. As mulheres de classes sociais mais abastadas cumpriam o que a sociedade impunha, já as mulheres das classes mais baixas iam trabalhar nas fábricas a fim de ajudar no sustento do lar.

⁴ *Belle Époque* é termo francês que significa Bela Época.

Algumas eram solteiras com filhos, e, para muitas, o salário do marido não era suficiente (SCOTT, 2013). Acrescenta-se que, nesta época, apesar da legislação ainda não permitir o trabalho da mulher sem autorização do marido, os empregadores contratavam, mas pagavam salários inferiores às mulheres. Os empregadores tinham a mentalidade de que as mulheres deviam ser providas pelo homem da casa, por isso não precisavam ganhar o mesmo que os homens, ainda que a carga horária de trabalho fosse a mesma (LUZ *et al.*, 2009).

Contudo, com a chegada dos imigrantes – europeus e nacionais vindos do campo --, no início do século XX, as mulheres foram parcialmente substituídas pela mão de obra masculina. Como o ideal da época era a de que as mulheres deveriam ter “hábitos domésticos”, as mulheres pobres saídas dos empregos das fábricas encontraram trabalho na casa das mulheres burguesas (SCOTT, 2013).

A situação de trabalho muito diferenciada da do homem deu tom à voz de feministas pelo direito de igualdade das mulheres perante os homens. Em nível mundial, os primeiros acontecimentos, que culminariam na regulamentação do trabalho da mulher, ocorreram na Inglaterra. Em 19 de agosto de 1842, foi proibido o trabalho das mulheres em subterrâneos; em 1844, a jornada de trabalho das mulheres foi limitada a 10 horas e meia. Na França, as leis de proteção ao trabalho da mulher foram criadas em 1848 (NASCIMENTO, 2003 *apud* LUZ *et al.*, 2009). O Brasil, por sua vez, criou as primeiras regulamentações do trabalho da mulher em 1932, por meio do Decreto 21.417-A, de 17 de maio de 1932 (LUZ *et al.*, 2009). O decreto passou a regular as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais.

Em 1943, a lei passou a permitir o trabalho às mulheres (Decreto-Lei nº 5451/43, Art. 372, Art.391, Art. 446), além de lhes garantir a conciliação da maternidade e do trabalho, garantindo creches (Decreto-Lei nº 5451/43, Art. 389, parágrafo único) e estabilidade durante gravidez (Decreto-Lei nº 5451/43, Art. 391). A legislação ainda proibia trabalhos perigosos, insalubres (Decreto-Lei nº 5451/43, Art. 387) e passou a proteger contra ações exploratórias (Decreto-Lei nº 5451/43, Art. 198, Art. 390). Assim, garante-se à mulher o trabalho formal de maneira equiparada em relação ao homem, embora a proibição expressa de diferença salarial só tenha vindo com a Constituição de 1988 (CF 1988).

Até 1961, não havia equivalência de todos os cursos de grau médio. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1961, as mulheres da escola normal puderam participar da concorrência das vagas de ensino superior (SCOTT, 2013), abrindo oportunidades para as mulheres à entrada em cursos que até então não podiam ou não era comum ingressar.

Nos meados do século XX, a população urbana experimentou mudanças significativas de comportamento social. O propósito das mulheres continuava a ser o bom casamento (um homem trabalhador, que pudesse prover a família), mas, nesta época, já era permitido um namoro um pouco mais livre, em que era possível um contato maior, que possibilitava

um conhecimento mútuo. Nesta época, havia oferta de lazer fora das residências, tais como bailes, cinemas, que proporcionavam oportunidades de convívio entre os sexos (SCOTT, 2013).

O advento de eletrodomésticos, como a máquina de lavar, ajudou a mulher no impulso no mercado de trabalho (FONTOURA *et al.*, 2010). Também teve papel importante a chegada da pílula anticoncepcional, que deu “poder” de escolha à mulher do melhor momento para a maternidade e da quantidade desejada de filhos (SCAVONE, 2001; LUZ *et al.*, 2009).

Para a mulher de meados do século XX, o casamento deixa de ser o elemento mais importante na sua vida; além disso, ele não é mais a maneira de garantir seu sustento. Quando a mulher passa a ganhar independência financeira, a relação entre homem e mulher começa a tomar outro rumo. A mulher vai em busca da liberdade feminina, dando início a uma série de movimentos feministas. Porém algo não mudou com o ingresso da mulher no mercado formal de trabalho: as tarefas no lar. Estar integralmente inserida no mercado formal de trabalho não tirou da mulher a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, ela ainda carrega a função de dona de casa, boa esposa, boa mãe e cuidadora da família (LUZ *et al.*, 2009).

Atualmente, as mulheres já ocupam, inclusive, posições que antes eram consideradas exclusivamente masculinas, por exemplo, motorista de táxi, de ônibus, mecânica. Segundo Hirata *et al.*, (2007), os princípios de separação e de hierarquia presentes em todas as sociedades conhecidas e a ideologia naturalista não são suficientes para afirmar que a divisão sexual do trabalho é um dado imutável. Ao contrário, a divisão sexual do trabalho possui uma “plasticidade”, ou seja, varia no tempo e no espaço; o que ainda permanece estável é a distância entre os grupos de sexo.

Fontoura *et al.* (2010) afirmam que o trabalho reprodutivo tem impacto em toda a sociedade e defendem a corresponsabilização entre família, Estado e empresas por esse tipo de trabalho, no sentido de que as famílias devem distribuir equilibradamente as tarefas do lar entre seus membros, as empresas devem flexibilizar os horários de seus funcionários para que nem mulheres nem homens sejam prejudicados e fornecer benefícios não apenas para os filhos de funcionárias, para não sobrecarregar a responsabilidade a elas; e o Estado deve implementar políticas públicas que garantam aos membros da sociedade “o atendimento às necessidades básicas ao longo de toda a vida (e não somente nas primeiras idades)”.

Argumentam que

“de forma geral, as leis, as políticas e os serviços públicos reafirmam essas convenções sociais de gênero, na medida em que ainda se organizam primordialmente com base num modelo de família no qual a mulher aparece unicamente como cuidadora. Desta forma, apesar desse modelo de família estar cada vez mais perdendo hegemonia, a naturalização da obrigação feminina pelos afazeres domésticos é reforçada e reproduzida.

Nesse contexto, responder pelo cuidado de filhos(as), idosos(as), pessoas com deficiência e familiares doentes, além de cuidar de todas as tarefas relacionadas à limpeza da casa, higiene e à alimentação, constitui trabalho cotidiano e indispensável para a reprodução da sociedade que ainda é atribuído às mulheres". (FONTOURA et al., 2010, p.22)

A falta de corresponsabilização do trabalho reprodutivo se origina na tradicional divisão sexual do trabalho “homem-provedor e mulher-cuidadora” e na herança de ideia de que as mulheres realizam força de trabalho secundária e, portanto, mais mal remunerada. Assim, o trabalho reprodutivo não é uma responsabilidade das mulheres, mas sim das sociedades. A não compreensão dessa situação gera um déficit de políticas/serviços públicos, com implicações socioeconômicas. As mulheres estão sobrecarregadas de trabalho, causando relevantes impactos no seu bem-estar (lazer, socialização, educação e formação profissional, saúde) (FONTOURA *et al.*, 2010).

Nos dias atuais, na divisão sexual de trabalho, a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho (trabalho produtivo) e a maioria das mulheres acumulam as atividades no mercado de trabalho e nas tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (trabalho reprodutivo) (MELO *et al.*, 2009). Lentamente, vê-se os homens cada vez mais envolvidos com as tarefas domésticas, porém a carga feminina da dupla jornada de trabalho ainda é muito maior do que para os homens e, muitas vezes, as mulheres se veem obrigadas a abrir mão, total ou parcialmente, de seu progresso profissional em prol do cuidado familiar. A fim de melhorar esse cenário e promover mais bem-estar social, algumas políticas públicas têm sido propostas.

2.2 Políticas públicas de gênero no Brasil

As feministas tiveram papel importante na luta da igualdade de gênero brasileira (SARTI, 1988; SOARES, 1998; PEDRO, 2006; ZIRBEL, 2007; CISNE *et al.*, 2008; PINTO, 2010). A expressão das feministas, seja no campo ideológico, seja no campo científico, foram determinantes para a formulação de políticas públicas (SARTI, 1988; ZIRBEL, 2007; CISNE *et al.*, 2008).

Soares (1998), define o feminismo como “a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo.” Zirbel (2007) afirma que o feminismo tem como raiz “a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela autonomia e emancipação das mulheres”.

A história do feminismo ocidental, a que se tem claro conhecimento e registro, se iniciou na Inglaterra, nas últimas décadas do século XIX e é a chamada Primeira Onda. Havia uma clara reivindicação das mulheres: elas queriam ter direito ao voto. O direito ao voto feminino foi conquistado em 1918 no Reino Unido. Assim como na Inglaterra, no Brasil, também foi a reivindicação pelo direito ao voto que fez as mulheres mostrarem sua voz. A Primeira Onda feminista brasileira foi liderada por Bertha Lutz, em 1910. Bertha Lutz,

bióloga e cientista, em retorno ao Brasil de estudos no exterior, foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A Federação levou, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado pela aprovação do projeto de lei que dava direito de voto às mulheres, projeto este de autoria do Senador Juvenal Lamartine. No entanto, as mulheres só obtiveram êxito nessa reivindicação em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro. Também destaca-se, na primeira onda do movimento feminista no Brasil, a luta das operárias de fábricas, organizadas na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas (PINTO, 2010).

O movimento feminista perdeu força na década de 1930 e ressurgiu com a publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949, dando início à Segunda Onda Mundial de feminismo. No livro, Simone de Beauvoir escreve uma frase que se tornaria uma máxima do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher” (PINTO, 2010). Foi durante a Segunda Onda feminista, que foi lançada a pílula anticoncepcional (PINTO, 2010), grande marco da liberdade feminina. Também, nessa época, que se deu início a grandes discussões sobre o poder da mulher sobre o seu próprio corpo. A fertilidade, o aborto foram temas em pauta.

Um novo marco do movimento feminista aconteceu em 1963, quando da publicação, por Betty Friedan, do livro *A Mística Feminina*. As mulheres não só reivindicam direitos e igualdades trabalhistas, como também passam a falar sobre o poder do homem sobre a mulher, no sentido de relacionamento entre os sujeitos (PINTO, 2010).

No Brasil, embora o país estivesse em plena ditadura militar, época de muita repressão, aconteceram as primeiras manifestações feministas na década de 1970, muito “protegidas” pela Organização das Nações Unidas (ONU), que declarou o ano de 1975 o Ano da Mulher – fruto da Conferência sobre a Mulher, no México (1975) – e os dez anos seguintes a este (incluindo este) como a Década da Mulher (PINTO, 2010; SARTI, 1998). O movimento feminista brasileiro da Segunda Onda, assim, teve como marco inaugural a reunião na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em julho de 1975. A partir de então, começaram a surgir grupos de reuniões para debates de temas da mulher (PEDRO, 2006).

Muitas dessas reuniões, no entanto, não se restringiam apenas às discussões sobre a mulher. Também possuíam um cunho político, uma vez que o país vivia em uma época de repressão e desejava-se combatê-la. Assim, muitos que participavam das reuniões feministas, as viam como uma oportunidade de organização de partidos e organizações políticas em meio ao regime militar (PEDRO, 2006).

Convém destacar as importantes conquistas provenientes das reivindicações feministas, como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, objetivando a criação de políticas contra a discriminação contra a mulher. O Conselho foi um dos responsáveis pela inclusão dos direitos da mulher na Constituição.

Em 2003, passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), contando, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do governo

(SPM, 2014).

A conquista mais notória do movimento das mulheres foi a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A violência contra a mulher que a Lei trata abrange violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Como medida de assistência especializada, a Lei cria as Delegacias de Atendimento à Mulher (Lei nº 11.340/2006, art. 7º e art.8º-IV; Pinto, 2010).

As reivindicações do movimento feminista se dirigem, primeiramente, ao Estado, enquanto formulador e executor de políticas públicas. O feminismo também se dirige, em segunda instância, à sociedade, no papel de aceitação da autonomia e dos valores da mulher (CISNE *et al.*, 2008).

Política pública, segundo Farah (2004, p. 47), “pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses”. Para a realização de uma política pública definida, programas governamentais (ou ação governamental) são implementadas.

A Constituição Federal de 1988 é um dos marcos para a construção da política social no país e ela trouxe avanços importantes, destacam-se: 1) princípio da igualdade entre homens e mulheres, 2) proibição de diferenciais salariais e de critérios discriminatórios de admissão no emprego por motivo de sexo, cor, estado civil, 3) descanso remunerado das gestantes antes e após o parto, 4) ampliação do conceito de família (aceita-se a união estável e qualquer outra forma de configuração formada por pais e mães e seus descendentes – embora ainda não incorpore as uniões homoafetivas na definição de família), 5) extingue a noção de pátrio poder (o homem como detentor do posto de chefe da família) no âmbito familiar (CF/88 - Título VIII, Capítulo VII. Art.226, §5º C/C-02 - Capítulo V - Art.1631).

Fontoura *et al.*, (2010) destacam algumas das medidas de proteção à família presentes na legislação trabalhista brasileira: 1) a estabilidade para a gestante (desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto); 2) a licença maternidade (de 120 dias, extensível por mais 60 dias); 3) o salário família (auxílio financeiro por filho de até 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade, benefício que pode ser recebido, simultaneamente, por mães e pais); 4) a previsão do intervalo para amamentação (até que o bebê complete seis meses de idade); 5) a existência de creche custeada pela empresa ou o pagamento de auxílio-creche (nos primeiros seis meses de vida dos filhos) e 6) a licença paternidade (de cinco dias após o nascimento do filho).

Estes foram importantes avanços, porém a crítica é que a legislação trabalhista ainda é pouco flexível para conciliar o trabalho às necessidades familiares dos trabalhadores ao longo de todas as fases da vida, a legislação dá garantias apenas nas etapas iniciais do filho (FONTOURA *et al.*, 2010). Outra crítica é que as políticas públicas que redistribuem os custos dos cuidados familiares são pouco desenvolvidas e pouco abrangentes, assim as “demandas conflitivas entre família e trabalho permanecem, em grande medida, um assunto privado” (SORJ, 2007, p. 575).

Na esfera federal, coordenavam as políticas para as mulheres o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – que foi criado em 1985 e atualmente se situa na instância de controle e de deliberação de estratégias voltadas para a promoção da igualdade de gênero – e a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (do Ministério da Justiça) – que existiu durante alguns meses de 2002. Até 2003, as políticas para as mulheres eram voltadas à violência doméstica. Novos temas sobre igualdade de gênero surgiram com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Esta, com *status* de ministério e ligada à Presidência da República, instituiu três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2008 e 2013) (FONTOURA *et al.*, 2010).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) completou dez anos em 2013. O PNPM é sempre seguido de uma Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que consiste em um amplo debate entre governo e sociedade civil, em especial das mulheres, acerca das necessidades femininas para um combate à desigualdade de gênero. O Brasil já conta com três PNPMs. A 1ª CNPM ocorreu em julho de 2004 e o I PNPM foi lançado no mesmo ano. A partir das resoluções da 2ª CNPM – ocorrida em agosto de 2007 –, foi elaborado o II PNPM, em 2008. O mais recente PNPM (PNPM 2013-2015) é fruto da 3ª CNPM, que, em dezembro de 2011, reuniu 200 mil participantes de todo o país e 2.125 delegadas para debaterem e acordarem propostas e demandas ao Estado Brasileiro. Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em março de 2003, as políticas para as mulheres têm avançado. O Governo entende que há uma responsabilidade compartilhada entre todos os órgãos dos três níveis federativos em promover a igualdade de gênero. A execução das ações contidas no PNPM possui caráter transversal horizontal (entre ministérios) e vertical (entre órgãos dos níveis estadual, distrital e municipal), assim a SPM não executa as ações de igualdade de gênero, a ela cabe articular os órgãos executores, organizar os trabalhos, acompanhar e avaliar os resultados (PNPM 2013-2015). Essa transversalidade na execução dos programas, ao mesmo tempo que favorece que ações sejam efetivadas, também torna a implementação do PNPM complexa.

O Plano está organizado em dez capítulos. Cada capítulo tem seus objetivos gerais e específicos, metas, linhas de ação e ações. Logo no primeiro capítulo, aborda-se a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica. É explícito no documento que “diminuir o tempo das mulheres nos afazeres da casa é tarefa de políticas públicas para a autonomia econômica” (PNPM 2013-2015, p. 14). Definidos o objetivo geral e os objetivos específicos, o Plano estabelece metas e linhas de ação.

Para cada linha de ação, são descritas as ações a serem cumpridas, o órgão responsável por cada ação e os parceiros que auxiliarão na execução dessas ações. Entre as ações relacionadas ao tema, destacam-se: 1) Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com o aumento da escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social (Programa Mulheres Mil); 2) Realizar no

mínimo três campanhas de valorização do trabalho da mulher, do emprego doméstico e de incentivo à formalização da mulher no mundo do trabalho; 3) Ampliar o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e ações que visem à promoção das mulheres e alteração de dinâmicas de discriminação no local de trabalho; 4) Articular para aprovação do Projeto de Lei nº 6.653/2009, relativo à igualdade de gênero no mundo do trabalho; 5) Ampliar a construção sistemática de estatísticas e indicadores que tornem visível a produção social e econômica das mulheres; 6) Estimular os institutos de pesquisa na produção de dados e indicadores sobre o trabalho doméstico e o uso do tempo, bem como para identificação do trabalho infantil doméstico; 7) Ampliar a construção e o financiamento de creches e pré-escolas públicas, nos meios urbano e rural, priorizando a educação de qualidade em tempo integral; 8) Articular para aprovação da legislação relativa à universalização da licença maternidade de 180 dias e regulamentação e ampliação da licença paternidade; 9) Promover a cultura de compartilhamento do trabalho doméstico entre mulheres e homens, por meio da realização de campanhas, ampliação da licença paternidade e o debate sobre a licença parental; 10) Incluir as dimensões de gênero, étnica, racial e de orientação sexual nos programas de formação para o mundo do trabalho implementados pelo governo federal.

Para Fontoura *et al.* (2010), até 2010, quando já haviam sido lançados dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), ainda existiam dificuldades de implantar políticas efetivas. Além disso, a proteção à maternidade e à infância eram as únicas questões consideradas ao se discutir inserção das mulheres no mercado de trabalho. Nos anos recentes, a política vem avançando com base no princípio da corresponsabilidade de famílias, Estado e sociedade pelo trabalho de reprodução social. A conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo avançam pouco, pois não possuem muito impacto no modelo homem-provedor/mulher-cuidadora, são duas as razões: a falta de serviços e direitos na legislação, e a pouca percepção da corresponsabilidade social (FONTOURA *et al.*, 2010).

O PNPM 2013-2015 também reconhece que a educação é fundamental para a redução das desigualdades de gênero e que

“a educação brasileira ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero. (...) A desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas permanecem diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessados por mulheres e homens”. (PNPM 2013-2015, p. 22)

Um programa de destaque no tema trabalho é o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Ao programa, a empresa – que pode ser de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria --, adere voluntariamente e apresenta um plano de ação explicitando como vai desenvolver as ações de equidade de gênero e raça na empresa. Assim, a empresa direciona suas ações de modo a tentar a igualdade de gênero e de raça, valorizando o trabalho desenvolvido pelas mulheres. O Programa concede o

Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça -- que consta de uma marca de gestão eficiente -- às empresas que executam as ações de maneira satisfatória.

De acordo com Fontoura *et al.* (2010, p. 35), “as instituições e espaços de socialização reproduzem valores desiguais de gênero” e nisso está a maior desigualdade entre homens e mulheres. Combater essa desigualdade é uma tarefa difícil, de longo prazo, mas muito importante para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Há de se pensar, ainda, na falta de políticas públicas relacionadas ao envelhecimento da população. A pirâmide etária do Brasil está tomando a forma de um barril, ou seja, está aumentando a população idosa. Os idosos (e idosos com cada vez mais idade) exigem cuidados. Como quem ainda responde pelos cuidados da família e como não há políticas públicas nessa direção “é possível que se assista a um retrocesso no que diz respeito à presença das mulheres no mercado de trabalho e ao ganho de autonomia feminina” (FONTOURA *et al.*, 2010, p. 27).

Fontoura *et al.* (2010) sugerem, entre outras medidas, a inserção, nos currículos escolares, de conteúdo sobre o compartilhamento das tarefas domésticas, alteração dos livros didáticos de modo que o conteúdo e a linguagem contemple valores igualitários, incentivo à presença masculina em profissões/serviços de cuidado, e “monitoramento da mídia sob a perspectiva de gênero”.

Algumas dessas medidas foram contempladas no PNPM 2013-2015. No trabalho, a mulher conquistou seu espaço e, de maneira geral, já há equilíbrio em relação ao homem. Nos afazeres domésticos, os homens contribuem muito mais que no passado, porém a igualdade na distribuição das tarefas, ainda não aconteceu. O PNPM é um grande passo e o maior instrumento rumo à igualdade de gênero e valorização da mulher.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta três dimensões na qual a ausência de “políticas de conciliação” gera custos sociais e consequências negativas no médio e longo prazo:

“1) No nível macroeconômico: existe um desperdício da força de trabalho (especialmente feminina) que afeta a produtividade e competitividade dos países e debilita suas trajetórias de crescimento; 2) No nível das unidades produtivas: o esforço que realizam as pessoas para conciliar vida familiar e laboral gera uma enorme tensão que afeta seu desempenho e leva a uma menor produtividade; e 3) No nível da vida individual e familiar: manifesta em problemas de saúde e perda de renda para as mulheres; falta de oportunidades de educação para as crianças e adolescentes; e risco de trabalho infantil. Também se agudizam os conflitos sociais, expressos em comportamentos disruptivos, como delinquência, consumo de drogas e abandono”. (FONTOURA *et al.*, 2010, p. 36)

Fontoura *et al.* (2010, p. 33) sugerem

“a universalização da educação em tempo integral e de qualidade; serviços de transporte escolar para crianças; políticas de incentivo a restaurantes populares, cozinhas comunitárias, lavanderias públicas e/ou incentivos para aquisição de máquinas de lavar roupa; possibilidades de afastamento

para acompanhar familiares enfermos; serviços de atendimento a idosos e pessoas com deficiência nos domicílios; e a adoção da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares, são possíveis formas de intervenção estatal que reveem e reposicionam a 'natural' obrigação das mulheres pelo trabalho reprodutivo”.

Também sugerem o reconhecimento legal dos inúmeros arranjos familiares já existentes, além dos tradicionais casais heteroafetivos com ou sem filhos e monoparentais com filhos.

No século XXI, algumas mulheres criticam as feministas que “queimaram sutiãs” reivindicando igualdade aos homens, e querem fazer o caminho inverso, ou seja, voltar a dedicação total ao lar e às tarefas associadas a ele. Todavia, o movimento feminista atual é no sentido de dar liberdade de escolha e embasamento necessário para que o casal decida quem vai ficar em casa e quem vai trabalhar ou se ambos vão trabalhar (HIRATA *et al.*, 2007).

CAPÍTULO 4: FONTE DE DADOS E VARIÁVEIS EM ESTUDO

Este capítulo contém informações sobre a fonte de dados utilizada, a caracterização da população-alvo e apresenta as variáveis em estudo. Apresenta-se, ainda, uma breve descrição dos domicílios brasileiros nos anos de 2002, 2007 e 2012. As variáveis analisadas são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1 | PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

Este estudo utiliza como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2002, 2007 e 2012. Estes três anos, igualmente espaçados, foram escolhidos para captar possíveis mudanças temporais. A PNAD é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e surgiu em 1967 com o objetivo de produzir informações para estudos acerca do desenvolvimento socioeconômico do País. Até 1970, seus resultados foram apresentados trimestralmente; todavia, a partir de 1971, a Pesquisa passou a ser anual. A PNAD não acontece nos anos em que são realizados os Censos Demográficos. Em 1994, por razões excepcionais, a PNAD não foi realizada.

Neste estudo, as análises da área rural da região Norte para o ano de 2002 não foram realizadas, uma vez que a PNAD só introduziu a parte rural da Região Norte a partir de 2004. A exceção é o estado do Tocantins, que até 1988 fazia parte do estado de Goiás, na região Centro-Oeste, estado em que já havia malha setorial que incluía a parte rural. Essa alteração foi incorporada na PNAD a partir de 1992. Nas PNADs anteriores, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste. Entre 1992 e 2003, o único estado da região Norte em que o levantamento de dados cobria tanto a área urbana quanto a área rural foi o estado de Tocantins. Somente a partir de 2004 a pesquisa passou a ter abrangência nacional completa.

A PNAD se baseia em amostra por domicílios e investiga características demográficas e socioeconômicas. Algumas características são pesquisadas em todas as edições da pesquisa (caráter permanente) – como educação, trabalho, rendimento e habitação -- e outras são pesquisadas de acordo com as demandas do país (suplementos) – como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar. As características pesquisadas de caráter permanente compõem a Pesquisa Básica e, em cada ano, existem variáveis selecionadas que compõem a Pesquisa Suplementar.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) é uma pesquisa que virá a substituir a PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A PNAD Contínua é uma concatenação da PNAD e da PME, pesquisa esta que produz indicadores

mensais sobre a força de trabalho e cobre apenas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A PNAD Contínua produz informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho e suas características, tais como idade, sexo e nível de instrução. A pesquisa é realizada por meio de uma amostra de domicílios, extraída de uma amostra mestra, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos.

A cada trimestre, a PNAD Contínua investiga domicílios particulares permanentes de forma contínua¹ e contempla maior número de municípios, de setores censitários e de domicílios investigados em relação à PNAD, fornecendo maior precisão nas estimativas, especialmente nas áreas rurais.

Em 2009, o Suplemento da Pesquisa da PNAD Contínua tratou sobre o uso do tempo, realizando a investigação sob a forma de diário. No entanto, até o início do tratamento dos dados deste estudo, os resultados do Suplemento da PNAD Contínua de 2009 ainda não haviam sido divulgados.

A PNAD é realizada anualmente no último trimestre de cada ano. A Pesquisa não vai a campo nos anos em que se realiza o Censo Demográfico. As datas de referência e as semanas de referência para os anos de 2002, 2007 e 2012 estão descritas no Quadro 4.1.

Ano	Data de referência	Semana de referência
2002	28 de setembro de 2002	22 a 28 de setembro de 2002
2007	29 de setembro de 2007	23 a 29 de setembro de 2007
2012	29 de setembro de 2012	23 a 29 de setembro de 2012

Quadro 4.1: Datas de referência e semanas de referência das PNADs 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNAD - Síntese de Indicadores 2002, 2007, 2012.

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico (*Personal Digital Assistant - PDA*) para a realização das operações de coleta; até então, as informações eram coletadas em papel.

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção. No primeiro estágio, são selecionados os municípios; no segundo estágio, são selecionados os setores censitários e no terceiro estágio, as unidades domiciliares.

Para a seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD, são adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 1 de agosto do ano de realização do Censo Demográfico, e utilizadas para a realização do

¹ Periodicidade da PNAD Contínua: trimestral para indicadores de trabalho; anual para o trabalho infantil, outras formas de trabalho e demais temas permanentes da pesquisa; e variável para os temas suplementares.

Censo. Esta malha setorial é mantida até o Censo seguinte; assim, a PNAD conta com a mesma malha setorial no período de uma década. Por exemplo, em 2000, a malha setorial foi posicionada em 1 de agosto de 2000 e mantida até 1 agosto de 2010.

Para a seleção da amostra no primeiro estágio, os municípios são classificados em autorrepresentativos e não autorrepresentativos. Os municípios classificados em não autorrepresentativos são estratificados, de maneira que para cada estrato, os municípios são selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico.

No segundo estágio, os setores censitários são selecionados, em cada município da amostra, com reposição e com probabilidade proporcional. Como medida de tamanho, é utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico.

No terceiro estágio os domicílios são selecionados com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra. É nos domicílios que se dá a investigação das características dos moradores e da habitação.

A fração de amostragem indica a proporção da população que constitui a amostra. A fração de amostragem para os anos de 2002, 2007 e 2012 -- compostos segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas -- estão descritos na Tabela 4.1.

Unidade da Federação e Região Metropolitana	Fação de Amostragem		
	2012	2007	2002
Rondônia	1/200	1/200	1/200
Acre	1/150	1/150	1/150
Amazonas	1/250	1/250	1/250
Roraima	1/150	1/150	1/150
Pará	1/350	1/350	1/350
Região Metropolitana de Belém	1/150	1/150	1/150
Amapá	1/200	1/200	1/200
Tocantins	1/200	1/200	1/200
Maranhão	1/600	1/600	1/750
Piauí	1/500	1/500	1/500
Ceará	1/600	1/600	1/500
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	1/250	1/200
Rio Grande do Norte	1/550	1/550	1/450
Paraíba	1/550	1/550	1/450
Pernambuco	1/600	1/600	1/500
Região Metropolitana de Recife	1/200	1/200	1/200
Alagoas	1/500	1/500	1/450
Sergipe	1/300	1/300	1/300
Bahia	1/600	1/600	1/450

Região Metropolitana de Salvador	1/250	1/250	1/200
Minas Gerais	1/650	1/650	1/550
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	1/400	1/350
Espírito Santo	1/450	1/450	1/450
Rio de Janeiro	1/550	1/550	1/400
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	1/550	1/550
São Paulo	1/950	1/950	1/800
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	1/850	1/800
Paraná	1/600	1/600	1/550
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	1/400	1/350
Santa Catarina	1/550	1/550	1/550
Rio Grande do Sul	1/600	1/600	1/550
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	1/200	1/200
Mato Grosso do Sul	1/350	1/350	1/300
Mato Grosso	1/350	1/350	1/300
Goiás	1/350	1/350	1/300
Distrito Federal	1/250	1/250	1/200

Tabela 4.1: Fração de amostragem, por Unidade da Federação, segundo Região Metropolitana. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. Volume Brasil das PNADs 2002, 2007, 2012.

Na pesquisa de 2002, foram entrevistadas 385.431 pessoas em 129.705 unidades domiciliares do país. A cada ano, estes números tendem a crescer, dado o crescimento populacional. A expansão da amostra utiliza estimadores de razão baseados na projeção da população residente, projeções estas que consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos (PNAD, 2002). Assim, em 2007, 399.964 pessoas e 147.851 unidades domiciliares formaram a amostra. Em 2012, estes números foram um pouco menores: 362.451 pessoas inquiridas em 147.203 unidades domiciliares.

Neste estudo, os dados analisados foram submetidos à expansão da amostra (efeito do plano amostral e aplicação dos pesos). O *software* utilizado nos cálculos foi o *Stata*².

2 | VARIÁVEIS EM ESTUDO

Neste trabalho, o objetivo é estudar diferenças entre os membros de cada casal com relação ao afazer doméstico. Assim, a população-alvo é composta por casais (unidos por matrimônio ou por união estável) em que ambos os membros trabalham³ e com idade a partir de 20 anos. Consideram-se apenas os casais heteroafetivos. Foram selecionados os domicílios com apenas uma família e compostas por, pelo menos, dois membros: a pessoa de referência

² "Stata é um pacote estatístico completo e integrado (...) para a análise de dados e gráficos." (STATA, 2015). Disponível em: <http://www.software.com.br/p/stata?gclid=CM2-1ePx_cMCFUJk7AodZmoAkA>. Acesso em: 25 fev. 2015

³ A definição de trabalho é dada a seguir e não possui interseção com o afazer doméstico.

e seu (sua) cônjuge/companheiro(a). Assim, os casais da população-alvo podem ter ou não filhos e/ou idosos em seus lares. Não foram consideradas na análise as pessoas com condição na família de agregado, de empregado doméstico nem de parente de empregado doméstico.

Para o estudo, foi necessário criar um arquivo de casais, a partir de uma agregação dos dados de pessoas. Posto isto, foram criadas as seguintes variáveis: faixa etária do filho mais novo da família, número de filhos na família, faixa etária do idoso com idade mais avançada na família, número de idosos na família, classe de rendimento mensal familiar per capita⁴, arranjo familiar e região do país.

Além disso, considerou-se, também, as seguintes variáveis: sexo, idade, cor/raça, condição na família, anos de estudo, situação censitária (área urbana ou rural), dedicação ao afazer doméstico, horas semanais de afazer doméstico e horas semanais de trabalho.

Algumas variáveis foram construídas utilizando variáveis da PNAD, a saber: faixa etária do filho mais novo da família, número de filhos na família, faixa etária do idoso com idade mais avançada na família, número de idosos na família, rendimento familiar per capita, arranjo familiar e região do país.

Para todas as variáveis, a caracterização é a mesma para os três anos considerados. A correspondência das categorias ou dos valores dessas variáveis segundo os anos 2002, 2007 e 2012 estão descritos nos Quadros 4.2 e 4.3.

Variável	Categorias da variável - 2012 / 2007 / 2002
Código da situação censitária (V4728)	1) urbana - cidade ou vila, área urbanizada 2) urbana - cidade ou vila, área não urbanizada 3) urbana - área urbana isolada 4) rural - aglomerado rural de extensão urbana 5) rural - aglomerado rural, isolado, povoado 6) rural - aglomerado rural, isolado, núcleo 7) rural - aglomerado rural, isolado, outros aglomerados 8) rural - zona rural exclusive aglomerado rural
Sexo (V0302)	2) masculino 4) feminino
Condição na família (V0402)	1) pessoa de referência 2) cônjuge 3) filho 4) outro parente 5) agregado 6) pensionista 7) empregado doméstico 8) parente do empregado doméstico
Cor/raça (V0404)	2) branca 4) preta 6) amarela 8) parda 0) indígena 9) sem declaração (PNADs 2012 e 2007 9) ignorada (PNAD 2002)

⁴ Classe de rendimento mensal familiar per capita é uma *proxy* para a classe social e, para seu cálculo, foi utilizada a variável rendimento mensal de todas as fontes.

Anos de estudo (V4803 e V4703, para 2002)	1) sem instrução e menos de 1 ano 2) 1 ano 3) 2 anos 4) 3 anos 5) 4 anos 6) 5 anos 7) 6 anos 8) 7 anos 9) 8 anos 10) 9 anos 11) 10 anos 12) 11 anos 13) 12 anos 14) 13 anos 15) 14 anos 16) 15 anos ou mais 17) não determinados (PNADs 2012 e 2007) 17) não determinados e sem declaração (PNAD 2002)(vazio) não aplicável (PNAD 2012)
Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência (V9121)	1) sim 3) não (vazio) não aplicável 9) ignorado (PNAD 2002)

Quadro 4.2: Correspondência das categorias das variáveis nominais das PNADs 2002, 2007 e 2012 consideradas neste estudo

Fonte: IBGE. PNAD - Síntese de Indicadores 2002, 2007, 2012.

Variável	Valores da variável - 2012 / 2007 / 2002
Idade do morador (V8005)	000 a 120 999) ignorado (PNAD 2002)
Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência (V9058)	01 a 98 hora(s) (PNADs 2012 e 2007) 00 a 98 hora(s) (PNAD 20020) (vazio) não aplicável 99) ignorado (PNAD 2002)
Número de horas habitualmente trabalhadas por semana nesse trabalho secundário (V9101)	01 a 98 hora(s) (PNADs 2012 e 2007) 00 a 98 hora(s) (PNAD 2002) (vazio) não aplicável 99) ignorado (PNAD 2002)
Número de horas habitualmente trabalhadas nesse(s) outro(s) trabalho(s) da semana de referência (V9105)	01 a 98 hora(s) (PNADs 2012 e 2007) 00 a 98 hora(s) (PNAD 2002) (vazio) não aplicável 99) ignorado (PNAD 2002)
Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos (V9921)	01 a 98 hora(s) (PNADs 2012 e 2007) 00 a 98 hora(s) (PNAD 2002) (vazio) não aplicável 99) ignorado (PNAD 2002)

Quadro 4.3: Correspondência das categorias das variáveis contínuas das PNADs 2002, 2007 e 2012 consideradas neste estudo

Fonte: IBGE. PNAD - Síntese de Indicadores 2002, 2007, 2012.

Na Seção 4.2.1, apresentam-se os conceitos da PNAD e uma descrição de algumas variáveis consideradas no presente estudo. Na Seção 4.2.2, as variáveis construídas são apresentadas.

2.1 Conceitos e variáveis da PNAD

Nesta subseção, são apresentados alguns conceitos da PNAD referentes às variáveis consideradas no presente estudo e a caracterização das variáveis utilizadas. A unidade de análise é o casal em que ambos os membros exercem algum tipo de trabalho fora do lar, dentro do conceito de trabalho definido pelo IBGE e descrito a seguir.

Domicílio

Domicílio é o local de moradia, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

População residente

A população residente é composta pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes temporariamente por período não superior a 12 meses em relação à data da entrevista.

Família

Define-se família como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora sozinha em uma unidade domiciliar.

Neste trabalho, consideram-se domicílios com apenas uma família. Como o objetivo do trabalho é analisar o afazer doméstico por casal, as famílias analisadas contém pelo menos dois membros, a pessoa de referência e seu (sua) cônjuge/companheiro(a).

Condição na família

Condição na família é a relação que cada membro da família possui com a pessoa de referência ou com seu cônjuge.

Pessoa de referência - Pessoa responsável pela família ou que assim fosse considerada pelos demais membros da família;

Cônjuge - Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da família, existindo ou não o vínculo matrimonial;

Filho - Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge;

Outro parente - Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge;

Agregado - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação a membro da família;

Pensionista - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação a membro da família;

Empregado doméstico - Pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da família;

Parente do empregado doméstico - Pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da família.

Neste estudo, não são considerados os membros da família com característica de agregado, pensionista, empregado doméstico nem parente de empregado doméstico.

Afazer doméstico

Compreende a realização, no domicílio de residência, das tarefas (não enquadradas no conceito de trabalho) de:

- Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia;
- cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es);
- orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas;
- cuidar de filhos ou menores moradores; ou
- limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

Para ser enquadrada como afazer doméstico, a tarefa deve ser habitual, parcial ou integral, e independentemente da sua condição de atividade e ocupação na semana de referência.

Trabalho

A partir de 1992, o conceito de trabalho, para a PNAD, se tornou mais abrangente. Anteriormente alguns grupos envolvidos em atividade econômica não eram incluídos na população ocupada. A partir desse ano, a PNAD considera trabalho como sendo o exercício de trabalho remunerado, trabalho não-remunerado e trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, a saber:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;
- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida

durante pelo menos uma hora na semana:

- em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;
 - em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - como aprendiz ou estagiário;
- Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:
 - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
 - na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Trabalho principal

O trabalho principal é o único trabalho do indivíduo, ou, no caso de a pessoa ter mais de um trabalho, aquele em que permaneceu mais tempo no período de referência de 365 dias da pesquisa⁵ (ou aquele que dedicou maior número de horas semanais na semana de referência⁶, ou aquele que proporcionava maior rendimento⁷).

Horas habitualmente trabalhadas por semana

As horas habitualmente trabalhadas são aquelas horas em que a pessoa se ocupava no local de trabalho e também as horas dedicadas ao trabalho considerado, mas desempenhadas fora do local de trabalho. Compreende o número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, no secundário e nos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

2.2 Variáveis construídas

Região do país

Considerou-se as grandes regiões do país⁸, a saber: Região Norte, composta pelos estados Tocantins, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; Região Nordeste, composta por Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Região Centro-Oeste, composta por Mato Grosso, Mato Grosso

5 Primeiro critério de desempate para definir qual é o trabalho principal para quem possui mais de um trabalho.

6 Segundo critério de desempate para definir qual é o trabalho principal para quem possui mais de um trabalho.

7 Terceiro critério de desempate para definir qual é o trabalho principal para quem possui mais de um trabalho.

8 Para compor grandes regiões do país, considerou-se a variável Unidade da Federação (UF).

do Sul, Goiás e Distrito Federal; Região Sudeste, composta por Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo e Região Sul, composta pelos estados Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Situação censitária

É a variável código da situação censitária (V4728) que caracteriza a área urbana e a rural. No presente trabalho, ela foi agrupada de modo a conter duas categorias, a saber: Urbana, contendo as categorias Urbana - cidade ou vila, área urbanizada, Urbana - cidade ou vila, área não urbanizada e Urbana - área urbana isolada; e Rural, contendo as demais categorias, Rural - aglomerado rural de extensão urbana, Rural - aglomerado rural, isolado, povoado, Rural - aglomerado rural, isolado, núcleo, Rural - aglomerado rural, isolado, outros aglomerados e Rural - zona rural exclusive aglomerado rural.

Idade e diferença de Idade entre os membros do casal

A idade é calculada em relação à data de referência da pesquisa. As pessoas que não declararam a data de nascimento nem a idade presumida foram reunidas no grupo "idade ignorada". As pessoas do grupo "idade ignorada" não fazem parte da população-alvo deste estudo.

Na PNAD, a variável Idade possui valores inteiros *variando* de 0 (zero) a 120 anos. Para compor a população-alvo do presente trabalho, foram selecionadas pessoas com idade a partir de 20 anos. Também foram compostas as seguintes faixas etárias: de 20 a 29 anos; de 30 a 39 anos; de 40 a 49 anos; de 50 a 59 anos e 60 anos ou mais.

A fim de comparar as idades dos membros do casal, calculou-se a diferença de idade do homem para sua cônjuge/companheira. Na análise descritiva, esta variável é apresentada em anos ou agregada em grupos de idade, a saber: não há diferença de idade; a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem; a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem; a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem; a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem; a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem; o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher; o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher; o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher; o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher e o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher.

Cor/raça do casal

A PNAD considera cinco categorias para a variável cor/raça, a saber: branca, preta, amarela, parda e indígena.

Na categoria amarela, incluem-se as pessoas que se declararam de raça amarela, de origem japonesa, chinesa, coreana, etc. A categoria parda compreende as pessoas que

se declararam mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça.

Neste estudo, trabalhou-se com nove categorias para a cor/raça do casal: homem branco e mulher branca, homem branco e mulher preta, homem branco e mulher parda, homem preto e mulher branca, homem preto e mulher preta, homem preto e mulher parda, homem pardo e mulher branca, homem pardo e mulher preta, e homem pardo e mulher parda. As cores/raças amarela e indígena não foram objeto de análise, devido ao seu baixo quantitativo. Assim, na análise desta variável, foram desconsiderados os casais em que pelo menos um dos membros é de cor/raça amarela ou indígena.

Os indivíduos com cor/raça ignorado foram retirados da população em estudo.

Anos de estudo e diferença de anos de estudo entre os membros do casal

A classificação segundo os anos de estudo é obtida em função da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação.

A correspondência é feita de forma que cada série concluída com aprovação corresponde a 1 (um) ano de estudo. A contagem se dá a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar.

As pessoas que não declararam a série e o grau ou com informações incompletas, ou que não foi possível a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não-determinados ou sem declaração” e não compõem a população-alvo.

Para fins da análise descritiva, foram feitos os seguintes agrupamentos: sem instrução e menos de 1 ano de estudo; de 1 a 3 anos de estudo; de 5 a 7 anos de estudo; 8 anos de estudo; 9 e 10 anos de estudo; 11 anos de estudo; de 12 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais de estudo.

Também é importante analisar a diferença de anos de estudo entre os membros do casal, assim esta variável foi criada e, na análise descritiva, é categorizada em: a mulher possui de 1 até 5 anos de estudo a mais que o homem; a mulher possui de 6 até 10 anos de estudo a mais que o homem; a mulher possui de 11 até 15 anos de estudo a mais que o homem; a mulher possui mais de 15 anos de estudo a mais que o homem; o homem possui de 1 até 5 anos de estudo a mais que a mulher; o homem possui de 6 até 10 anos de estudo a mais que a mulher; o homem possui de 11 até 15 anos de estudo a mais que a mulher e o homem possui mais de 15 anos de estudo a mais que a mulher.

Arranjo familiar

A variável arranjo familiar foi construída com a finalidade de se observar as características segundo a composição familiar. Para sua criação, foram utilizadas as variáveis da PNAD condição na família (V0402), idade (V8005) e código da família. A

variável arranjo familiar é composta pelas categorias: casal sem filhos e sem idosos; casal com filhos e sem idosos; casal sem filhos e com idosos e casal com filhos e com idosos.

Número de filhos na família

Da mesma forma que a variável descrita no item anterior, o número de filhos na família utiliza condição na família (V0402), idade (V8005) e código da família para sua construção. Suas categorias são: nenhum filho; 1 filhos; 2 filhos; 3 filhos; 4 filhos e 5 filhos ou mais.

Faixa etária do filho mais novo da família

A faixa etária do filho mais novo da família possui as seguintes categorias: família sem filhos; de 0 a 4 anos de idade; de 5 a 10 anos de idade; de 11 a 14 anos de idade; de 15 a 19 anos de idade; de 20 a 24 anos de idade e 25 anos de idade ou mais.

A variável foi criada utilizando-se condição na família (V0402), idade (V8005) e código da família. Considera-se filho a pessoa da família cuja condição na família é de filho, ou parente com diferença de idade para a pessoa de referência na família ou o(a) cônjuge da pessoa de referência de 15 anos. Ressalta-se que, para fins deste trabalho, denomina-se filho aquela pessoa da família com idade equiparada à dos filhos e que é cuidada pela pessoa de referência e/ou seu(sua) cônjuge/companheiro(a)⁹.

Número de idosos na família e presença de idosos na família

O número de idosos na família contabiliza a quantidade de idosos cuja condição na família é de parente, com idade superior à da pessoa de referência na família ou do(a) cônjuge da pessoa de referência. Trata-se de uma variável categórica, com as categorias nenhum idoso; 1 idoso; 2 idosos; 3 idosos; 4 idosos e 5 idosos ou mais.

Como o número de idosos na família não foi relevante na análise das horas de afazer doméstico, esta variável foi condensada nas categorias não há idosos na família e há idosos na família, caracterizando a variável presença de idosos na família.

Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família

A variável faixa etária do idoso com idade mais avançada da família foi construída a partir das variáveis condição na família (V0402), idade (V8005) e código da família.

Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família é caracterizada por: não há idosos na família; de 60 a 69 anos de idade; de 70 a 79 anos de idade e 80 anos idade ou mais.

⁹ Para a PNAD, filho é a pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge; e parente é a pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge.

Classe de rendimento mensal familiar per capita

Rendimento mensal constitui o rendimento mensal proveniente do trabalho e de outras fontes (V4720). Neste estudo, considera-se como rendimento mensal familiar per capita a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família (exclusive os das pessoas cuja condição na família fosse agregado, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) dividido pelo número de componentes da família (exclusive os das pessoas cuja condição na família fosse agregado, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico).

O rendimento mensal familiar per capita foi dividido em cinco grupos, sendo a classe 1 o grupo de famílias 20% mais pobres e a classe 5 o grupo de famílias 20% mais ricas. Optou-se por trabalhar com cinco grupos de rendimento familiar per capita para permitir uma melhor comparação entre anos calendários distintos, sem que fosse necessário realizar uma deflação dos valores.

Dedicação do casal ao afazer doméstico

Esta variável foi criada com base na variável da PNAD “cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência” (V9121), nas combinações: o homem e a mulher executam afazer doméstico; apenas o homem executa afazer doméstico; apenas a mulher executa afazer doméstico e nem o homem nem a mulher executam afazer doméstico.

Horas de afazer doméstico e comparativo de horas de afazer doméstico entre os membros do casal

“Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos” (V9921) é uma variável que assume valores de 0 (zero) a 98 horas semanais, sendo 0 (zero) horas quando a pessoa não executa afazer doméstico. Convém lembrar que é um dado dependente da memória do entrevistado, uma vez que a PNAD é uma pesquisa do tipo *survey*.

A variável “comparativo de horas de afazer doméstico entre os membros do casal” foi criada com base no “número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos” (V9921); é uma comparação das horas semanais dedicadas ao afazer doméstico pelo homem com as horas semanais dedicadas ao afazer doméstico de sua cônjuge/companheira. As categorias consideradas são as seguintes: o homem dedica a mesma quantidade de horas semanais em afazer doméstico que a mulher; o homem dedica a mais horas semanais em afazer doméstico que a mulher; o homem dedica a menos horas semanais em afazer doméstico que a mulher; e o casal não se dedica ao afazer doméstico.

Horas de trabalho e comparativo de horas de trabalho entre os membros do casal

Aváriável “horas de trabalho” é a reunião das variáveis “número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência” (V9058), “número de horas habitualmente trabalhadas por semana nesse trabalho secundário” (V9101) e “número de horas habitualmente trabalhadas nesse(s) outro(s) trabalho(s) da semana de referência” (V9105). Esta variável assume valores entre 0 (zero) e 98 horas semanais. No capítulo 5, esta variável é denominada “horas semanais de trabalho do casal”, que é caracterizada como a comparação do número de horas do homem com as da mulher, a saber: o homem trabalha a mesma quantidade de horas semanais que a mulher; o homem trabalha mais horas semanais que a mulher; e o homem trabalha menos horas semanais que a mulher.

3 | POPULAÇÃO-ALVO

A população-alvo deste estudo é composta por domicílios com uma família, composta por casais – que coabitam, seja por matrimônio, seja por união estável – heteroafetivos em que ambos os membros exercem algum trabalho fora do lar, com idade a partir de 20 anos.

Para atingir a população-alvo, foi preciso realizar ajustes na base de dados. Tais ajustes foram realizados em etapas, conforme descrito a seguir.

Na primeira etapa de ajuste no banco de dados, foram eliminadas as categorias com os valores: sem declaração, ignorado, e não determinado para as variáveis *Cor/raça* (V0404), *Idade do morador* (V8005), *Anos de estudo* (V4803/V4703), *Rendimento mensal de todas as fontes para pessoas de 10 anos ou mais de idade* (V4720), *Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência* (V9058), *Número de horas habitualmente trabalhadas por semana nesse trabalho secundário* (V9101), *Número de horas habitualmente trabalhadas nesse(s) outro(s) trabalho(s) da semana de referência* (V9105), *Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência* (V9121), *Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos* (V9921).

Já na segunda etapa, o ajuste no banco de dados foi o de selecionar domicílios em que habitavam casais heteroafetivos em que ambos os membros trabalham e possuem idade acima de 20 anos.

A fim de obter as informações mais fidedignas possíveis, foi observada a soma de horas de trabalho e de afazer doméstico. Foi considerado um tempo mínimo necessário ao sono, à alimentação e à higiene pessoal de cinco horas diárias. Desta forma, a soma de horas de trabalho e de afazer doméstico não poderia exceder 133 horas semanais. As observações da amostra que ultrapassavam este valor não foram consideradas, e foram eliminadas na segunda etapa de ajuste no banco de dados.

A última etapa (terceira etapa) de ajuste no banco de dados foi o de selecionar os

domicílios com apenas uma família, obtendo-se assim, finalmente, o banco de dados da população-alvo. A escolha por se trabalhar com domicílios com uma família é explicada pelo fato de não haver ajuda mútua entre famílias em relação aos afazeres domésticos.

4 I PANORAMA GERAL DOS DOMICÍLIOS

O número total de domicílios em 2002, segundo dados da PNAD, é de aproximadamente 46 milhões; em 2012 chega a pouco menos de 64 milhões, o percentual em área urbana/rural não varia muito de um ano para outro, cerca de 85% estão área na urbana e 15% na área rural (Tabela 4.2).

Ano	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
2002	41.118.228	85,2%	7.472.206	14,8%	48.590.434	100,0%
2007	47.754.369	84,5%	8.747.292	15,5%	56.501.661	100,0%
2012	54.946.035	86,0%	8.970.109	14,0%	63.916.144	100,0%

Tabela 4.2: Quantidade de domicílios, por ano, segundo situação do domicílio (banco de dados bruto).
Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Após o primeiro ajuste no banco de dados, o número de domicílios em 2002 passou a representar 99,7% dos domicílios do banco de dados bruto. São 48.447.837 domicílios, sendo 85,2% localizados em área urbana e 14,8% em área rural. Em 2007, o número de domicílios, nessa segundo etapa de acerto (ajuste) no banco de dados, é de 56.237.662, 99,5% dos domicílios do banco de dados bruto deste ano. Já em 2012, tem-se 99,3% dos domicílios do banco de dados bruto, um total de 63.499.072 domicílios (Tabela 4.3). Na Tabela 4.3 apresenta-se a quantidade de domicílios após o primeiro ajuste no banco de dados.

Ano	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
2002	40.983.581	85,2%	7.464.256	14,8%	48.447.837	100,0%
2007	47.506.504	84,5%	8.731.158	15,5%	56.237.662	100,0%
2012	54.543.784	85,9%	8.955.288	14,1%	63.499.072	100,0%

Tabela 4.3: Quantidade de domicílios após o primeiro ajuste na base de dados, por ano, segundo situação do domicílio. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

O segundo ajuste no banco de dados resultou em um total de 13.938.899 domicílios em 2002, 16.647.938 em 2007 e, em 2012, 18.111.323 (Tabela 4.4). Nestes valores estão domicílios com uma ou mais famílias. Selecionando-se os domicílios com apenas uma família, tem-se o número de domicílios da população-alvo. Na Tabela 4.4, apresenta-se a quantidade de domicílios após o segundo ajuste no banco de dados.

Ano	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
2002	10.692.894	76,7%	3.246.005	23,3%	13.938.899	100,0%
2007	13.030.993	78,3%	3.616.945	21,7%	16.647.938	100,0%
2012	14.955.687	82,6%	3.155.636	17,4%	18.111.323	100,0%

Tabela 4.4: Quantidade de domicílios após o segundo ajuste na base de dados, por ano, segundo situação do domicílio. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Após o segundo ajuste no banco de dados, foi observada a quantidade de domicílios que possuíam apenas uma família. O percentual de domicílios com uma família é bastante elevado. Nota-se, portanto, que as famílias extensas, considerando a população-alvo deste trabalho, estão diminuindo (Tabela 4.5).

Ano	Nº de famílias por domicílio	Situação censitária					
		Urbano		Rural		Total	
2002	domicílios com uma família	10.686.791	99,9%	3.244.646	100,0%	13.931.437	99,9%
	domicílios com mais de uma família	6.103	0,1%	1.359	0,0%	7.462	0,1%
	Total	10.692.894	100,0%	3.246.005	100,0%	13.938.899	100,0%
2007	domicílios com uma família	13.024.319	99,9%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%
	domicílios com mais de uma família	6.674	0,1%	1.528	0,0%	8.202	0,0%
	Total	13.030.993	100,0%	3.616.945	100,0%	16.647.938	100,0%
2012	domicílios com uma família	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%
	domicílios com mais de uma família	1.838	0,0%	746	0,0%	2.584	0,0%
	Total	14.955.687	100,0%	3.155.636	100,0%	18.111.323	100,0%

Tabela 4.5: Quantidade de domicílios com uma família, por ano, segundo situação do domicílio (após 2º ajuste no banco de dados). Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Uma análise da quantidade de domicílios com uma família por região do país permite verificar que, considerando as características da população-alvo deste trabalho,

surpreendentemente, a região Norte é a região do país que menos possui famílias extensas. Em 2002 e em 2007, era a região Nordeste que mais tinha domicílios com mais de uma família, já em 2012, foi a região Sudeste que mais apresentou domicílios com mais de uma família (Tabela 4.6 a 4.8 e Gráfico 4.1).

Região do país	Nº de famílias por domicílio	Situação censitária					
		Urbano		Rural		Total	
Centro-Oeste	domicílios com uma família	816.753	100,0%	211.276	99,8%	1.028.029	100,0%
	domicílios com mais de uma família	-	-	333	0,2%	333	0,0%
	Total	816.753	100,0%	211.609	100,0%	1.028.362	100,0%
Norte	domicílios com uma família	586.683	100,0%	46.756	100,0%	633.439	100,0%
	domicílios com mais de uma família	-	-	-	-	-	-
	Total	586.683	100,0%	46.756	100,0%	633.439	100,0%
Nordeste	domicílios com uma família	2.146.033	99,9%	1.448.931	99,9%	3.594.964	99,9%
	domicílios com mais de uma família	2.234	0,1%	1.026	0,1%	3.260	0,1%
	Total	2.148.267	100,0%	1.449.957	100,0%	3.598.224	100,0%
Sul	domicílios com uma família	1.982.227	99,9%	810.511	100,0%	2.792.738	99,9%
	domicílios com mais de uma família	2.542	0,1%	-	-	2.542	0,1%
	Total	1.984.769	100,0%	810.511	100,0%	2.795.280	100,0%
Sudeste	domicílios com uma família	5.155.095	100,0%	727.172	100,0%	5.882.267	100,0%
	domicílios com mais de uma família	1.327	0,0%	-	-	1.327	0,0%
	Total	5.156.422	100,0%	727.172	100,0%	5.883.594	100,0%
Total		10.692.894		3.246.005		13.938.899	

Tabela 4.6: Quantidade de domicílios com uma família, por ano e região do país, segundo situação do domicílio (após 2º ajuste no banco de dados). Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Região do país	Nº de famílias por domicílio	Situação censitária					
		Urbano		Rural		Total	
Centro-Oeste	domicílios com uma família	1.069.785	100,0%	236.819	100,0%	1.306.604	100,0%
	domicílios com mais de uma família	353	0,0%	-	-	353	0,0%
	Total	1.070.138	100,0%	236.819	100,0%	1.306.957	100,0%
Norte	domicílios com uma família	744.163	100,0%	402.541	100,0%	1.146.704	100,0%
	domicílios com mais de uma família	-	-	-	-	0	0,0%
	Total	744.163	100,0%	402.541	100,0%	1.146.704	100,0%
Nordeste	domicílios com uma família	2.653.068	99,9%	1.522.786	99,9%	4.175.854	99,9%
	domicílios com mais de uma família	2.345	0,1%	1.528	0,1%	3.873	0,1%
	Total	2.655.413	100,0%	1.524.314	100,0%	4.179.727	100,0%
Sul	domicílios com uma família	2.422.845	100,0%	735.581	100,0%	3.158.426	100,0%
	domicílios com mais de uma família	625	0,0%	-	-	625	0,0%
	Total	2.423.470	100,0%	735.581	100,0%	3.159.051	100,0%
Sudeste	domicílios com uma família	6.134.458	99,9%	717.690	100,0%	6.852.148	100,0%
	domicílios com mais de uma família	3.351	0,1%	-	-	3.351	0,0%
	Total	6.137.809	100,0%	717.690	100,0%	6.855.499	100,0%
Total		13.030.993		3.616.945		16.647.938	

Tabela 4.7: Quantidade de domicílios com uma família, por ano e região do país, segundo situação do domicílio (após 2º ajuste no banco de dados). Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Região do país	Nº de famílias por domicílio	Situação censitária					
		Urbano		Rural		Total	
Centro-Oeste	domicílios com uma família	1.295.724	100,0%	178.035	100,0%	1.473.759	100,0%
	domicílios com mais de uma família	-	-	-	-	-	-
	Total	1.295.724	100,0%	178.035	100,0%	1.473.759	100,0%
Norte	domicílios com uma família	928.564	100,0%	439.972	100,0%	1.368.536	100,0%
	domicílios com mais de uma família	-	-	-	-	-	-
	Total	928.564	100,0%	439.972	100,0%	1.368.536	100,0%
Nordeste	domicílios com uma família	2.999.792	100,0%	1.271.768	100,0%	4.271.560	100,0%
	domicílios com mais de uma família	683	0,0%	-	-	683	0,0%
	Total	3.000.475	100,0%	1.271.768	100,0%	4.272.243	100,0%
Sul	domicílios com uma família	2.706.836	100,0%	609.319	100,0%	3.316.155	100,0%
	domicílios com mais de uma família	-	-	-	-	-	-
	Total	2.706.836	100,0%	609.319	100,0%	3.316.155	100,0%
Sudeste	domicílios com uma família	7.022.933	100,0%	655.796	99,9%	7.678.729	100,0%
	domicílios com mais de uma família	1.155	0,0%	746	0,1%	1.901	0,0%
	Total	7.024.088	100,0%	656.542	100,0%	7.680.630	100,0%
Total		14.955.687		3.155.636		18.111.323	

Tabela 4.8: Quantidade de domicílios com uma família, por ano e região do país, segundo situação do domicílio (após 2º ajuste no banco de dados). Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

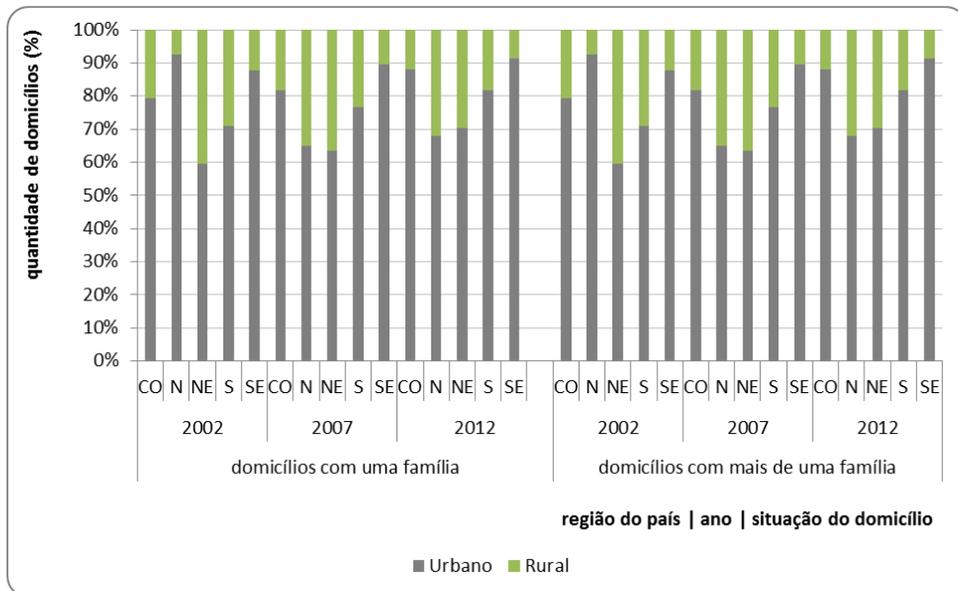


Gráfico 4.1: Quantidade de domicílios com uma família e quantidade de domicílios com mais de uma família, após ajuste na base de dados (após 2º ajuste no banco de dados), por região do país, ano e situação do domicílio. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Cabe lembrar que, para compor a população-alvo, foram selecionados domicílios com apenas uma família, sendo que estas famílias eram compostas de, pelo menos, pessoa de referência de cônjuge/companheiro(a) – ou seja, de casais – com idade a partir de 20 anos e de sexos opostos. Desta maneira, o número de domicílios da população-alvo se equipara ao número de famílias que, por sua vez, se equipara ao número de casais, passando a ser referenciado por número de casais.

Assim, após o ajuste na base de dados (obtido após os ajustes descritos anteriormente), obteve-se distribuição de domicílios da população-alvo apresentada a seguir (Tabela 4.9). A população-alvo é composta por cerca de 13 milhões de casais no ano de 2002, aproximadamente 16 milhões para no ano de 2007 e pouco mais de 18 milhões no ano de 2012 (Tabela 4.9). Os casais são mais numerosos na área urbana do que na área rural (Tabela 4.9 e Gráfico 4.2). Como as realidades são bastante diferenciadas para as diferentes situações do domicílio (área urbana e área rural), as análises sempre são separadas por situação censitária (área urbana e área rural).

Ano	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
2002	10.686.791	76,7%	3.244.646	23,3%	13.931.437	100,0%
2007	13.024.319	78,3%	3.615.417	21,7%	16.639.736	100,0%
2012	14.953.849	82,6%	3.154.890	17,4%	18.108.739	100,0%

Tabela 4.9: Quantidade de casais da população-alvo, por ano, segundo situação do domicílio. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

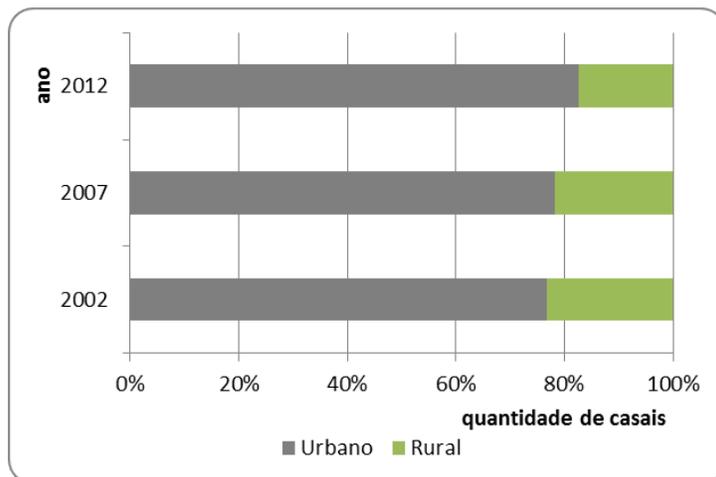


Gráfico 4.2: Quantidade de casais da população-alvo, por ano, segundo situação do domicílio. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

A quantidade de casais (famílias) por região do país são apresentadas no Capítulo 5, Seção 5.1.

As famílias da população-alvo que moram na área rural possuem, em média, mais integrantes na família do que as que vivem na área urbana, mas este número é sempre próximo de 4 pessoas. Tanto na área urbana quanto na área rural, o número médio de componentes da família decresce com o passar dos anos. (Tabela 4.10 e Gráfico 4.3)

Ano	Situação censitária	
	Urbano	Rural
2002	3,8	4,3
2007	3,6	4,0
2012	3,4	3,7

Tabela 4.10: Número médio de componentes da família da população-alvo, por ano, segundo situação censitária do domicílio de residência – Brasil, 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

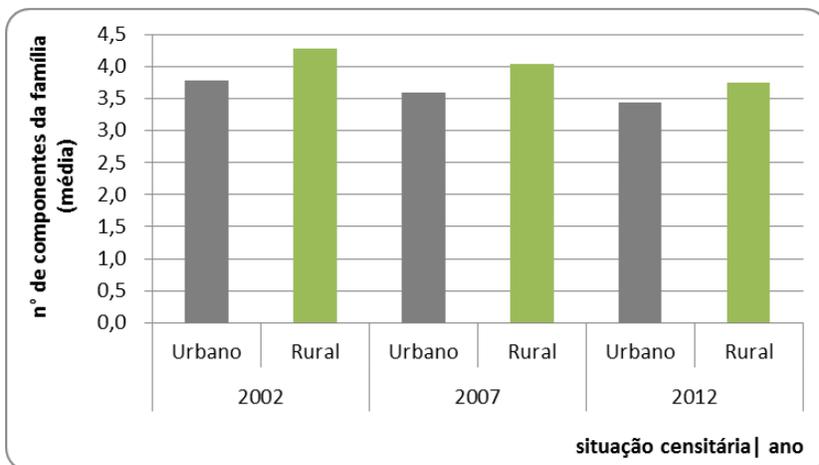


Gráfico 4.3: Número médio de componentes da família da população-alvo, por ano, segundo situação censitária do domicílio de residência - Brasil, 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

O rendimento familiar per capita também é inferior para quem vive no campo, as famílias do meio urbano possuem rendimento familiar per capita médio entre 3 e 5 salários mínimos, enquanto quem vive no campo possui rendimento familiar per capita médio entre 1/2 e 2 salários mínimos (Tabela 4.11). O rendimento familiar per capita foi separado em quintis, em que a classe 1 representa o grupo de famílias 20% mais pobres e a classe 5 representa o grupo de famílias 20% mais ricas. A análise por quintil é apresentada no Capítulo 5, Seção 5.2.

Ano	Situação censitária					
	Urbano			Rural		
	Valor corrente (R\$)		Valor deflacionado (R\$)	Valor corrente (R\$)		Valor deflacionado (R\$)
2002	541,87	(entre 2 e 3 SM; classe 4)	722,49	169,92	(entre 1/2 e 1 SM; classe 2)	226,56
2007	827,86	(entre 2 e 3 SM; classe 4)	275,95	302,78	(entre 1/2 e 1 SM; classe 2)	100,93
2012	1.359,43	(entre 2 e 3 SM; classe 4)	1.359,43	532,48	(entre 1/2 e 1 SM; classe 2)	532,48

Tabela 4.11: Rendimento médio familiar per capita da população-alvo (em Reais, R\$), por ano, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Nota 1: SM é salário mínimo

Nota 2: Valores deflacionados pelo IPCA para set/2012. IPCA set/02 = 0,72; IPCA set/07 = 0,18; IPCA set/12 = 0,54 (IBGE).

No Capítulo 5, são analisadas características dos casais, segundo a população-alvo caracterizada neste trabalho.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS CONSIDERANDO O AFAZER DOMÉSTICO

Neste capítulo, são analisadas as características dos casais, em que ambos os membros trabalham, levando em consideração variáveis como as grandes regiões do país em que se situa o domicílio de residência, a classe de rendimento familiar per capita, a cor/raça do casal, a diferença de idade entre os membros do casal, a diferença de anos de estudo entre os membros do casal, o arranjo familiar, o número de filhos na família, a faixa etária do filho mais novo da família, número de idosos na família, a faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, as horas semanais de trabalho do casal, a dedicação do casal ao afazer doméstico, e as horas semanais de afazer doméstico do casal. Cada uma dessas variáveis são analisadas separando-se as situações censitárias do domicílio de residência (urbano e rural), devido a possíveis diferenças no modo de vida entre as áreas urbanas e rurais.

Além disso, são analisadas diferenças em termos de horas médias semanais de afazer doméstico¹, de acordo com as características do casal descritas no parágrafo anterior. Ao final do capítulo, apresenta-se um perfil dos casais segundo a dedicação ao afazer doméstico para as variáveis que se mostraram mais marcantes na análise univariada.

1 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO PAÍS

Conforme descrito no capítulo anterior, a população-alvo é composta de 13.931.437 casais em 2002, 16.639.736 casais em 2007 e 18.108.739 casais em 2012. Esses casais se encontram, majoritariamente, na região Sudeste, representando em torno de 42% dos casais em cada um dos três anos estudados (Tabelas 5.1 a 5.3 e Gráficos 5.1 a 5.3).

A região Sudeste é a mais populosa em área urbana, seguida da região Nordeste. A região Nordeste é a maior região em população de área rural. A região com menor população urbana é a Norte e a região cuja população rural é mais reduzida é a Centro-Oeste (Tabelas 5.1 a 5.3 e Gráficos 5.1 a 5.3).

¹ As médias de horas semanais de afazer doméstico consideraram as pessoas que executavam afazer doméstico; caso fossem consideradas também as pessoas que não executam afazer doméstico, a média seria puxada para baixo, prejudicando a comparação entre homens e mulheres.

Região do país	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
Norte	586.683	5,5%	46.756	1,4%	633.439	4,5%
Nordeste	2.146.033	20,1%	1.448.931	44,7%	3.594.964	25,8%
Sudeste	5.155.095	48,2%	727.172	22,4%	5.882.267	42,2%
Sul	1.982.227	18,5%	810.511	25,0%	2.792.738	20,0%
Centro-Oeste	816.753	7,6%	211.276	6,5%	1.028.029	7,4%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.1: Quantidade de casais, por ano e grande região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil -2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Região do país	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
Norte	744.163	5,7%	402.541	11,1%	1.146.704	6,9%
Nordeste	2.653.068	20,4%	1.522.786	42,1%	4.175.854	25,1%
Sudeste	6.134.458	47,1%	717.690	19,9%	6.852.148	41,2%
Sul	2.422.845	18,6%	735.581	20,3%	3.158.426	19,0%
Centro-Oeste	1.069.785	8,2%	236.819	6,6%	1.306.604	7,9%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.2: Quantidade de casais, por ano e grande região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Região do país	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
Norte	928.564	6,2%	439.972	13,9%	1.368.536	7,6%
Nordeste	2.999.792	20,1%	1.271.768	40,3%	4.271.560	23,6%
Sudeste	7.022.933	47,0%	655.796	20,8%	7.678.729	42,4%
Sul	2.706.836	18,1%	609.319	19,3%	3.316.155	18,3%
Centro-Oeste	1.295.724	8,7%	178.035	5,6%	1.473.759	8,1%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.3: Quantidade de casais, por ano e grande região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota-se o reduzido número de casais na área rural da região Norte em 2002 (Tabela 5.1), isto é devido, como observado no Capítulo 4, ao fato de que a pesquisa ainda não cobria toda essa região, sendo a parte rural pesquisada apenas para o estado de Tocantins. Assim, neste estudo, a área rural de 2002 não foi objeto de análise, tampouco de

comparação com os demais anos, embora esteja representada nas tabelas e nos gráficos deste estudo.

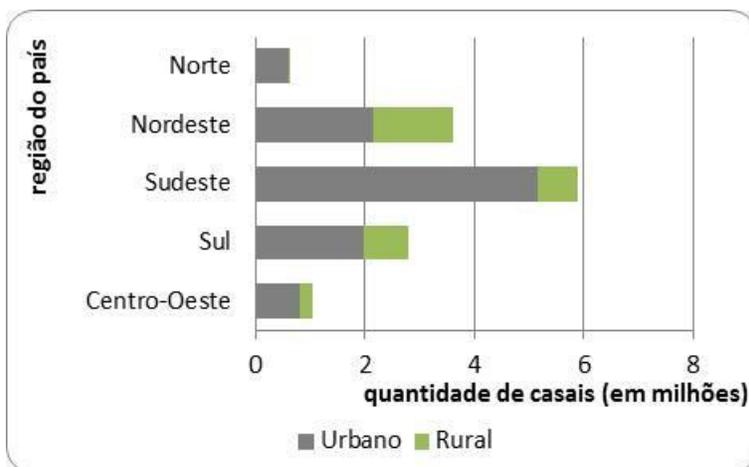


Gráfico 5.1: Quantidade de casais, por ano e região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

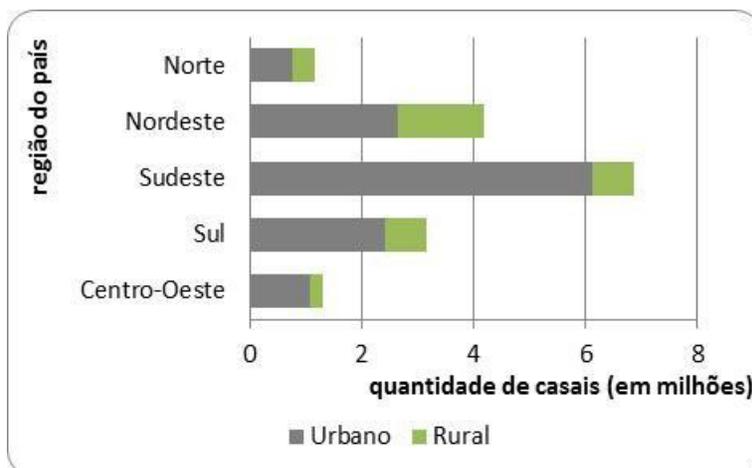


Gráfico 5.2: Quantidade de casais, por ano e região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

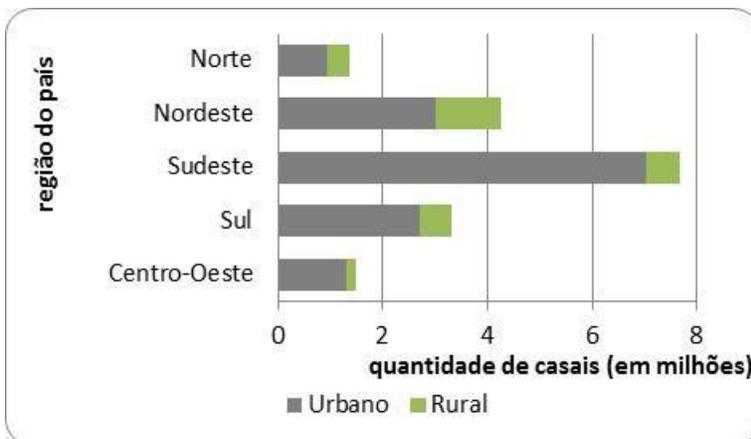


Gráfico 5.3: Quantidade de casais, por ano e região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

De acordo com a Tabela 5.4, as horas que os homens e as mulheres dedicaram ao afazer doméstico, nos anos de análise, não tiveram grandes variações por região do país, nem ao longo dos anos. As áreas urbana e rural apresentam significativas diferenças com relação às horas dedicadas ao afazer doméstico pela mulher. As mulheres das áreas rurais dedicam mais horas aos afazeres domésticos do que as mulheres das áreas urbanas. Estas usam entre 20 e 30 horas semanais nas tarefas domésticas e as que habitam nas áreas rurais, entre 25 e 35 horas semanais. O inverso ocorre em relação aos homens: os homens das áreas rurais dedicam ligeiramente menos horas aos afazeres domésticos que os homens das áreas urbanas. Já a diferença entre homens e mulheres no tempo dedicado o afazer doméstico é substancial: os homens dedicam em torno de 9 horas semanais e as mulheres dedicam cerca de 26 horas semanais.

Ainda segundo a Tabela 5.4, nota-se que ainda que timidamente, maior número de horas semanais dedicadas ao afazer doméstico pelos homens das regiões Norte e Nordeste, tanto na área urbana quanto na área rural. Da mesma forma, há, em geral, uma queda nas horas dedicadas ao afazer doméstico pelas mulheres; a exceção fica para as mulheres das áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste, que apresentaram elevação na média das horas dedicadas às tarefas domésticas.

Ano	Região do país	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	Norte	10,0	23,2	7,7	25,6
	Nordeste	10,2	26,8	9,1	32,7
	Sudeste	9,9	25,6	10,1	33,3
	Sul	9,3	24,6	8,0	28,0
	Centro-Oeste	9,3	23,9	9,3	28,0
2007	Norte	9,8	22,0	8,5	25,9
	Nordeste	9,7	25,8	9,7	31,2
	Sudeste	9,8	24,7	9,2	30,8
	Sul	9,3	23,2	8,0	26,5
	Centro-Oeste	9,9	22,4	8,3	28,9
2012	Norte	10,7	22,5	8,5	27,3
	Nordeste	10,5	24,3	10,1	29,7
	Sudeste	9,8	22,1	8,7	29,2
	Sul	9,6	21,5	8,4	25,9
	Centro-Oeste	8,8	20,5	9,3	28,9

Tabela 5.4: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

2 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO A CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA

Como uma *proxy* da classe social, foi utilizado o rendimento familiar per capita, separado em quintis, em que a classe 1 representa o grupo de casais 20% mais pobres e a classe 5 representa o grupo de casais 20% mais ricos. Para obtenção das cinco classes, considerou-se a população-alvo sem separar urbano e rural. O rendimento familiar per capita foi obtido pela soma dos rendimentos de todas as fontes dos integrantes da família dividido pelo número de pessoas na família. Considerou-se como pessoa da família as pessoas cuja condição na família foi classificada como pessoa de referência, cônjuge, filho e outro parente.

Pela Tabela 5.5, nota-se, nos três anos analisados, que a área urbana concentra mais casais com classe de rendimento familiar per capita mais elevada. Na área rural, a maioria dos casais se situa na primeira classe de rendimento familiar per capita, como esperado, uma vez que o meio rural, tradicionalmente, apresenta menores rendimentos.

Ano	Classe de rendimento familiar per capita	Situação censitária					
		Urbano		Rural		Total	
2002	classe 1	1.149.456	10,8%	1.665.104	51,3%	2.814.560	20,2%
	classe 2	2.054.260	19,2%	715.954	22,1%	2.770.214	19,9%
	classe 3	2.338.461	21,9%	467.954	14,4%	2.806.415	20,1%
	classe 4	2.483.102	23,2%	275.067	8,5%	2.758.169	19,8%
	classe 5	2.661.512	24,9%	120.567	3,7%	2.782.079	20,0%
	Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%
2007	classe 1	1.510.304	11,6%	1.818.210	50,3%	3.328.514	20,0%
	classe 2	2.573.371	19,8%	763.838	21,1%	3.337.209	20,1%
	classe 3	2.814.051	21,6%	540.198	14,9%	3.354.249	20,2%
	classe 4	2.961.070	22,7%	332.447	9,2%	3.293.517	19,8%
	classe 5	3.165.523	24,3%	160.724	4,4%	3.326.247	20,0%
	Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%
2012	classe 1	1.947.683	13,0%	1.675.165	53,1%	3.622.848	20,0%
	classe 2	3.111.909	20,8%	652.246	20,7%	3.764.155	20,8%
	classe 3	3.100.945	20,7%	384.718	12,2%	3.485.663	19,2%
	classe 4	3.436.296	23,0%	297.265	9,4%	3.733.561	20,6%
	classe 5	3.357.016	22,4%	145.496	4,6%	3.502.512	19,3%
	Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.5: Quantidade de casais, por ano e classe de rendimento familiar per capita, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Na Tabela 5.6, observa-se que não há grande variação nas horas semanais dedicadas ao afazer doméstico pelos homens de um ano para outro (anos analisados), segundo as classes de rendimento familiar per capita, enquanto que, para as mulheres, pode-se visualizar uma queda. Também verifica-se que, quanto mais alto é o rendimento familiar per capita, menos horas semanais a mulher dedica ao afazer doméstico, o que pode ser atribuído à contratação de empregados domésticos. Para o homem, percebe-se que há uma leve alteração na hora média semanal de afazer doméstico, de acordo com a classe de rendimento familiar per capita – principalmente na classe mais rica –, mas os valores são bem próximos e o tempo dedicado aos afazeres domésticos pelos homens é bastante inferior aos das mulheres (Gráfico 5.4 e Tabela 5.6).

Ano	Faixa de rendimento familiar per capita	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	classe 1	10,5	30,8	8,8	32,6
	classe 2	10,3	28,1	8,7	30,6
	classe 3	10,4	26,3	9,4	30,0
	classe 4	10,0	24,7	9,9	28,6
	classe 5	8,3	20,4	8,4	27,8
2007	classe 1	9,9	29,9	9,2	31,0
	classe 2	10,3	26,4	8,9	28,7
	classe 3	10,1	25,0	9,1	27,8
	classe 4	9,8	23,7	8,2	26,9
	classe 5	8,6	19,6	8,4	26,3
2012	classe 1	10,5	26,8	9,1	29,9
	classe 2	10,6	24,3	9,3	27,3
	classe 3	10,1	23,0	9,2	27,3
	classe 4	9,8	21,3	9,2	26,0
	classe 5	8,8	17,8	8,0	25,0

Tabela 5.6: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e classe de rendimento familiar per capita, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

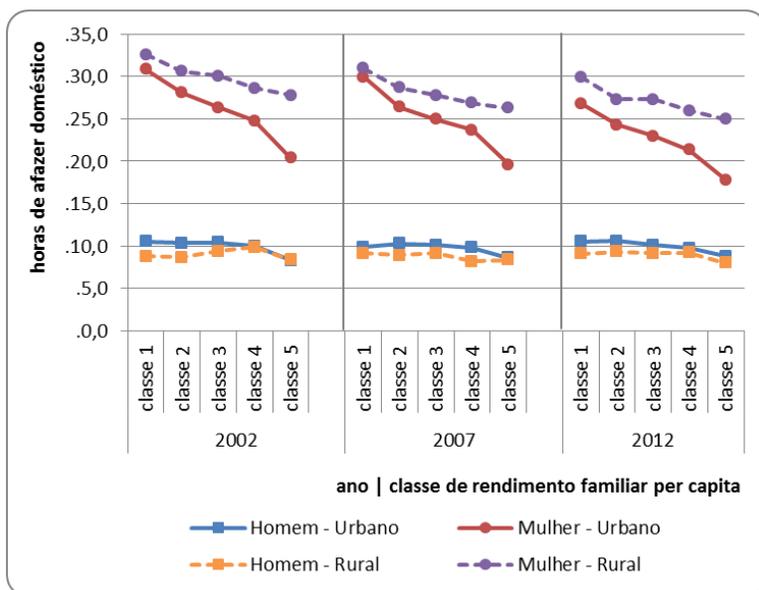


Gráfico 5.4: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e classe de rendimento familiar per capita, segundo sexo e situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

3 I CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO A COR/RAÇA DO CASAL

Para a definição de uma variável que representasse cor/raça do casal, optou-se por não considerar a cor/raça amarela ou indígena, pois são poucos os casais em que pelo menos um dos membros é de cor/raça amarela ou indígena (Tabelas 5.7 a 5.9). Assim, trabalhou-se com as cores/raças branca, preta e parda, e obteve-se nove categorias na formação da variável cor/raça do casal: homem branco e mulher branca, homem branco e mulher preta, homem branco e mulher parda, homem preto e mulher branca, homem preto e mulher preta, homem preto e mulher parda, homem pardo e mulher branca, homem pardo e mulher preta, e homem pardo e mulher parda.

Apenas para a análise da variável cor/raça, foram desconsiderados os casais em que pelo menos um dos membros é de cor/raça amarela ou indígena. Na análise desta variável, o total de casais é de 13.770.190 em 2002, 16.401.188 em 2007 e 17.859.395 em 2012.

De acordo com as Tabelas 5.7 a 5.9, nota-se que há uma quantidade expressiva de casais em que ambos os membros são brancos, apesar de o número de casais nessa configuração diminuir ao longo dos anos analisados. A segunda categoria mais numerosa é a formada por homens e mulheres pardos, sendo esta categoria mais expressiva na área rural do que na área urbana. A categoria formada por homens e mulheres brancos é mais numerosa na área urbana do que na área rural.

Cor/raça do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem branco e mulher branca	5.228.608	48,9%	1.229.742	37,9%	6.458.350	46,4%
homem branco e mulher preta	129.301	1,2%	16.568	0,5%	145.869	1,0%
homem branco e mulher parda	953.732	8,9%	319.874	9,9%	1.273.606	9,1%
homem preto e mulher branca	171.704	1,6%	25.951	0,8%	171.704	1,2%
homem preto e mulher preta	295.553	2,8%	61.361	1,9%	356.914	2,6%
homem preto e mulher parda	171.149	1,6%	53.994	1,7%	225.143	1,6%
homem pardo e mulher branca	1.101.133	10,3%	324.558	10,0%	1.425.691	10,2%
homem pardo e mulher preta	99.860	0,9%	32.438	1,0%	132.298	0,9%
homem pardo e mulher parda	2.397.972	22,4%	1.156.692	35,6%	3.554.664	25,5%
amarela ou indígena ¹	137.779	1,3%	23.468	0,7%	137.779	1,0%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.7: Quantidade de casais, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Nota 1: Casais em que pelo menos um dos membros é de cor/raça amarela ou indígena.

Cor/raça do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem branco e mulher branca	5.424.203	41,6%	1.093.156	30,2%	6.517.359	39,2%
homem branco e mulher preta	259.865	2,0%	41.865	1,2%	301.730	1,8%
homem branco e mulher parda	1.362.910	10,5%	396.017	11,0%	1.758.927	10,6%
homem preto e mulher branca	316.058	2,4%	44.636	1,2%	316.058	1,9%
homem preto e mulher preta	397.444	3,1%	85.222	2,4%	482.666	2,9%
homem preto e mulher parda	344.881	2,6%	105.393	2,9%	450.274	2,7%
homem pardo e mulher branca	1.667.771	12,8%	455.966	12,6%	2.123.737	12,8%
homem pardo e mulher preta	251.568	1,9%	67.009	1,9%	318.577	1,9%
homem pardo e mulher parda	2.796.498	21,5%	1.290.726	35,7%	4.087.224	24,6%
amarela ou indígena ¹	203.121	1,6%	35.427	1,0%	203.121	1,2%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.8: Quantidade de casais, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Nota 1: Casais em que pelo menos um dos membros é de cor/raça amarela ou indígena.

Cor/raça do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem branco e mulher branca	5.578.694	37,3%	845.747	26,8%	6.424.441	35,5%
homem branco e mulher preta	323.285	2,2%	35.569	1,1%	358.854	2,0%
homem branco e mulher parda	1.687.481	11,3%	341.127	10,8%	2.028.608	11,2%
homem preto e mulher branca	432.620	2,9%	46.919	1,5%	432.620	2,4%
homem preto e mulher preta	455.068	3,0%	77.538	2,5%	532.606	2,9%
homem preto e mulher parda	471.575	3,2%	101.699	3,2%	573.274	3,2%
homem pardo e mulher branca	1.938.950	13,0%	373.642	11,8%	2.312.592	12,8%
homem pardo e mulher preta	288.982	1,9%	75.094	2,4%	364.076	2,0%
homem pardo e mulher parda	3.563.483	23,8%	1.221.922	38,7%	4.785.405	26,4%
amarela ou indígena ¹	213.711	1,4%	35.633	1,1%	213.711	1,2%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.9: Quantidade de casais, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota 1: Casais em que pelo menos um dos membros é de cor/raça amarela ou indígena.

Já com relação às horas médias semanais de afazer doméstico, observa-se, nas Tabelas 5.10 a 5.12, que a mulher que reside na área rural gasta mais horas semanais em afazer doméstico do que as mulheres que residem na área urbana, assim como o

homem urbano dedica mais horas semanais em afazer doméstico do que o homem rural, independente da cor/raça do casal. Nota-se, também, que há uma diferença bastante grande entre as horas semanais de afazer doméstico entre mulheres e homens para todos os grupos de cor/raça.

Cor/raça do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem branco e mulher branca	9,4	24,5	8,7	30,0
homem branco e mulher preta	9,6	26,7	9,3	32,7
homem branco e mulher parda	9,8	26,8	8,9	32,7
homem preto e mulher branca	10,8	26,4	8,5	34,7
homem preto e mulher preta	10,3	25,7	10,7	28,8
homem preto e mulher parda	10,0	27,4	8,9	34,7
homem pardo e mulher branca	10,0	25,9	9,2	32,7
homem pardo e mulher preta	10,6	25,7	8,3	34,4
homem pardo e mulher parda	10,5	26,3	9,2	31,6

Tabela 5.10: Média de horas semanais de afazer doméstico, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Cor/raça do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem branco e mulher branca	9,3	23,3	8,4	28,0
homem branco e mulher preta	10,5	24,6	8,9	27,3
homem branco e mulher parda	10,0	25,1	9,3	30,6
homem preto e mulher branca	10,0	23,9	11,4	25,8
homem preto e mulher preta	10,1	25,5	7,9	28,6
homem preto e mulher parda	10,2	25,4	8,7	28,6
homem pardo e mulher branca	10,0	24,4	9,5	31,6
homem pardo e mulher preta	10,7	26,0	7,9	28,0
homem pardo e mulher parda	9,9	25,4	9,3	30,0

Tabela 5.11: Média de horas semanais de afazer doméstico, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Cor/raça do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem branco e mulher branca	9,7	21,0	8,7	27,6
homem branco e mulher preta	10,2	22,4	8,3	31,1
homem branco e mulher parda	9,8	23,2	8,3	29,1
homem preto e mulher branca	9,0	21,2	9,3	27,5
homem preto e mulher preta	10,3	23,7	10,6	27,8
homem preto e mulher parda	10,4	23,0	9,0	29,6
homem pardo e mulher branca	10,2	22,7	9,5	28,0
homem pardo e mulher preta	10,8	22,9	9,6	27,6
homem pardo e mulher parda	10,0	23,6	9,4	29,0

Tabela 5.12: Média de horas semanais de afazer doméstico, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

4 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO A DIFERENÇA DE IDADE ENTRE OS MEMBROS DO CASAL

De acordo com as Tabelas 5.13 a 5.15, nota-se que, para os três anos analisados, a maioria dos casais apresenta uma diferença de idade de até 5 anos e que, geralmente, o homem tem mais idade do que a mulher.

Diferença de idade entre os membros do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há diferença	777.502	7,3%	223.460	6,9%	1.000.962	7,2%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	1.686.540	15,8%	424.750	13,1%	2.111.290	15,2%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	440.287	4,1%	89.681	2,8%	529.968	3,8%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	129.684	1,2%	29.379	0,9%	159.063	1,1%
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	47.548	0,4%	8.987	0,3%	56.535	0,4%
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	17.540	0,2%	5.379	0,2%	22.919	0,2%
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	4.480.528	41,9%	1.341.956	41,4%	5.822.484	41,8%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	2.075.077	19,4%	756.738	23,3%	2.831.815	20,3%

o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	642.890	6,0%	226.074	7,0%	868.964	6,2%
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	238.273	2,2%	73.846	2,3%	312.119	2,2%
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	150.922	1,4%	64.396	2,0%	215.318	1,5%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.13: Quantidade de casais, por diferença de idade do homem para a mulher, segundo ano e situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Diferença de idade entre os membros do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há diferença	1.032.230	7,9%	243.178	6,7%	1.275.408	7,7%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	2.156.500	16,6%	454.983	12,6%	2.611.483	15,7%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	604.223	4,6%	123.925	3,4%	728.148	4,4%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	196.811	1,5%	46.043	1,3%	242.854	1,5%
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	47.554	0,4%	15.196	0,4%	62.750	0,4%
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	18.244	0,1%	8.047	0,2%	26.291	0,2%
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	5.282.853	40,6%	1.391.358	38,5%	6.674.211	40,1%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	2.457.565	18,9%	872.271	24,1%	3.329.836	20,0%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	769.244	5,9%	283.336	7,8%	1.052.580	6,3%
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	275.287	2,1%	100.330	2,8%	375.617	2,3%
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	183.808	1,4%	76.750	2,1%	260.558	1,6%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.14: Quantidade de casais, por diferença de idade do homem para a mulher, segundo ano e situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Diferença de idade entre os membros do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há diferença	1.166.912	7,8%	185.578	5,9%	1.352.490	7,5%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	2.458.400	16,4%	375.659	11,9%	2.834.059	15,7%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	721.937	4,8%	107.531	3,4%	829.468	4,6%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	217.932	1,5%	35.702	1,1%	253.634	1,4%
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	67.406	0,5%	13.300	0,4%	80.706	0,4%
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	27.430	0,2%	8.848	0,3%	36.278	0,2%
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	6.080.863	40,7%	1.296.022	41,1%	7.376.885	40,7%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	2.806.961	18,8%	743.797	23,6%	3.550.758	19,6%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	880.910	5,9%	239.985	7,6%	1.120.895	6,2%
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	322.522	2,2%	74.834	2,4%	397.356	2,2%
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	202.576	1,4%	73.634	2,3%	276.210	1,5%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.15: Quantidade de casais, por diferença de idade do homem para a mulher, segundo ano e situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

A diferença de idade entre os membros do casal pode ser mais facilmente visualizada no Gráfico 5.5, a seguir.

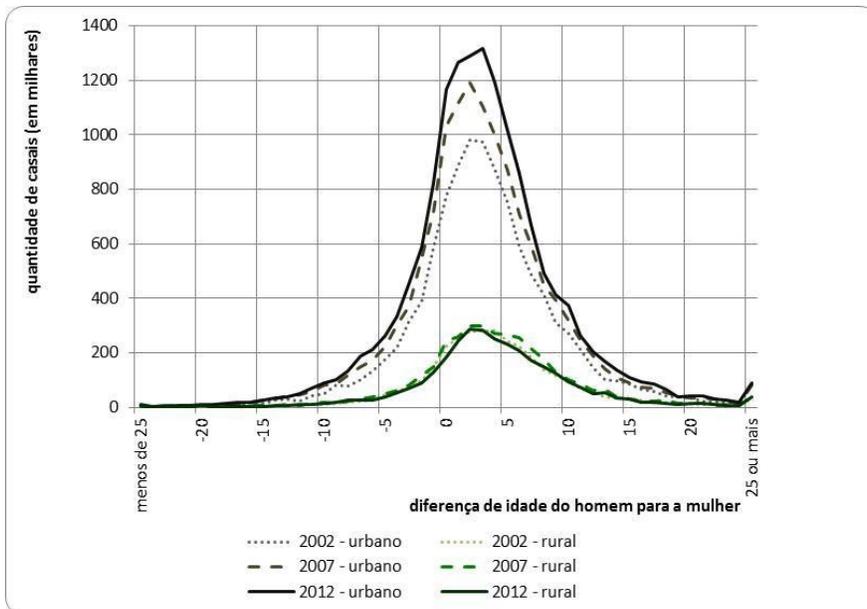


Gráfico 5.5: Quantidade de casais, por diferença de idade do homem para a mulher, segundo ano e situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

O homem é, em média, 3 anos mais velho que sua cônjuge/companheira, se o casal mora na área urbana e cerca de 4 anos se o casal mora na área rural (Tabela 5.16).

Ano	Média da Diferença de idade do homem para a mulher	
	Urbano	Rural
2002	3,3	4,1
2007	3,0	4,2
2012	3,0	4,2

Tabela 5.16: Média da diferença de idade do homem para a mulher, por ano, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Observando-se as Tabelas 5.17 a 5.19, não percebe-se grandes variações nas médias de horas semanais de afazer doméstico devido à diferença de idade entre os membros do casal. O mesmo acontece quando observa-se as horas médias semanais de afazer doméstico, por faixa etária do casal (vide Apêndice A).

Diferença de idade do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	9,6	24,8	8,6	30,7
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	9,7	24,8	9,1	30,9
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	10,5	26,0	9,7	28,4
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	11,0	25,9	8,9	28,8
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	10,6	23,0	7,1	25,5
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	9,0	25,0	6,4	26,9
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	9,5	25,2	8,9	31,3
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	9,9	26,0	8,8	31,9
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	10,0	25,7	9,5	32,3
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	10,5	25,7	8,9	29,0
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	10,9	26,5	9,3	32,9

Tabela 5.17: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e diferença de idade do homem para a mulher, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Diferença de idade do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	9,6	23,7	9,2	29,7
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	9,6	24,2	8,9	29,0
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	10,5	24,7	9,5	28,4
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	9,2	23,5	12,1	30,4
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	13,6	23,3	11,5	27,9
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	10,2	21,9	8,5	29,9
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	9,4	24,2	8,5	29,4
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	9,8	24,6	9,1	29,5
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	10,2	24,7	9,5	29,9
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	10,5	24,3	9,4	29,3
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	10,7	24,0	10,2	29,9

Tabela 5.18: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e diferença de idade do homem para a mulher, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Diferença de idade do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	9,7	22,2	8,3	27,5
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	9,8	22,1	8,6	28,5
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	9,1	22,4	10,7	27,8
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	9,9	21,9	10,2	24,7
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	11,4	20,0	12,2	29,7
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	10,2	21,4	16,0	23,2
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	9,9	22,3	9,1	28,6
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	9,9	22,5	8,9	28,6
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	10,1	22,3	9,2	28,6
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	10,2	22,2	10,7	29,3
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	10,5	23,0	9,8	28,4

Tabela 5.19: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e diferença de idade do homem para a mulher, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

5 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO DIFERENÇA DE ANOS DE ESTUDO ENTRE OS MEMBROS DO CASAL

De acordo com as Tabelas 5.20 a 5.22, percebe-se que, na maioria dos casais brasileiros em análise (mais de 87% dos casais), a diferença de anos de estudo entre os membros do casal é de até 5 anos ou inexistente diferença. A mulher, em geral, é mais escolarizada que o homem, em especial na área rural. Na área urbana, a mulher possui mais anos de estudo que o homem para cerca de 40% dos casais, considerando os anos 2002, 2007 e 2012.

Diferença de anos de estudo do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há diferença	3.511.445	32,9%	1.210.883	37,3%	4.722.328	33,9%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	3.345.187	31,3%	1.137.728	35,1%	4.482.915	32,2%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	822.540	7,7%	147.219	4,5%	969.759	7,0%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	94.800	0,9%	22.964	0,7%	117.764	0,8%
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	2.560.580	24,0%	675.391	20,8%	3.235.971	23,2%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	317.741	3,0%	46.594	1,4%	364.335	2,6%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	34.498	0,3%	3.867	0,1%	38.365	0,3%
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-	-	-
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.20: Quantidade de casais, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Diferença de anos de estudo do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há diferença	4.076.308	31,3%	1.061.646	29,4%	5.137.954	30,9%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	4.212.225	32,3%	1.350.925	37,4%	5.563.150	33,4%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	1.086.126	8,3%	259.000	7,2%	1.345.126	8,1%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	162.132	1,2%	51.426	1,4%	213.558	1,3%
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	2.974.117	22,8%	790.776	21,9%	3.764.893	22,6%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	461.402	3,5%	90.112	2,5%	551.514	3,3%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	52.009	0,4%	11.532	0,3%	63.541	0,4%
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-	-	-
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.21: Quantidade de casais, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Diferença de anos de estudo do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há diferença	5.307.619	35,5%	861.078	27,3%	6.168.697	34,1%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	4.628.566	31,0%	1.139.921	36,1%	5.768.487	31,9%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	1.292.498	8,6%	319.861	10,1%	1.612.359	8,9%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	231.215	1,5%	89.534	2,8%	320.749	1,8%
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	2.915.181	19,5%	633.923	20,1%	3.549.104	19,6%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	498.134	3,3%	93.982	3,0%	592.116	3,3%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	80.636	0,5%	16.591	0,5%	97.227	0,5%
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-	-	-
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.22: Quantidade de casais, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Segundo as Tabelas 5.23 a 5.25, a diferença de anos de estudos entre os membros do casal pouco influencia na média de horas semanais em afazer doméstico dos homens e das mulheres, pois não há significativas diferenças nas horas semanais dedicadas ao afazer doméstico nem pelo homem nem pela mulher.

Diferença de anos de estudo	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	9,5	24,0	8,8	31,1
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	10,0	25,5	8,7	31,5
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	10,2	25,8	9,1	31,0
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	10,0	24,2	12,2	29,1
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	9,6	26,6	9,5	31,1
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	10,4	27,9	8,3	32,4
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	9,6	27,6	10,1	19,6
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-

Tabela 5.23: Média de horas semanais em afazer doméstico, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Diferença de anos de estudo	Situação censitária			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	9,7	23,2	9,0	28,8
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	9,8	24,3	9,0	30,0
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	10,0	24,6	9,1	27,8
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	9,6	24,7	10,6	26,1
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	9,5	25,2	8,8	30,0
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	9,4	26,2	8,2	29,4
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	9,7	27,1	9,8	29,7
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-

Tabela 5.24: Média de horas semanais em afazer doméstico, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Diferença de anos de estudo	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	9,7	21,1	9,4	27,7
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	9,9	22,4	8,9	29,0
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	9,9	23,7	8,6	28,4
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	10,0	22,6	10,9	25,9
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	10,1	23,2	9,0	28,7
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	9,8	24,0	9,5	28,7
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	9,7	21,4	6,8	31,8
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-

Tabela 5.25: Média de horas semanais em afazer doméstico, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

6 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO ARRANJO FAMILIAR

Observa-se, pelas Tabelas 5.26 a 5.28, nos três anos analisados (2002, 2007 e 2012), os casais com filhos e sem idosos perfazem a maioria dos arranjos familiares do país. Os demais arranjos familiares são constituídos por casais sem filhos e sem idosos e por casal com filhos e com idosos, sendo este a minoria dos casais.

Arranjo familiar	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
casal sem filhos e sem idosos	1.696.944	15,9%	438.689	13,5%	2.135.633	15,3%
casal com filhos e sem idosos	8.692.448	81,3%	2.694.625	83,0%	11.387.073	81,7%
casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-	-	-
casal com filhos e com idosos	297.399	2,8%	111.332	3,4%	408.731	2,9%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.26: Quantidade de casais, por arranjo familiar, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Arranjo familiar	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
casal sem filhos e sem idosos	2.439.809	18,7%	603.260	16,7%	3.043.069	18,3%
casal com filhos e sem idosos	10.269.727	78,9%	2.897.658	80,1%	13.167.385	79,1%
casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-	-	-
casal com filhos e com idosos	314.783	2,4%	114.499	3,2%	429.282	2,6%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.27: Quantidade de casais, por arranjo familiar, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Arranjo familiar	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
casal sem filhos e sem idosos	3.292.721	22,0%	682.650	21,6%	3.975.371	22,0%
casal com filhos e sem idosos	11.318.499	75,7%	2.388.160	75,7%	13.706.659	75,7%
casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-	-	-
casal com filhos e com idosos	342.629	2,3%	84.080	2,7%	426.709	2,4%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.28: Quantidade de casais, por arranjo familiar, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

De acordo com a Tabela 5.29, as mulheres aumentam significativamente suas horas semanais de afazer doméstico quando têm filhos e/ou idosos na família (em cerca de 3h semanais), enquanto que para os homens quase não há alteração nas horas semanais de afazer doméstico. Isto indica que o trabalho de cuidado com os membros da família ainda é atribuído, preponderantemente, às mulheres. Embora tenha havido queda ao longo dos anos, parece não haver a contrapartida masculina nas tarefas de cuidado, podendo essa queda ser atribuída a outros fatores que não o comprometimento masculino com essa

tarefa.

Ano	Arranjo familiar	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	casal sem filhos e sem idosos	9,5	21,3	9,6	29,4
	casal com filhos e sem idosos	9,8	26,2	8,8	31,5
	casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-
	casal com filhos e com idosos	9,9	25,1	8,4	32,7
2007	casal sem filhos e sem idosos	9,5	20,8	9,5	26,9
	casal com filhos e sem idosos	9,8	25,1	8,8	30,0
	casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-
	casal com filhos e com idosos	9,9	25,1	9,1	29,6
2012	casal sem filhos e sem idosos	9,4	19,1	9,1	26,6
	casal com filhos e sem idosos	10,0	23,2	9,1	29,0
	casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-
	casal com filhos e com idosos	9,0	22,1	7,5	28,0

Tabela 5.29: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e arranjo familiar, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

71 CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO NÚMERO DE FILHOS NA FAMÍLIA

De acordo com as Tabelas 5.30 a 5.32, nota-se que vem aumentando o número de casais sem filhos e caindo o número de casais com 3 ou mais filhos. Isso ocorre tanto na área urbana quanto na área rural. Tanto na área urbana, quanto na área rural, o mais comum para os casais é ter 1 ou 2 filhos, porém o número de casais com 3 ou mais filhos é superior na área rural e o número de casais com até 2 filhos (inclusive casais sem filhos) é maior na área urbana.

Número de filhos na família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
nenhum filho	1.696.944	15,9%	438.689	13,5%	2.135.633	15,3%
1 filho	2.886.319	27,0%	703.233	21,7%	3.589.552	25,8%
2 filhos	3.589.525	33,6%	867.932	26,7%	4.457.457	32,0%
3 filhos	1.663.534	15,6%	616.174	19,0%	2.279.708	16,4%
4 filhos	541.581	5,1%	310.507	9,6%	852.088	6,1%

5 filhos ou mais	308.888	2,9%	308.111	9,5%	616.999	4,4%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.30: Quantidade de casais, por número de filhos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Número de filhos na família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
nenhum filho	2.439.809	18,7%	603.260	16,7%	3.043.069	18,3%
1 filho	3.996.653	30,7%	900.393	24,9%	4.897.046	29,4%
2 filhos	4.119.182	31,6%	967.364	26,8%	5.086.546	30,6%
3 filhos	1.714.073	13,2%	592.962	16,4%	2.307.035	13,9%
4 filhos	511.768	3,9%	274.955	7,6%	786.723	4,7%
5 filhos ou mais	242.834	1,9%	276.483	7,6%	519.317	3,1%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.31: Quantidade de casais, por número de filhos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Número de filhos na família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
nenhum filho	3.292.721	22,0%	682.650	21,6%	3.975.371	22,0%
1 filho	4.944.658	33,1%	857.320	27,2%	5.801.978	32,0%
2 filhos	4.478.521	29,9%	827.114	26,2%	5.305.635	29,3%
3 filhos	1.621.904	10,8%	448.402	14,2%	2.070.306	11,4%
4 filhos	420.470	2,8%	188.274	6,0%	608.744	3,4%
5 filhos ou mais	195.575	1,3%	151.130	4,8%	346.705	1,9%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.32: Quantidade de casais, por número de filhos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Segundo a Tabela 5.33, as horas semanais dedicadas ao afazer doméstico aumentam para as mulheres se o casal possui filhos (um ou mais). Porém, não sofre grandes alterações devido à quantidade de filhos, principalmente para as mulheres da área rural, talvez devido ao fato de os filhos mais velhos auxiliarem no cuidado com os mais novos, ou as tarefas relacionadas ao cuidado com filhos serem simultâneas e, por isso, não exigirem tempo adicional por filho. Para os homens, tanto da área urbana quanto da área rural, não nota-se alterações nas médias das horas semanais de afazer doméstico. O fato de não ter filhos na família impacta (reduz) na média de horas semanais das mulheres

em afazer doméstico, mas não afeta a dos homens. Robinson *et al.* (1972) identificaram, em seu estudo (vide Seção 2.3), que não existe uma correlação positiva entre o número de crianças no domicílio e o montante de tarefas domésticas per capita. Observa-se, também, que as horas médias semanais de afazer doméstico das mulheres são reduzidas ao longo dos anos em análise.

Ano	Número de filhos na família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	nenhum filho	9,5	21,3	9,6	29,4
	1 filho	10,1	24,9	9,1	30,4
	2 filhos	9,4	26,2	9,0	31,3
	3 filhos	10,0	27,2	8,2	31,9
	4 filhos	10,2	27,6	9,1	32,9
	5 filhos ou mais	10,6	29,3	8,0	32,5
2007	nenhum filho	9,5	20,8	9,5	26,9
	1 filho	9,7	24,0	8,8	29,1
	2 filhos	9,8	25,1	8,4	29,7
	3 filhos	9,9	26,5	9,1	31,3
	4 filhos	9,4	26,7	9,4	30,2
	5 filhos ou mais	9,5	29,5	9,5	30,6
2012	nenhum filho	9,4	19,1	9,1	26,6
	1 filho	10,0	22,6	9,2	27,7
	2 filhos	9,9	23,4	9,0	29,9
	3 filhos	10,4	23,8	9,2	29,4
	4 filhos	10,1	25,3	8,6	29,9
	5 filhos ou mais	10,3	25,6	9,2	28,3

Tabela 5.33: Média de horas semanais de afazer doméstico, por ano e número de filhos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Sendo a presença de filhos uma variável marcante no afazer doméstico (ALMEIDA *et al.*, 2014), foi realizada a análise desta variável segundo as horas semanais de afazer doméstico conjugada com as horas semanais de trabalho.

Nota-se, pela Tabela 5.34, que as mulheres não reduzem expressivamente sua carga horária semanal de trabalho quando têm filhos, mas aumentam seus afazeres domésticos. Pinheiro *et al.* (2008), ao analisar dados das PNADs de 2001 e de 2007, observaram que as mulheres, mesmo participando do mercado de trabalho, ainda respondem pela maior parte

das tarefas domésticas (vide Seção 2.3).

Ainda de acordo com a Tabela 5.34, os homens não aumentam substancialmente suas horas semanais de trabalho devido à presença de filhos. Na área urbana, quando o casal tem filhos, o tempo total de trabalho é maior para homens e para mulheres, mas as mulheres, independente da presença de filhos, exercem mais trabalho total do que os homens. Na área rural, o tempo total de trabalho não difere entre homens e mulheres e aumenta, para ambos, quando da presença de filhos. No entanto, quando o casal tem filhos, os homens exercem mais trabalho e as mulheres mais afazer doméstico.

Craig *et al.* (2010) -- em estudo realizado nos países Itália, Austrália, França, Dinamarca e Estados Unidos (vide Seção 2.3) -- e Robinson *et al.* (1972) -- em estudo realizado nos países Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Bélgica, Bulgária, Tchecoslováquia, Estados Unidos, França, Hungria, Iugoslávia, Peru, Polônia e Rússia (vide Seção 2.3) -- concluíram que as famílias com crianças despendiam mais tempo em trabalho remunerado e não remunerado do que as famílias sem filhos. Craig *et al.* (2010) verificaram, ainda, que as mulheres de casais que possuíam filhos se dedicavam mais ao afazer doméstico do que seus cônjuges/companheiros. Esses fatos são observados nos dados da Tabela 5.34.

Nota-se, também, que, de maneira geral, os homens se dedicam mais ao trabalho e as mulheres ao afazer doméstico. Esse fato foi identificado por Martín (1994), quando analisou as horas de trabalho remunerado e não remunerado de homens e mulheres em 22 países (vide Seção 2.3).

Ano	Presença de filhos na família	Situação censitária Sexo Horas semanais de trabalho (T) e de afazer doméstico (AD)											
		Urbano						Rural					
		Homem			Mulher			Homem			Mulher		
		T	AD	Total	T	AD	Total	T	AD	Total	T	AD	Total
2002	casal sem filhos	46,2	9,5	55,7	39,0	21,3	60,3	46,6	9,6	56,2	27,2	29,4	56,7
	casal com filhos	47,6	9,8	57,4	36,9	26,1	63,1	49,5	8,8	58,3	26,6	31,5	58,2
2007	casal sem filhos	45,3	9,5	54,8	38,8	20,8	59,6	44,0	9,5	53,5	26,3	26,9	53,2
	casal com filhos	46,5	9,8	56,3	37,1	25,1	62,3	45,5	8,8	54,4	25,9	29,9	55,9
2012	casal sem filhos	44,0	9,4	53,4	38,8	19,1	57,9	41,5	9,1	50,7	27,4	26,6	54,0
	casal com filhos	44,9	10,0	54,9	37,6	23,2	60,8	43,6	9,1	52,6	27,2	29,0	56,1

Tabela 5.34: Média de horas semanais de trabalho e de afazer doméstico, por ano e presença de filhos, segundo situação censitária do domicílio de residência, sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Observando-se o Gráfico 5.6, percebe-se mais claramente que os homens dedicam mais horas na semana com o trabalho, e as mulheres com afazer doméstico. Este fato

foi constatado por Souza (1972) e por Martín (1994) em estudos realizados em diversos países (vide Seção 2.3). As mulheres que residem em áreas rurais dedicam mais tempo na semana ao afazer doméstico que as mulheres da área urbana, mas menos tempo ao trabalho do que estas. Os homens das áreas rurais trabalham mais horas por semana do que os homens que moram em áreas urbanas, mas dedicam menos horas semanais em afazer doméstico do que estes. Observando as horas totais de trabalho (trabalho e afazer doméstico), as mulheres das áreas urbanas possuem uma dupla jornada mais extensa em relação aos homens das áreas urbanas e rurais, e também em relação às mulheres das áreas rurais. Assim, a mulher que habita em áreas urbanas é a mais penalizada na dupla jornada de trabalho.

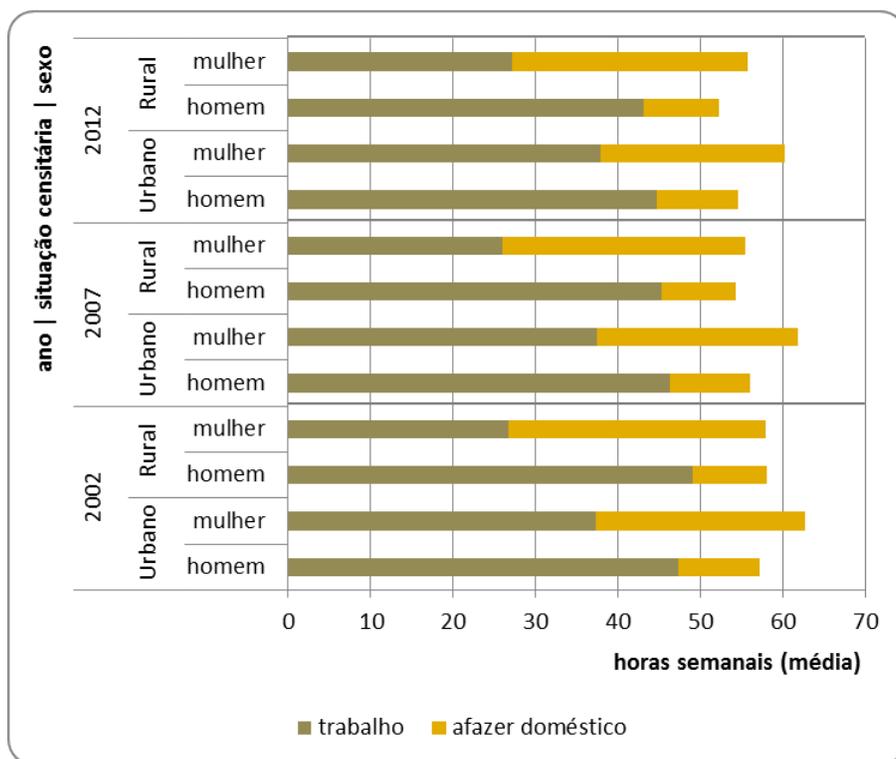


Gráfico 5.6: Média de horas semanais de trabalho e de afazer doméstico, por ano, situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

8 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DO FILHO MAIS NOVO DA FAMÍLIA

A fim de viabilizar a análise das horas semanais de afazer doméstico segundo a faixa etária dos filhos da família, a variável escolhida para representar essa característica

foi a faixa etária do filho mais novo da família, uma vez que, é sabido que a idade dos filhos impacta nas horas de trabalho da mulher (ITABORAÍ, 2014). Segundo as Tabelas 5.35 a 5.37, para a maior parte dos casais, o filho mais novo situa-se na faixa etária de 5 a 10 anos, seguida da faixa etária de 0 a 4 anos, que juntas representam cerca de 48% dos casais.

Ainda de acordo com as Tabelas 5.35 a 5.37, observa-se que cresce, com o passar dos anos, o número de famílias sem filhos, este fenômeno acontece nas áreas urbana e rural, sendo mais expressivo na área urbana. Também cresce o número de casais com filhos de mais de 20 anos de idade como pessoas mais novas presentes no domicílio: as famílias com jovens (20 anos ou mais de idade) representavam 7,0% do total de famílias em 2002, 9,0% em 2007 e totalizavam 10,1% das famílias em 2012.

Faixa etária do filho mais novo da família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
família sem filhos	1.696.944	15,9%	438.689	13,5%	2.135.633	15,3%
de 0 a 4 anos	2.652.750	24,8%	930.744	28,7%	3.583.494	25,7%
de 5 a 10 anos	2.834.640	26,5%	852.486	26,3%	3.687.126	26,5%
de 11 a 14 anos	1.498.031	14,0%	461.955	14,2%	1.959.986	14,1%
de 15 a 19 anos	1.248.128	11,7%	335.185	10,3%	1.583.313	11,4%
de 20 a 24 anos	485.873	4,5%	113.393	3,5%	599.266	4,3%
25 anos ou mais	270.425	2,5%	112.194	3,5%	382.619	2,7%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.35: Quantidade de casais, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Faixa etária do filho mais novo da família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
família sem filhos	2.439.809	18,7%	603.260	16,7%	3.043.069	18,3%
de 0 a 4 anos	2.896.588	22,2%	861.663	23,8%	3.758.251	22,6%
de 5 a 10 anos	3.276.566	25,2%	962.332	26,6%	4.238.898	25,5%
de 11 a 14 anos	1.792.000	13,8%	491.351	13,6%	2.283.351	13,7%
de 15 a 19 anos	1.431.915	11,0%	389.017	10,8%	1.820.932	10,9%
de 20 a 24 anos	742.079	5,7%	170.239	4,7%	912.318	5,5%
25 anos ou mais	445.362	3,4%	137.555	3,8%	582.917	3,5%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.36: Quantidade de casais, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Faixa etária do filho mais novo da família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
família sem filhos	3.292.721	22,0%	682.650	21,6%	3.975.371	22,0%
de 0 a 4 anos	3.129.492	20,9%	665.291	21,1%	3.794.783	21,0%
de 5 a 10 anos	3.352.389	22,4%	791.493	25,1%	4.143.882	22,9%
de 11 a 14 anos	1.915.005	12,8%	381.220	12,1%	2.296.225	12,7%
de 15 a 19 anos	1.730.831	11,6%	343.426	10,9%	2.074.257	11,5%
de 20 a 24 anos	920.761	6,2%	130.226	4,1%	1.050.987	5,8%
25 anos ou mais	612.650	4,1%	160.584	5,1%	773.234	4,3%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.37: Quantidade de casais, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Segundo a Tabela 5.38, há um dispêndio um pouco maior de horas quando o filho está na faixa de 0 a 4 anos de idade. As mulheres, tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais, dedicam mais horas semanais em afazer doméstico quando têm filhos em relação a quando não possui filhos, e a presença de filhos impacta mais nas horas de afazer doméstico da mulher do que nas do homem.

Ano	Faixa etária do filho mais novo da família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	casais sem filhos	9,5	21,3	9,6	29,4
	de 0 a 4 anos	10,7	27,2	9,3	33,2
	de 5 a 10 anos	9,9	26,3	8,7	30,7
	de 11 a 14 anos	9,1	25,1	8,0	30,1
	de 15 a 19 anos	9,0	25,3	8,8	30,8
	de 20 a 24 anos	8,8	25,9	8,8	33,0
	25 anos ou mais	8,7	24,8	8,8	30,8
2007	casais sem filhos	9,5	20,8	9,5	26,9
	de 0 a 4 anos	10,5	26,1	9,3	30,8
	de 5 a 10 anos	9,7	25,2	8,8	29,3
	de 11 a 14 anos	9,5	24,4	8,6	29,5
	de 15 a 19 anos	9,4	24,3	8,0	29,5
	de 20 a 24 anos	8,8	24,4	8,5	30,6
	25 anos ou mais	8,5	24,5	9,3	30,9

2012	casais sem filhos	9,4	19,1	9,1	26,6
	de 0 a 4 anos	10,9	24,4	9,5	30,2
	de 5 a 10 anos	10,0	23,0	9,2	28,9
	de 11 a 14 anos	9,7	22,5	8,2	27,3
	de 15 a 19 anos	9,4	22,5	9,4	28,8
	de 20 a 24 anos	8,9	22,4	9,2	28,2
	25 anos ou mais	9,1	23,4	7,6	29,1

Tabela 5.38 Média de horas semanais em afazer doméstico, por ano e faixa etária do filho mais novo da família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

9 I CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO NÚMERO DE IDOSOS NA FAMÍLIA

A população brasileira está envelhecendo, a pirâmide etária está deixando a forma de pirâmide e assumindo a forma de um barril, o que significa que o número de idosos está aumentando. A maior quantidade de idosos (e com cada vez mais idade) exigirá mais tempo e cuidado por parte das pessoas adultas (FONTOURA *et al.*, 2010). Para a população-alvo do presente estudo, o número de idosos na família parece estar diminuindo ligeiramente ao longo dos anos de análise (Tabelas 5.39 a 5.41). O fato de estar diminuindo, ainda que levemente, o percentual de famílias com 1 idoso em seus lares pode ser devido aos idosos morando em casas de repouso.

Número de idosos na família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
nenhum idoso	10.389.588	97,2%	3.133.314	96,6%	13.522.902	97,1%
1 idoso	294.988	2,8%	109.310	3,4%	404.298	2,9%
2 idosos ou mais	2.215	0,0%	2.022	0,1%	4.237	0,0%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.39: Quantidade de casais, por número de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Número de idosos na família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
nenhum idoso	12.709.536	97,6%	3.500.918	96,8%	16.210.454	97,4%
1 idoso	302.940	2,3%	110.186	3,0%	413.126	2,5%
2 idosos ou mais	11.843	0,1%	4.313	0,1%	16.156	0,1%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.40: Quantidade de casais, por número de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Número de idosos na família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
nenhum idoso	14.611.220	97,7%	3.070.810	97,3%	17.682.030	97,6%
1 idoso	333.297	2,2%	79.775	2,5%	413.072	2,3%
2 idosos ou mais	9.332	0,1%	4.305	0,1%	13.637	0,1%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.41: Quantidade de casais, por número de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

As horas semanais médias em afazer doméstico não seguem um padrão, sendo, portanto, inconclusivo (Tabela 5.42), talvez pelo baixo percentual de casais com idosos em seus lares.

Ano	Número de idosos na família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	nenhum idoso	9,8	25,4	9,0	31,2
	1 idoso	9,9	25,2	8,4	33,0
	2 idosos ou mais	14,0	14,4	5,0	15,3
2007	nenhum idoso	9,7	24,3	9,0	29,4
	1 idoso	10,0	25,2	9,2	30,0
	2 idosos ou mais	8,6	23,1	6,1	20,5
2012	nenhum idoso	9,9	22,3	9,1	28,5
	1 idoso	9,0	22,3	7,3	27,9
	2 idosos ou mais	10,0	17,8	9,9	30,5

Tabela 5.42: Média de horas semanais em afazer doméstico, por ano e número de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Como a presença de 2 ou mais idosos é irrisória, analisa-se, a seguir, a presença ou não de idosos.

De acordo com a Tabela 5.43, apenas cerca de 3% dos casais analisados possuem idosos na família. Há uma leve queda nesse percentual para a população-alvo deste trabalho, tomando-se por base os anos analisados, apesar de o número de idosos, conhecidamente, estar aumentando na população brasileira. Duas explicações possíveis são as de que os idosos possuem boa saúde, não necessitando de dependência dos filhos, ou os idosos recebem atenção especializada em casas de repouso.

Ano	Presença de idosos na família	Situação censitária					
		Urbano		Rural		Total	
2002	não há idosos na família	10.389.588	97,2%	3.133.314	96,6%	13.522.902	97,1%
	há idosos na família	297.203	2,8%	111.332	3,4%	408.535	2,9%
	Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%
2007	não há idosos na família	12.709.536	97,6%	3.500.918	96,8%	16.210.454	97,4%
	há idosos na família	314.783	2,4%	114.499	3,2%	429.282	2,6%
	Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%
2012	não há idosos na família	14.611.220	97,7%	3.070.810	97,3%	17.682.030	97,6%
	há idosos na família	342.629	2,3%	84.080	2,7%	426.709	2,4%
	Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.43: Quantidade de casais, por ano e presença de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

O tempo gasto em afazer doméstico parece não ser influenciado pela presença de idosos na família (Tabela 5.44).

Ano	Presença de idosos na família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	não há idosos na família	9,8	25,4	9,0	31,2
	há idosos na família	9,9	25,1	8,4	32,7
2007	não há idosos na família	9,7	24,3	9,0	29,4
	há idosos na família	9,9	25,1	9,1	29,6
2012	não há idosos na família	9,9	22,3	9,1	28,5
	há idosos na família	9,0	22,1	7,5	28,0

Tabela 5.44: Média de horas semanais em afazer doméstico, por ano e presença de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

10 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DO IDOSO COM IDADE MAIS AVANÇADA DA FAMÍLIA

Segundo as Tabelas 5.45 a 5.47, o percentual de casais com idosos em seus lares é quase que equitativamente distribuído segundo a faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, apesar de um percentual pequeno de casais abrigarem idosos em seus domicílios.

Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há idosos na família	10.389.588	97,2%	3.133.314	96,6%	13.522.902	97,1%
de 60 a 69 anos	90.393	0,8%	22.105	0,7%	112.498	0,8%
de 70 a 79 anos	117.999	1,1%	44.356	1,4%	162.355	1,2%
80 anos ou mais	88.811	0,8%	44.871	1,4%	133.682	1,0%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.45: Quantidade de casais, por faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há idosos na família	12.709.536	97,6%	3.500.918	96,8%	16.210.454	97,4%
de 60 a 69 anos	111.228	0,9%	37.156	1,0%	148.384	0,9%
de 70 a 79 anos	112.680	0,9%	33.205	0,9%	145.885	0,9%
80 anos ou mais	90.875	0,7%	44.138	1,2%	135.013	0,8%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.46: Quantidade de casais, por faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
não há idosos na família	14.611.220	97,7%	3.070.810	97,3%	17.682.030	97,6%
de 60 a 69 anos	121.698	0,8%	20.530	0,7%	142.228	0,8%
de 70 a 79 anos	113.294	0,8%	28.224	0,9%	141.518	0,8%
80 anos ou mais	107.637	0,7%	35.326	1,1%	142.963	0,8%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.47: Quantidade de casais, por faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Quanto ao tempo médio dedicado aos afazeres domésticos por semana (Tabela 5.48), segundo a faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, nota-se que quando o idoso tem entre 60 e 69 anos de idade, as horas semanais dedicadas ao afazer doméstico pela mulher é menor do que na situação em que não há idosos na família. Isto, provavelmente, ocorre porque o idoso ajuda nas tarefas domésticas, visto que o idoso nesta faixa etária possui uma qualidade de vida/saúde melhor do que os idosos com idades mais avançadas.

Observa-se, também, que, em 2012, os idosos na faixa etária de 70 a 79 anos também devem estar ajudando nas tarefas domésticas, visto que o tempo da mulher dedicado ao afazer doméstico é menor em relação a quando não há idosos na família.

Já quando o idoso tem 80 anos ou mais de idade, há, em geral, mais dedicação da mulher ao afazer doméstico. Isso, provavelmente, devido aos cuidados que uma idade mais avançada do idoso exige.

Quanto às horas dedicadas aos homens ao afazer doméstico segundo a faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, não é possível concluir um padrão.

Ano	Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	não há idosos na família	9,8	25,4	9,0	31,2
	de 60 a 69 anos	9,9	23,4	11,5	31,8
	de 70 a 79 anos	9,6	26,1	7,9	31,4
	80 anos ou mais	10,3	25,5	7,2	34,4
2007	não há idosos na família	9,7	24,3	9,0	29,4
	de 60 a 69 anos	9,9	24,4	9,8	28,9
	de 70 a 79 anos	11,3	25,2	8,1	30,1
	80 anos ou mais	8,4	25,7	9,1	29,8
2012	não há idosos na família	9,9	22,3	9,1	28,5
	de 60 a 69 anos	8,6	21,4	6,1	25,3
	de 70 a 79 anos	8,1	21,9	9,5	28,2
	80 anos ou mais	10,5	23,2	6,6	29,4

Tabela 5.48: Média de horas semanais em afazer doméstico, por ano e faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Os dados do número de idosos na família e da faixa etária do idoso com idade mais avançada da família não permite concluir sua influência sobre o tempo dedicado ao afazer doméstico. Como o percentual de casais com idosos na família é reduzido, optou-se por analisar apenas a presença de idosos na família.

11 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO HORAS SEMANAIS DE TRABALHO DO CASAL

Segundo as Tabelas 5.49 a 5.51, para a maioria dos casais brasileiros analisados que vivem em área urbana, os homens trabalham mais que suas cônjuges/companheiras, mas este percentual vem diminuindo com o passar dos anos, dando lugar para os casais em que os membros trabalham a mesma quantidade de horas semanais ou menos. O mesmo acontece para os casais que moram em áreas rurais, sendo que o percentual de casais cujos homens rurais trabalham mais que as mulheres é superior ao de casais que moram em área urbana.

Horas semanais de trabalho docasal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	2.384.669	22,3%	423.318	13,0%	2.807.987	20,2%
o homem trabalha mais horas que a mulher	6.263.314	58,6%	2.630.319	81,1%	8.893.633	63,8%
o homem trabalha menos horas que a mulher	2.038.808	19,1%	191.009	5,9%	2.229.817	16,0%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.49: Quantidade de casais, por comparativo das horas semanais de trabalho entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Horas semanais de trabalho docasal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	2.971.562	22,8%	471.061	13,0%	3.442.623	20,7%
o homem trabalha mais horas que a mulher	7.455.924	57,2%	2.842.296	78,6%	10.298.220	61,9%
o homem trabalha menos horas que a mulher	2.596.833	19,9%	302.060	8,4%	2.898.893	17,4%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.50: Quantidade de casais, por comparativo das horas semanais de trabalho entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Horas semanais de trabalho docasal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	4.170.359	27,9%	547.419	17,4%	4.717.778	26,1%
o homem trabalha mais horas que a mulher	7.794.831	52,1%	2.283.743	72,4%	10.078.574	55,7%
o homem trabalha menos horas que a mulher	2.988.659	20,0%	323.728	10,3%	3.312.387	18,3%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.51: Quantidade de casais, por comparativo das horas semanais de trabalho entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Observando-se a Tabela 5.52, percebe-se que, ainda que trabalhando o mesmo número de horas por semana, as mulheres despendem muito mais tempo nos afazeres domésticos do que seus cônjuges/companheiros, cerca de duas (2) vezes mais para os

casais que moram em área urbana e duas vezes e meia (2,5) mais nos casais de área rural. Quando o homem trabalha mais que a mulher, a mulher dedica mais horas semanais ao afazer doméstico do que quando a mulher trabalha o mesmo número de horas semanais ou mais que seus cônjuges/companheiros. As horas semanais gastas em afazer doméstico quando o homem trabalha mais que a mulher cai ao longo dos anos.

Observando-se o Gráfico 5.7, nota-se que, quando o homem trabalha a mesma quantidade de horas semanais ou menos que suas cônjuges/companheiras, eles dedicam mais horas semanais em afazer doméstico do que quando trabalham mais horas semanais que suas cônjuges/companheiras, mas ainda assim bem menos tempo do que o que as mulheres dedicam ao afazer doméstico. Quando o homem trabalha mais horas semanais que suas cônjuges/companheiras, eles tendem a realizar menos horas em afazer doméstico e as suas cônjuges/companheiras dedicam mais horas semanais em afazer doméstico, em comparação com os casais em que os homens trabalham o mesmo número de horas semanais ou menos que suas cônjuges/companheiras.

Ano	Horas semanais de trabalho do casal	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	9,8	21,2	9,8	24,0
	o homem trabalha mais horas que a mulher	9,3	28,3	8,6	32,9
	o homem trabalha menos horas que a mulher	10,9	21,2	11,2	23,9
2007	o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	10,0	21,1	9,5	23,3
	o homem trabalha mais horas que a mulher	9,1	26,8	8,8	30,9
	o homem trabalha menos horas que a mulher	10,9	20,7	9,7	24,6
2012	o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	10,1	19,7	9,7	23,8
	o homem trabalha mais horas que a mulher	9,4	24,5	8,6	30,1
	o homem trabalha menos horas que a mulher	10,5	20,1	10,9	24,4

Tabela 5.52: Média de horas semanais em afazer doméstico, por ano e comparativo das horas semanais de trabalho entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

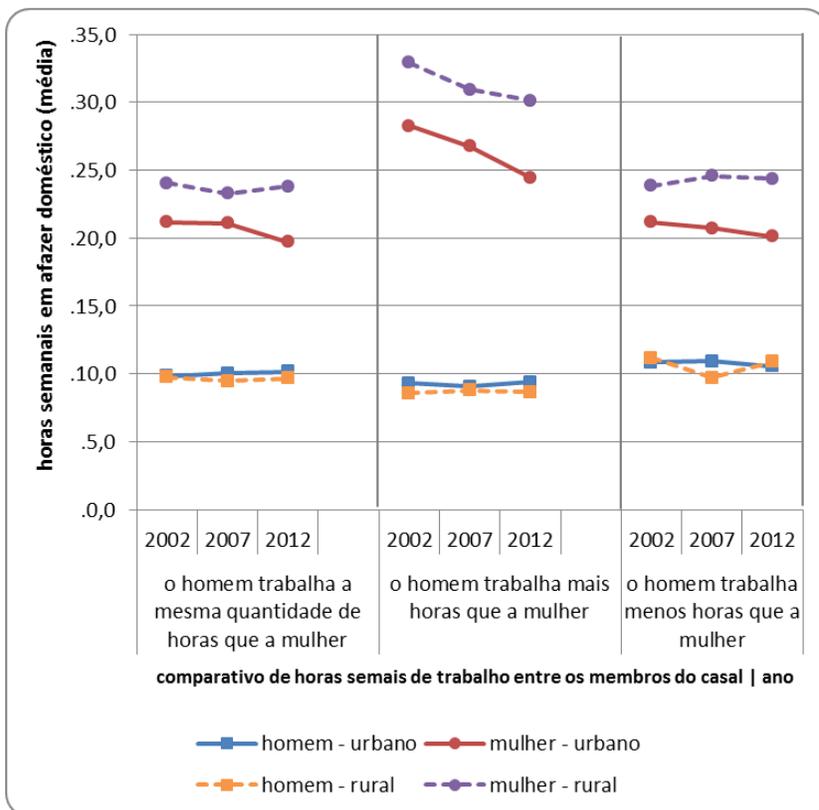


Gráfico 5.7: Média de horas semanais em afazer doméstico, por comparativo das horas semanais de trabalho entre os membros do casal e ano, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

12 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO A DEDICAÇÃO DO CASAL AO AFAZER DOMÉSTICO

Quanto à execução do afazer doméstico, pode-se dizer que as mulheres se dedicam bem mais do que os homens: a proporção de casais em que há participação das mulheres nos afazeres domésticos não é inferior a 94% e a proporção de casais em que há participação dos homens não supera 59% (Tabela 5.53), com uma média de horas semanais de homens e de mulheres bem discrepante: as mulheres dedicam semanalmente entre 22 e 31 horas e os homens, entre 9 e 10 horas. Também nota-se que o homem que reside na área urbana se dedica mais aos afazeres domésticos do que os homens das áreas rurais, e as mulheres que habitam nas áreas rurais empenham mais horas nas atividades de afazer doméstico do que as mulheres urbanas. No apêndice B, encontram-se as tabelas contendo os percentuais de afazer doméstico dos homens e das mulheres dos casais segundo as variáveis analisadas neste capítulo.

Ano	Dedicação ao afazer doméstico e horas despendidas	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	Taxa de participação no afazer doméstico	54,0%	96,5%	45,3%	99,2%
	Horas semanais em afazer doméstico (média)	9,8	25,4	9,0	31,3
2007	Taxa de participação no afazer doméstico	58,8%	94,8%	53,1%	97,0%
	Horas semanais em afazer doméstico (média)	9,7	24,3	9,0	29,4
2012	Taxa de participação no afazer doméstico	56,6%	94,8%	46,0%	97,8%
	Horas semanais em afazer doméstico (média)	9,9	22,3	9,1	28,5

Tabela 5.53 Taxa de participação dos casais no afazer doméstico e média de horas semanais em afazer doméstico, por ano, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

De acordo com as Tabelas 5.54 a 5.56, a configuração da dedicação em afazer doméstico do casal urbano mais frequente é aquela em que ambos executam afazer doméstico. Em 2002, eram 53,5% das famílias, em 2007 passou a ser de 57,4% e teve uma queda em 2012, 55,6% das famílias. Apesar de ainda ser uma participação pequena, teve aumento o número de famílias em que apenas o homem executa fazer doméstico, tanto na área urbana, quanto na área rural. Já na área rural, na maior parte das famílias é apenas a mulher que executa afazer doméstico (54,1% em 2002, 45,2% em 2007 e 52,4% em 2012), mas também é expressivo o número de famílias em que ambos os membros do casal se dedicam ao afazer doméstico.

Afazer doméstico	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem e mulher executam afazer doméstico	5.718.085	53,5%	1.464.947	45,1%	7.183.032	51,6%
apenas o homem executa afazer doméstico	52.561	0,5%	4.545	0,1%	57.106	0,4%
apenas a mulher executa afazer doméstico	4.594.948	43,0%	1.753.968	54,1%	6.348.916	45,6%
nem o homem nem a mulher executam afazer doméstico	321.197	3,0%	21.186	0,7%	342.383	2,5%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.54: Quantidade de casais, por ano e dedicação em afazer doméstico do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Afazer doméstico do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem e mulher executam afazer doméstico	7.477.094	57,4%	1.873.290	51,8%	9.350.384	56,2%
apenas o homem executa afazer doméstico	180.411	1,4%	46.115	1,3%	226.526	1,4%
apenas a mulher executa afazer doméstico	4.874.775	37,4%	1.634.360	45,2%	6.509.135	39,1%
nem o homem nem a mulher executam afazer doméstico	492.039	3,8%	61.652	1,7%	553.691	3,3%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.55: Quantidade de casais, por ano e dedicação em afazer doméstico do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Afazer doméstico do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem e mulher executam afazer doméstico	8.316.950	55,6%	1.432.608	45,4%	9.749.558	53,8%
apenas o homem executa afazer doméstico	140.803	0,9%	19.796	0,6%	160.599	0,9%
apenas a mulher executa afazer doméstico	5.852.490	39,1%	1.652.371	52,4%	7.504.861	41,4%
nem o homem nem a mulher executam afazer doméstico	643.606	4,3%	50.115	1,6%	693.721	3,8%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.56: Quantidade de casais, por ano e dedicação em afazer doméstico do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

O percentual de execução de afazer doméstico segundo as características descritas nos itens anteriores encontram-se no Apêndice B.

Embora seja relevante o números de casais em que ambos os membros executam afazer doméstico, as horas médias semanais de afazer doméstico das mulheres não sofre grandes alterações, comparadas com as horas médias semanais de afazer doméstico das mulheres pertencentes aos casais em que apenas as mulheres cuidam dos afazeres domésticos. Em outras palavras, as horas semanais médias de afazer doméstico das mulheres não são, substancialmente, reduzidas se o homem também executa fazer doméstico no domicílio (Tabela 5.57). É importante, portanto, verificar as horas semanais em afazer doméstico segundo o comparativo de dedicação das horas semanais em afazer doméstico entre os membros do casal, que é abordado no item a seguir.

Ano	Afazer doméstico	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	o homem e a mulher executam afazer doméstico	9,8	25,3	8,9	31,8
	apenas o homem executa afazer doméstico	11,2	0,0	14,4	0,0
	apenas a mulher executa afazer doméstico	0,0	25,5	0,0	30,8
	nem o homem nem a mulher executam afazer doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0
2007	o homem e a mulher executam afazer doméstico	9,7	24,1	8,9	29,3
	apenas o homem executa afazer doméstico	11,0	0,0	10,0	0,0
	apenas a mulher executa afazer doméstico	0,0	24,5	0,0	29,6
	nem o homem nem a mulher executam afazer doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0
2012	o homem e a mulher executam afazer doméstico	9,8	22,2	9,1	29,0
	apenas o homem executa afazer doméstico	12,2	0,0	11,0	0,0
	apenas a mulher executa afazer doméstico	0,0	22,4	0,0	28,0
	nem o homem nem a mulher executam afazer doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela 5.57: Média de horas semanais em afazer doméstico, por ano e dedicação em afazer doméstico do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

13 | CARACTERÍSTICAS DOS CASAIS SEGUNDO HORAS SEMANAIS DE AFAZER DOMÉSTICO DO CASAL

Segundo as Tabelas 5.58 a 5.60, os casais em que os homens dedicam mais horas semanais em afazer doméstico do que as mulheres é a configuração mais rara (em torno de 4% na área urbana e cerca de 2% na área rural), principalmente na área rural. O mais comum é a mulher dedicar mais tempo ao afazer doméstico que seu cônjuge/companheiro. Na área urbana, esta configuração é alta, mas apresenta queda ao longo dos anos analisados. Também é possível perceber que há mais famílias na área rural do que na área urbana em que a dedicação ao afazer doméstico por parte da mulher é maior do que de seus cônjuges/companheiros. Também é bem menor na área rural o percentual de famílias em que há equilíbrio entre os membros do casal nas horas semanais dedicadas ao afazer doméstico: na área urbana esta configuração não é menor que 5,3%, enquanto que na área rural não passa de 1,7%.

Horas semanais de afazer doméstico do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
o homem dedica a mesma quantidade de horas que a mulher	627.403	5,9%	55.638	1,7%	683.041	4,9%
o homem dedica mais horas que a mulher	363.211	3,4%	40.930	1,3%	404.141	2,9%
o homem dedica menos horas que a mulher	9.374.980	87,7%	3.126.892	96,4%	12.501.872	89,7%
o casal não se dedica ao afazer doméstico	321.197	3,0%	21.186	0,7%	342.383	2,5%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.58: Quantidade de casais, por comparativo das horas semanais dedicadas em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Horas semanais de afazer doméstico do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
o homem dedica a mesma quantidade de horas que a mulher	695.381	5,3%	62.566	1,7%	757.947	4,6%
o homem dedica mais horas que a mulher	676.209	5,2%	91.675	2,5%	767.884	4,6%
o homem dedica menos horas que a mulher	11.160.690	85,7%	3.399.524	94,0%	14.560.214	87,5%
o casal não se dedica ao afazer doméstico	492.039	3,8%	61.652	1,7%	553.691	3,3%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.59: Quantidade de casais, por comparativo das horas semanais dedicadas em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Horas semanais de afazer doméstico do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
o homem dedica a mesma quantidade de horas que a mulher	993.681	6,6%	58.423	1,9%	1.052.104	5,8%
o homem dedica mais horas que a mulher	669.409	4,5%	52.851	1,7%	722.260	4,0%
o homem dedica menos horas que a mulher	12.647.153	84,6%	2.993.501	94,9%	15.640.654	86,4%
o casal não se dedica ao afazer doméstico	643.606	4,3%	50.115	1,6%	693.721	3,8%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.60: Quantidade de casais, por comparativo das horas semanais dedicadas em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

De acordo com a Tabela 5.61, quando os casais dedicam a mesma quantidade de horas semanais em afazer domésticos, eles dedicam, em média, em torno de 14h semanais. Quando o homem dedica mais horas semanais ao afazer doméstico do que sua cônjuge/companheira, em média, dedica menos tempo do que quando a mulher dedica mais horas semanais em afazer doméstico do que seu cônjuge/companheiro.

Ano	Horas semanais de afazer doméstico	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	o homem dedica a mesma quantidade de horasque a mulher	14,2	14,2	16,8	16,8
	o homem dedica mais horas que a mulher	19,3	12,0	20,5	12,8
	o homem dedica menos horas que a mulher	8,5	26,6	8,3	31,7
2007	o homem dedica a mesma quantidade de horasque a mulher	14,1	14,1	15,5	15,5
	o homem dedica mais horas que a mulher	17,9	11,8	14,6	12,2
	o homem dedica menos horas que a mulher	8,3	25,5	8,4	29,9
2012	o homem dedica a mesma quantidade de horasque a mulher	13,5	13,5	17,2	17,2
	o homem dedica mais horas que a mulher	18,6	11,8	17,2	14,9
	o homem dedica menos horas que a mulher	8,5	23,4	8,4	28,8

Tabela 5.61: Média de horas semanais em afazer doméstico, por ano e comparativo das horas semanais dedicadas em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Nos Gráficos 5.8 a 5.10, são explicitadas as diferenças de horas semanais em afazer doméstico do homem para sua cônjuge/companheira. Corrobora-se o dito anteriormente que há mais famílias no meio urbano do que no meio rural em que o homem empenha o mesmo tempo em afazer doméstico do que sua cônjuge/companheira. É fácil notar que há numerosos casais em que a mulher dedica mais horas ao afazer doméstico do que o homem e que há poucos casais em que o homem dedica mais horas semanais em afazer doméstico do que sua cônjuge/companheira. Quando há diferença de horas semanais entre os membros do casal, esta diferença de horas é substancial.

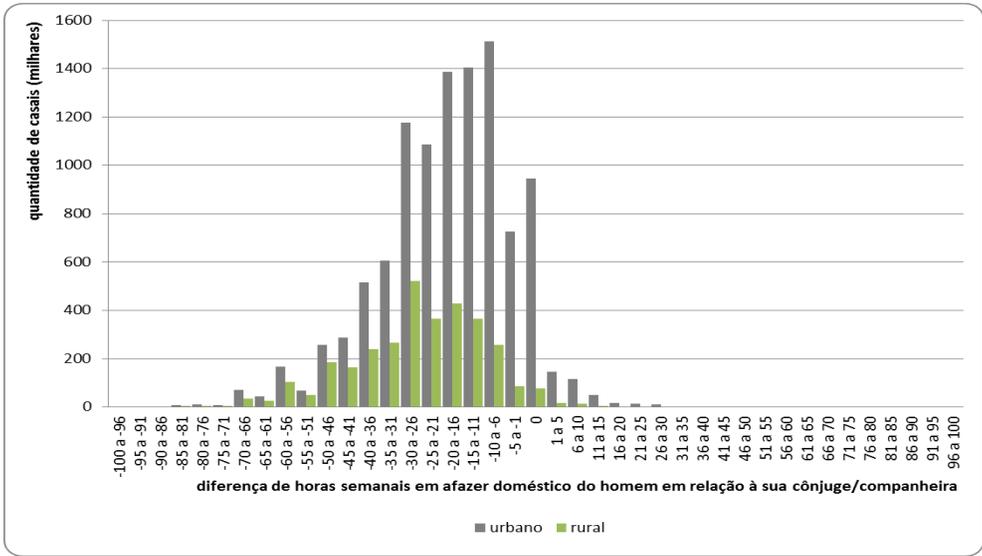


Gráfico 5.8: Quantidade de casais, por diferença de horas semanais em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

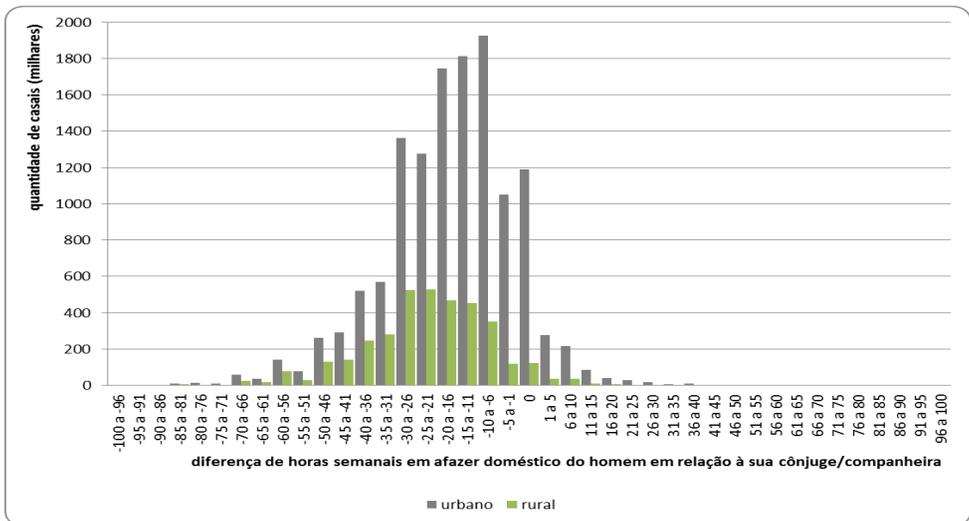


Gráfico 5.9: Quantidade de casais, por diferença de horas semanais em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

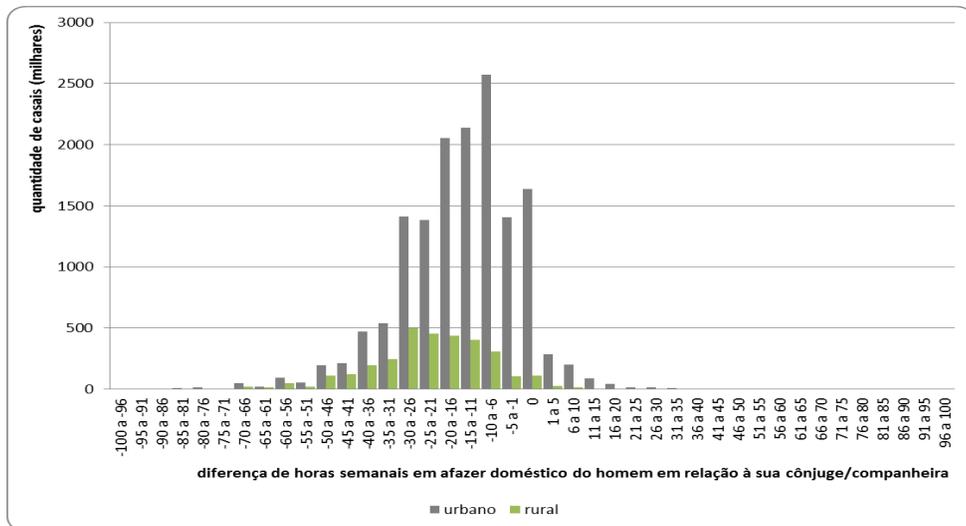


Gráfico 5.10: Quantidade de casais, por diferença de horas semanais em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

14 | PERFIS DOS CASAIS SEGUNDO A DEDICAÇÃO AO AFAZER DOMÉSTICO

Nesta subseção é feita uma comparação entre os membros do casal das horas semanais dedicadas ao afazer doméstico. Para tanto, utiliza-se a Taxa de Participação Feminina (TPF) no afazer doméstico do casal, que é a razão entre as horas dedicadas pela mulher e as horas dedicadas pelo casal ao afazer doméstico. Ressalta-se que, para cálculo da referida taxa, não são considerados os casais em que ambos os membros não realizam afazer doméstico para que não haja deturpação da taxa com valor zero; assim, a taxa que possui valor zero refere-se apenas aos casais em que apenas o homem realiza afazer doméstico (a mulher não realiza afazer doméstico e o homem realiza afazer doméstico).

Pelo Gráfico 5.11, é possível visualizar a quantidade acumulada de casais em função da Taxa de Participação Feminina no afazer doméstico do casal. Nota-se que há poucos casais em que a taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal é baixa, ou seja, é reduzido o número de casais em que mulher realiza pouco afazer doméstico em relação ao seu cônjuge/companheiro. A taxa avança bastante a partir da marca de 50%, sendo, inclusive, expressiva a quantidade de mulheres que realizam todo o afazer doméstico do domicílio: são 45,6% dos casais em 2002, 39,1% dos casais em 2007 e 41,4% dos casais em 2012 (Tabelas 5.62 a 5.64).

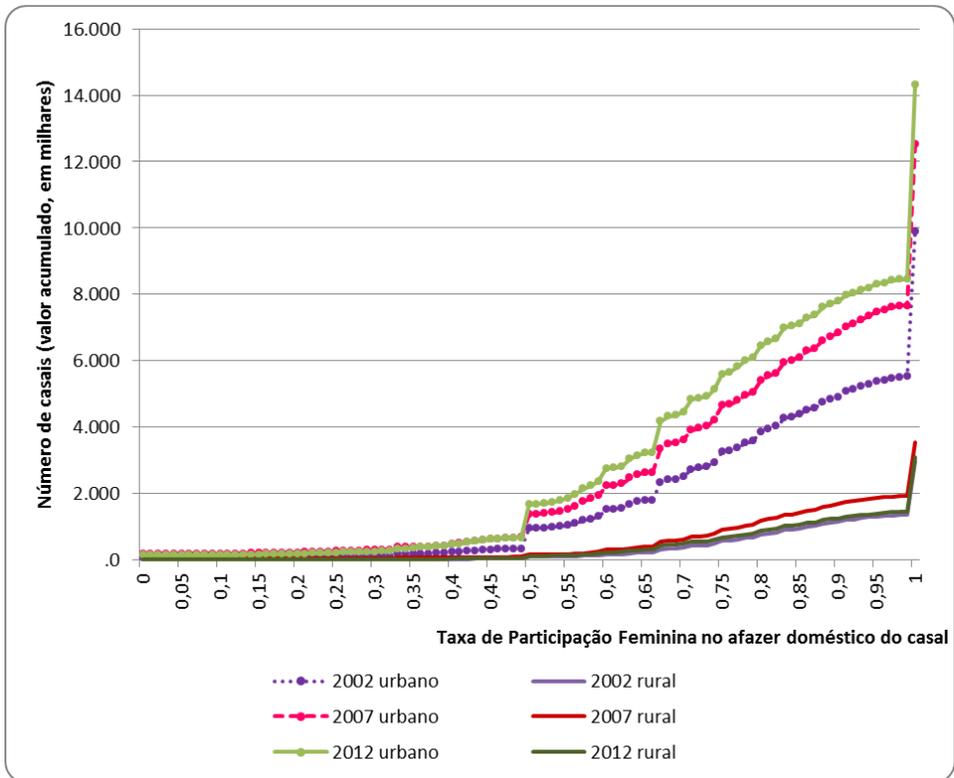


Gráfico 5.11: Taxa de Participação Feminina no afazer doméstico do casal, segundo número acumulado de casais. Brasil - 2002, 2007 e 2012

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Observando-se as Tabelas 5.62 a 5.64, nota-se que são raros os casais em que nenhum dos membros se dedica ao afazer doméstico (de 2,5% em 2002 a 3,8% em 2012), todavia mais raros ainda são os casais em que apenas os homens se dedicam ao afazer doméstico (de 0,4% em 2002 a 1,4%, em 2007). Destaca-se que as horas semanais em afazer doméstico não são muito diferentes quando apenas a mulher se dedica ao afazer doméstico do que quando ambos os membros do casal se dedicam ao afazer doméstico. Já, no caso dos homens, são menores as horas semanais dedicadas ao afazer doméstico quando ambos os membros se dedicam ao afazer doméstico do que quando apenas o homem se dedica ao afazer doméstico.

Arranjo de casal conforme dedicação ao afazer doméstico (AD)	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
Casais em que nenhum dos membros se dedica ao AD	321.197	3,0%	21.186	0,7%	342.383	2,5%
Casais em que ambos os membros se dedicam ao AD	5.718.085	53,5%	1.464.947	45,1%	7.183.032	51,6%
horas médias em AD do homem	9,8		8,9			
horas médias em AD da mulher	25,3		31,8			
Casais em que apenas o homem se dedica ao AD	52.561	0,5%	4.545	0,1%	57.106	0,4%
horas médias em AD do homem	11,2		14,4			
Casais em que apenas a mulher se dedica ao AD	4.594.948	43,0%	1.753.968	54,1%	6.348.916	45,6%
horas médias em AD da mulher	25,5		30,8			
Total de casais	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela 5.62: Quantidade de casais e média de horas em afazer doméstico, por arranjo de casais conforme dedicação ao afazer doméstico, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Arranjo de casal conforme dedicação ao afazer doméstico (AD)	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
Casais em que nenhum dos membros se dedica ao AD	492.039	3,8%	61.652	1,7%	553.691	3,3%
Casais em que ambos os membros se dedicam ao AD	7.477.094	57,4%	1.873.290	51,8%	9.350.384	56,2%
horas médias em AD do homem	9,7		8,9			
horas médias em AD da mulher	24,1		29,3			
Casais em que apenas o homem se dedica ao AD	180.411	1,4%	46.115	1,3%	226.526	1,4%
horas médias em AD do homem	11,0		10,0			
Casais em que apenas a mulher se dedica ao AD	4.874.775	37,4%	1.634.360	45,2%	6.509.135	39,1%
horas médias em AD da mulher	24,5		29,6			
Total de casais	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela 5.63: Quantidade de casais e média de horas em afazer doméstico, por arranjo de casais conforme dedicação ao afazer doméstico, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Arranjo de casal conforme dedicação ao afazer doméstico (AD)	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
Casais em que nenhum dos membros se dedica ao AD	643.606	4,3%	50.115	1,6%	693.721	3,8%
Casais em que ambos os membros se dedicam ao AD	8.316.950	55,6%	1.432.608	45,4%	9.749.558	53,8%
horas médias em AD do homem	9,9		9,1			
horas médias em AD da mulher	22,3		28,5			
Casais em que apenas o homem se dedica ao AD	140.803	0,9%	19.796	0,6%	160.599	0,9%
horas médias em AD do homem	12,2		11,0			
Casais em que apenas a mulher se dedica ao AD	5.852.490	39,1%	1.652.371	52,4%	7.504.861	41,4%
horas médias em AD da mulher	22,4		28,0			
Total de casais	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela 5.64: Quantidade de casais e média de horas em afazer doméstico, por arranjo de casais conforme dedicação ao afazer doméstico, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

A seguir, apresenta-se uma análise dos casais por perfil. Os perfis são formados a partir da Taxa de Participação Feminina no afazer doméstico do casal: de 0% até 20% (perfil 1), de 20% até 40% (perfil 2), de 40% até 60% (perfil 3), de 60% até 80% (perfil 4), de 80% até 100% (perfil 5). Estes perfis equivalem a, respectivamente: a mulher realiza muito menos afazer doméstico do que seu cônjuge/companheiro (perfil 1), a mulher realiza um pouco menos de afazer doméstico do que seu cônjuge/companheiro (perfil 2), o casal realiza, aproximadamente, a mesma quantidade de afazer doméstico (perfil 3), a mulher realiza um pouco mais de afazer doméstico do que seu cônjuge/companheiro (perfil 4) e a mulher realiza muito mais afazer doméstico do que seu cônjuge/companheiro (perfil 5), lembrando que o afazer doméstico é medido em horas semanais.

Ao perfil 5, está associado o modelo de conciliação, identificado por Hirata *et al.* (2007) e descrito na seção 3.2, em que cabe à mulher quase que exclusivamente conciliar a vida profissional e a vida familiar. Provavelmente no perfil 1, insere-se o modelo de delegação, em que as mulheres (em condição financeira para tal) delegam a outras pessoas as tarefas domésticas e domiciliares. Não há, porém, a presença do modelo tradicional, uma vez que a população-alvo deste trabalho é de pessoas que trabalham.

A distribuição dos casais segundo estes perfis está descrita na Tabela 5.65. Nota-se que a maioria dos casais pertencem ao perfil 5, para todos os anos em estudo e para as áreas urbana e rural. Nota-se, também, que o percentual de casais no perfil 5 diminui ao longo dos anos, o que significa que o homem está participando mais do afazer doméstico.

Ano	Taxa de Participação Feminina no AD	Situação censitária					
		Urbano		Rural		Total	
2002	perfil 1 (de 0% a 20%)	74.505	0,7%	6.663	0,2%	81.168	0,6%
	perfil 2 (de 20% a 40%)	175.887	1,7%	20.157	0,6%	196.044	1,4%
	perfil 3 (de 40% a 60%)	1.339.575	12,9%	148.925	4,6%	1.488.500	11,0%
	perfil 4 (de 60% a 80%)	2.450.962	23,6%	662.397	20,5%	3.113.359	22,9%
	perfil 5 (de 80% a 100%)	6.324.665	61,0%	2.385.318	74,0%	8.709.983	64,1%
	Total	10.365.594	100,0%	3.223.460	100,0%	13.589.054	100,0%
2007	perfil 1 (de 0% a 20%)	222.188	1,8%	49.591	1,4%	271.779	1,7%
	perfil 2 (de 20% a 40%)	255.638	2,0%	20.534	0,6%	276.172	1,7%
	perfil 3 (de 40% a 60%)	1.759.359	14,0%	231.151	6,5%	1.990.510	12,4%
	perfil 4 (de 60% a 80%)	3.160.217	25,2%	878.622	24,7%	4.038.839	25,1%
	perfil 5 (de 80% a 100%)	7.134.878	56,9%	2.373.867	66,8%	9.508.745	59,1%
	Total	12.532.280	100,0%	3.553.765	100,0%	16.086.045	100,0%
2012	perfil 1 (de 0% a 20%)	185.403	1,3%	21.477	0,7%	206.880	1,2%
	perfil 2 (de 20% a 40%)	293.259	2,0%	13.062	0,4%	306.321	1,8%
	perfil 3 (de 40% a 60%)	2.284.019	16,0%	195.800	6,3%	2.479.819	14,2%
	perfil 4 (de 60% a 80%)	3.677.825	25,7%	652.612	21,0%	4.330.437	24,9%
	perfil 5 (de 80% a 100%)	7.869.737	55,0%	2.221.824	71,6%	10.091.561	57,9%
	Total	14.310.243	100,0%	3.104.775	100,0%	17.415.018	100,0%

Tabela 5.65: Quantidade de casais por perfis, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Com relação à média de horas em afazer doméstico segundo os perfis, de acordo com a Tabela 5.66, tem-se que, quando o homem realiza mais horas semanais de afazer doméstico que sua cônjuge/companheira, ele, em média, o faz em menos horas do que quando a mulher realiza mais horas semanais de afazer doméstico que seu cônjuge/companheiro. Ou seja, a diferença de horas médias semanais em afazer doméstico entre homens e mulheres é maior para os perfis 4 e 5. Também percebe-se que a diferença entre as médias das horas semanais de afazer doméstico entre homens e mulheres é maior para a área rural do que para a área urbana.

Ano	Taxa de Participação Feminina no afazer doméstico	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	perfil 1 (de 0% a 20%)	15,0	4,2	17,2	4,5
	perfil 2 (de 20% a 40%)	20,5	10,3	22,3	11,6
	perfil 3 (de 40% a 60%)	15,2	17,3	16,2	18,7
	perfil 4 (de 60% a 80%)	9,7	24,6	10,4	28,1
	perfil 5 (de 80% a 100%)	4,3	27,9	5,2	33,1
2007	perfil 1 (de 0% a 20%)	14,1	5,0	10,6	2,7
	perfil 2 (de 20% a 40%)	20,1	10,1	18,7	9,6
	perfil 3 (de 40% a 60%)	15,2	17,4	15,7	18,9
	perfil 4 (de 60% a 80%)	9,5	23,7	10,5	27,7
	perfil 5 (de 80% a 100%)	4,1	26,9	4,7	31,3
2012	perfil 1 (de 0% a 20%)	15,9	5,1	11,5	3,4
	perfil 2 (de 20% a 40%)	19,6	10,1	20,7	11,0
	perfil 3 (de 40% a 60%)	14,7	16,9	17,0	20,2
	perfil 4 (de 60% a 80%)	9,0	22,3	10,4	26,8
	perfil 5 (de 80% a 100%)	4,0	24,4	4,6	29,8

Tabela 5.66: Média de horas em afazer doméstico, por perfis, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

14.1 Descrição dos perfis de casais segundo algumas variáveis

Nas Tabelas 5.67 a 5.77 são apresentadas, segundo os perfis de casais, as variáveis que mais se mostraram relevantes nas análises das seções anteriores. As análises foram feitas para o ano mais recente, 2012, devido à proximidade das características ao longo dos anos e por esse ano ser o mais recente deste estudo. Nota-se que tanto na área urbana quanto na área rural, a maioria dos casais pertence ao perfil 5 (Tabela 5.67).

Situação censitária	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Urbano	1,2%	2,0%	15,3%	24,6%	52,6%	4,3%	100,0%
Rural	0,7%	0,4%	6,2%	20,7%	70,4%	1,6%	100,0%

Tabela 5.67: Quantidade de casais, em percentual, por situação censitária do domicílio de residência, segundo perfis. Brasil – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Segundo as Tabelas 5.68 e 5.69, observa-se que, para todas as grandes regiões do país, a quantidade de casais cresce à medida que aumenta a Taxa de Participação Feminina no afazer doméstico do casal. Também é observado que há mais casais em que nenhum dos membros realiza afazer doméstico do que casais em que os homens realizam mais afazer doméstico do que suas cônjuges/companheiras. Nota-se que a região Sul é a que apresenta maior percentual de casais no perfil 3 (perfil em que os membros do casal realizam aproximadamente a mesma quantidade média de horas semanais de afazer doméstico) em relação às demais regiões do país.

Região do país	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Norte	1,7%	1,9%	16,0%	24,2%	51,0%	5,2%	100,0%
Nordeste	1,1%	1,8%	12,1%	22,0%	57,9%	5,1%	100,0%
Sudeste	1,3%	2,0%	15,3%	24,6%	52,7%	4,2%	100,0%
Sul	1,3%	2,1%	19,0%	28,7%	45,8%	3,1%	100,0%
Centro-Oeste	1,0%	2,0%	14,0%	22,3%	55,7%	5,0%	100,0%

Tabela 5.68: Quantidade de casais, em percentual, por grandes regiões do país, segundo perfis. Brasil, situação censitária urbana – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Região do país	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Norte	0,5%	0,2%	6,4%	18,6%	72,3%	1,9%	100,0%
Nordeste	0,7%	0,5%	4,5%	19,8%	72,7%	1,7%	100,0%
Sudeste	0,6%	0,3%	6,8%	19,4%	71,4%	1,5%	100,0%
Sul	0,7%	0,6%	8,5%	27,0%	62,0%	1,2%	100,0%
Centro-Oeste	0,9%	0,2%	7,3%	15,1%	74,7%	1,7%	100,0%

Tabela 5.69: Quantidade de casais, em percentual, por grandes regiões do país, segundo perfis. Brasil, situação censitária rural – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Observando-se a Tabela 5.70, percebe-se que há mais casais urbanos que não se dedicam ao afazer doméstico que pertencem à classe 5 de rendimento familiar per capita do que nas demais classes. Com grande probabilidade, os casais do perfil 1 e os casais que não se dedicam ao afazer doméstico e que pertencem à classe 5 de rendimento familiar per capita se inserem no modelo de delegação (modelo de divisão do trabalho profissional e doméstico), em que a mulher de classe mais elevada e, que trabalha, delega

a outras pessoas as tarefas domésticas e familiares. Nota-se que, na classe 5, há menos casais com perfis 4 e 5 e mais casais nos perfis 1, 2 e 3 do que nas demais classes.

Classe de rendimento familiar per capita	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
classe 1	0,8%	1,2%	9,0%	20,7%	65,6%	2,7%	100,0%
classe 2	1,0%	1,7%	13,4%	25,0%	56,2%	2,6%	100,0%
classe 3	1,3%	1,7%	14,4%	26,0%	53,6%	2,9%	100,0%
classe 4	1,1%	2,2%	17,2%	25,8%	50,1%	3,5%	100,0%
classe 5	1,7%	2,6%	19,4%	23,9%	43,4%	9,0%	100,0%

Tabela 5.70: Quantidade de casais, em percentual, por classe de rendimento familiar per capita, segundo perfis. Brasil, situação censitária urbana – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

No meio rural, observa-se que, assim como no meio urbano, há mais casais nos perfis 1, 2 e 3 que pertencem à classe 5 de rendimento familiar per capita do que nas demais classes. E, a maioria dos casais, em todas as classes, pertence ao perfil 5.

Classe de rendimento familiar per capita	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
classe 1	0,6%	0,3%	3,9%	19,2%	74,3%	1,7%	100,0%
classe 2	0,6%	0,7%	7,7%	22,7%	67,0%	1,3%	100,0%
classe 3	1,0%	0,3%	8,3%	21,2%	67,6%	1,6%	100,0%
classe 4	0,5%	0,5%	10,8%	23,6%	62,5%	2,1%	100,0%
classe 5	1,7%	0,8%	11,2%	20,8%	64,3%	1,1%	100,0%

Tabela 5.71: Quantidade de casais, em percentual, por classe de rendimento familiar per capita, segundo perfis. Brasil, situação censitária rural – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

De acordo com a Tabela 5.72, dado que ambos os membros do casal são brancos, a chance do casal pertencer ao perfil 3 é de 17,3% e ao perfil 5 é de 48,4%. Para as demais cores/raças, a chance de pertencer ao perfil 3 são menores do que quando o casal é branco (homem branco e mulher branca) e a chance de pertencer ao perfil 5 são maiores. Ou seja, há mais casais em que os membros realizam aproximadamente a mesma quantidade de

afazer doméstico quando o homem é branco e a mulher é branca do que nas demais cores/raça do casal, e menos casais de cor/raça branca (home branco e mulher branca) em que a mulher realiza muito mais afazer doméstico do que seu cônjuge/companheiro em relação às demais cores/raça do casal.

Cor/raça do casal	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
homem branco e mulher branca	1,4%	1,9%	17,3%	25,4%	48,4%	5,6%	100,0%
homem branco e mulher preta	1,6%	1,7%	14,8%	19,2%	60,2%	2,4%	100,0%
homem branco e mulher parda	0,8%	2,0%	13,7%	24,5%	55,5%	3,4%	100,0%
homem preto e mulher branca	1,9%	2,5%	14,9%	27,1%	49,8%	3,9%	100,0%
homem preto e mulher preta	1,1%	1,9%	11,7%	26,0%	56,2%	3,0%	100,0%
homem preto e mulher parda	1,3%	2,3%	12,9%	24,1%	55,5%	3,9%	100,0%
homem pardo e mulher branca	1,2%	1,9%	15,9%	24,7%	52,6%	3,7%	100,0%
homem pardo e mulher preta	1,2%	2,3%	17,5%	20,5%	55,7%	2,7%	100,0%
homem pardo e mulher parda	1,0%	1,9%	13,2%	23,5%	56,8%	3,6%	100,0%

Tabela 5.72: Quantidade de casais, em percentual, por cor/raça do casal, segundo perfis. Brasil, situação censitária urbana – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Para a área rural, segundo a Tabela 5.73, dado que o homem e sua cônjuge/companheira são brancos, o percentual de casais que pertencem ao perfil 5 é de 66,5%, ao perfil 3 é de 8,2% e o percentual de casais que não se dedicam ao afazer doméstico é de 1,0%. Quando o homem e sua cônjuge/companheira são pardos, 72,5% dos casais pertencem ao perfil 5, 4,6% pertencem ao perfil 3 e 2,1% dos casais não se dedicam ao afazer doméstico.

Cor/raça do casal	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
homem branco e mulher branca	0,8%	0,5%	8,2%	23,0%	66,5%	1,0%	100,0%
homem branco e mulher preta	-	-	5,3%	16,3%	76,2%	2,2%	100,0%
homem branco e mulher parda	0,6%	0,2%	5,6%	19,1%	73,1%	1,4%	100,0%
homem preto e mulher branca	-	1,3%	8,2%	21,3%	68,4%	0,9%	100,0%
homem preto e mulher preta	1,5%	1,4%	3,9%	17,1%	74,2%	2,0%	100,0%
homem preto e mulher parda	0,6%	0,4%	3,3%	17,5%	74,8%	3,5%	100,0%
homem pardo e mulher branca	0,9%	0,7%	7,4%	21,2%	68,6%	1,2%	100,0%
homem pardo e mulher preta	-	0,6%	10,8%	21,7%	66,9%	-	100,0%
homem pardo e mulher parda	0,6%	0,2%	4,6%	19,9%	72,5%	2,1%	100,0%

Tabela 5.73: Quantidade de casais, em percentual, por cor/raça do casal, segundo perfis. Brasil, situação censitária rural – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Segundo a Tabela 5.74, 4,4% dos casais que não possuem filhos não se dedicam ao afazer doméstico, em 42,6% a mulher realiza muito mais afazer doméstico do que seu cônjuge/companheiro (perfil 5) e, em 21,4% dos casais, os membros dedicam ao afazer doméstico, aproximadamente, o mesmo tempo médio.

Para os casais que possuem 1 filho, 3,9% desses casais não se dedicam ao afazer doméstico; em 53,0% desses casais as mulheres dedicam muito mais tempo ao afazer doméstico que seus cônjuges/companheiros (perfil 5); 15,1% desses casais pertencem ao perfil 3 (em que ambos os membros dedicam, aproximadamente o mesmo tempo médio ao afazer doméstico).

Número de filhos na família	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
nenhum filho	1,4%	2,6%	21,4%	27,6%	42,6%	4,4%	100,0%
1 filho	1,3%	1,9%	15,1%	24,9%	53,0%	3,9%	100,0%
2 filhos	1,1%	1,7%	12,9%	23,6%	56,0%	4,7%	100,0%
3 filhos	1,1%	1,7%	12,4%	22,1%	58,0%	4,8%	100,0%
4 filhos	1,1%	1,7%	9,5%	21,0%	64,0%	2,6%	100,0%
5 filhos ou mais	1,1%	2,3%	8,4%	17,4%	66,3%	4,5%	100,0%

Tabela 5.74: Quantidade de casais, em percentual, por número de filhos na família, segundo perfis. Brasil, situação censitária urbana – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Já na área rural, de acordo com a Tabela 5.75, dos casais que não possuem filhos, 1,6% não se dedicam ao afazer doméstico, 63,2% pertencem ao perfil 5 e 9,8% ao perfil 3. Dos casais que possuem 1 filho, 1,0% não se dedica ao afazer doméstico, 69,6% pertencem ao perfil 5 e 6,6% pertence ao perfil 3.

Número de filhos na família	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
nenhum filho	1,0%	0,4%	9,8%	24,0%	63,2%	1,6%	100,0%
1 filho	0,4%	0,7%	6,6%	21,6%	69,6%	1,0%	100,0%
2 filhos	0,8%	0,2%	5,5%	19,6%	72,1%	1,8%	100,0%
3 filhos	0,6%	0,3%	3,7%	19,2%	73,9%	2,3%	100,0%
4 filhos	0,6%	0,4%	2,3%	15,5%	80,9%	0,3%	100,0%
5 filhos ou mais	0,1%	-	3,5%	17,4%	75,4%	3,7%	100,0%

Tabela 5.75: Quantidade de casais, em percentual, por número de filhos na família, segundo perfis. Brasil, situação censitária rural – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Na Seção 5.8, notou-se que há um dispêndio maior de tempo de afazer doméstico quando o filho mais novo dos casais está na faixa de 0 a 4 anos de idade, tanto na área urbana quanto na área rural. Segundo as Tabelas 5.76 e 5.77, dos casais que moram em área urbana e que possuem filhos na faixa etária de 0 a 4 anos, em 16,4% os homens a suas cônjuges/companheiras dedicam, aproximadamente, o mesmo tempo ao afazer doméstico, contra 4,4% dos casais que habitam na área rural com filho mais novo na faixa etária de 0 a 4 anos de idade.

Ainda em relação aos casais com filho mais novo nessa faixa etária, em 51,8%

(área urbana) as mulheres se dedicam muito mais ao afazer doméstico que seus cônjuges/ companheiros, contra 71,3% dos casais da área rural. Na área urbana, 4,2% não se dedica ao afazer doméstico e, na área rural, 1,6% (Tabela 5.76 e 5.77).

Faixa etária do filho mais novo da família	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
família sem filhos	1,4%	2,6%	21,4%	27,6%	42,6%	4,4%	100,0%
de 0 a 4 anos	1,0%	2,0%	16,4%	24,7%	51,8%	4,2%	100,0%
de 5 a 10 anos	1,2%	1,8%	13,7%	25,3%	54,2%	3,9%	100,0%
de 11 a 14 anos	1,4%	1,7%	12,4%	23,7%	56,9%	3,8%	100,0%
de 15 a 19 anos	1,2%	1,4%	11,7%	21,6%	59,9%	4,2%	100,0%
de 20 a 24 anos	1,5%	2,0%	11,6%	21,7%	57,2%	6,0%	100,0%
25 anos ou mais	0,9%	1,6%	10,1%	20,4%	61,2%	5,8%	100,0%

Tabela 5.76: Quantidade de casais, em percentual, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo perfis. Brasil, situação censitária urbana – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Faixa etária do filho mais novo da família	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
família sem filhos	1,0%	0,4%	9,8%	24,0%	63,2%	1,6%	100,0%
de 0 a 4 anos	0,7%	0,5%	4,4%	21,6%	71,3%	1,6%	100,0%
de 5 a 10 anos	0,6%	0,3%	5,5%	20,7%	71,5%	1,4%	100,0%
de 11 a 14 anos	0,5%	0,6%	4,7%	16,9%	75,4%	1,8%	100,0%
de 15 a 19 anos	0,4%	0,4%	5,6%	20,0%	71,7%	2,0%	100,0%
de 20 a 24 anos	-	0,5%	6,3%	18,8%	73,8%	0,6%	100,0%
25 anos ou mais	1,1%	0,3%	6,6%	14,9%	74,9%	2,2%	100,0%

Tabela 5.77: Quantidade de casais, em percentual, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo perfis. Brasil, situação censitária rural – 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

CAPÍTULO 6: ESTUDO DOS CASAIS COM RESPEITO AO AFAZER DOMÉSTICO UTILIZANDO ANÁLISE DE AGRUPAMENTO

No capítulo anterior, foram feitas análises dos casais em que ambos trabalham, com relação ao afazer doméstico. Neste capítulo, as variáveis serão consideradas simultaneamente, em uma análise multivariada de formação de agrupamentos, conhecida como análise de agrupamento. Assim, procurou-se formar grupos de casais objetos deste estudo que apresentassem semelhanças com relação às variáveis estudadas.

1 | ANÁLISE DE CONGLOMERADOS

Na Estatística Multivariada¹, um dos objetivos é a sintetização dos dados. Hair, Black, Babin e Anderson (2010) definem análise multivariada como análises de múltiplas variáveis para a construção de uma única relação ou de um conjunto de relações. Também afirmam que estatística multivariada se refere a todas as técnicas estatísticas que analisam simultaneamente medidas de indivíduos ou de objetos em estudo. Desta forma, de acordo com Hair *et al.* (2010), qualquer análise simultânea de duas ou mais variáveis pode ser considerada uma análise multivariada. Os objetivos primários de uma análise multivariada são dados pela predição e explicação de relações múltiplas ou pela determinação de estrutura principal do conjunto de dados. As predições ou explicações almejam identificar resultados preditos com base em informações *a priori* ou identificar qual ou quais variáveis são mais importantes para as predições. Em relação à estrutura, busca-se determinar uma dimensão mais simples dos dados sem perder poder de explicação. Nesta situação, pode-se reduzir a quantidade de variáveis (análise fatorial), ou dar ênfase às associações de grupo (análise de agrupamentos), dentre outras possibilidades de tratamento dos dados.

De acordo com Mingoti (2005), análises permitidas por métodos comuns de estatística univariada tornam-se exponencialmente complexas à medida que se aumenta o número de variáveis, uma vez que estas, geralmente, são correlacionadas entre si. Hair *et al.* (2010) consideram que diversas técnicas multivariadas são extensões das técnicas aplicáveis nas análises univariadas ou bivariadas.

Quando o propósito é o de criar grupos, trata-se da técnica de análise de agrupamentos (ou análise de *cluster*) (MINGOTI, 2005). Nos grupos formados por esta técnica, as observações são heterogêneas entre os grupos e homogêneas dentro deles. Assim, busca-se similaridade de características (denotadas pelas variáveis) dentro dos grupos (MINGOTI, 2005).

¹ Segundo Mingoti (2005, p.21), “Estatística Multivariada consiste em um conjunto de métodos estatísticos utilizados em situações nas quais várias variáveis são medidas simultaneamente, em cada elemento amostral. Em geral, as variáveis são correlacionadas entre si e quanto maior o número de variáveis, mais complexa torna-se a análise por métodos comuns de estatística univariada”.

A cada observação é associado um vetor de p variáveis (vetor contendo as observações de cada variável). Os grupos (ou *clusters*) são formados comparando-se esses vetores (elementos) por meio de medidas matemáticas, que são medidas de distância ou coeficientes de concordância. Os elementos similares são reunidos em um mesmo grupo. Essas medidas matemáticas são chamadas de medidas de similaridade ou dissimilaridade (MINGOTI, 2005).

A medida de similaridade é uma medida empírica de correspondência entre os objetos a serem agrupados, calculada para todos os pares de objetos com similaridade baseada no perfil de cada observação através das variáveis especificadas. A medida de similaridade a ser utilizada nos agrupamentos deve ser decidida *a priori* e, geralmente, nos pacotes estatísticos computacionais, já é previamente estabelecida.

Segundo Hair *et al.* (2010), a similaridade entre os objetos pode ser avaliada de diversas formas, mas três métodos são mais comuns: correlacional, de distância e de associação. Cada método representa uma perspectiva particular sobre a similaridade, dependendo dos objetivos e tipos de dados. As medidas de distância e a correlacional são aplicadas quando se tem variáveis quantitativas, já as medidas de associação são indicadas para variáveis qualitativas (HAIR *et al.*, 2010). O termo “dissimilaridade” também pode ser utilizado para medidas de distância, uma vez que valores mais altos representam maior desigualdade e menor similaridade. São medidas de distância a Distância Euclidiana, a Distância Quadrática (ou absoluta) Euclidiana, Distância Manhattan, dentre outras.

1.1 Medidas de similaridade e dissimilaridade

Conforme dito anteriormente, o objetivo da análise de agrupamento é formar grupos. Supõe-se que serão formados g grupos para um conjunto de n elementos e que deseja-se analisar p variáveis. Assim, para cada elemento j , associa-se o vetor de medidas X_j definido por:

$$X_j = [X_{1j}, X_{2j}, \dots, X_{pj}],$$

onde $j = 1, 2, \dots, n$

e X_{ij} é o valor observado da variável i medida no elemento j

A medida de similaridade ou dissimilaridade deve ser decidida *a priori*. Quanto maior o valor da medida de similaridade, mais similares são os elementos que estão sendo comparados e quanto maior é o valor da medida de dissimilaridade, menos similares são os elementos (MINGOTI, 2005).

São medidas de similaridade ou dissimilaridade as distâncias (apresentadas a seguir) e coeficientes de concordância. A seguir são descritas as principais medidas de distância.

1.1.1 Distância euclidiana

A distância euclidiana entre dois elementos X_a e X_b , sendo $a \neq b$, é definida por:

$$d(X_a, X_b) = \sqrt{(X_a - X_b)' \cdot (X_a - X_b)} = \sqrt{\sum_{i=1}^p (X_{ia} - X_{ib})^2},$$

onde i = é a i -ésima variável

1.1.2 Distância generalizada (ou ponderada)

A fórmula da distância generalizada entre dois elementos X_a e X_b , sendo $a \neq b$, é:

$$d(X_a, X_b) = \sqrt{(X_a - X_b)' \cdot A \cdot (X_a - X_b)},$$

onde $A_{p \times p}$ é uma matriz de ponderação

Quando $A_{p \times p}$ é uma matriz identidade, a Distância generalizada se equivale à

Distância euclidiana. Quando é igual a $S_{p \times p}^{-1}$, tem-se a Distância de Mahalanobis, e quando é a matriz $\text{Diag} \left(\frac{1}{p} \right)$, a distância fica igual à Distância euclidiana média. A escolha da matriz $A_{p \times p}$ se dá pela ponderação que o pesquisador deseja operar.

1.1.3 Distância de Minkowsky

A distância de Minkowsky entre dois elementos X_a e X_b , sendo $a \neq b$, é definida por:

$$d(X_a, X_b) = \sqrt[\lambda]{\sum_{i=1}^p w_i \cdot |X_{ia} - X_{ib}|^\lambda}$$

onde w_i é o peso de ponderação das variáveis

Se $\lambda=1$, esta distância é conhecida como *city-block*, ou *Manhattan*. Caso $\lambda=2$, a Distância de Minkowsky se equivale à Distância euclidiana.

A Distância de Minkowsky é menos afetada pelos *outliers* do que a distância euclidiana.

1.2 Métodos para a construção de agrupamentos

A técnica de análise de agrupamentos é uma técnica estatística multivariada aplicável quando se possui um propósito de criar grupos de objetos com base nas características que possuem (MINGOTI, 2005; HAIR *et al.*, 2010). Segundo Hair *et al.* (2010), a classificação dos objetos em grupos se dá de acordo com as relações entre estes objetos a serem agrupados, sugerindo que haja um agrupamento “natural” dos dados, baseado em medidas de distância. Nesta técnica, busca-se a similaridade de características das variáveis dentro de cada grupo e heterogeneidade das medidas das variáveis entre os grupos (MINGOTI, 2005), identificando um conjunto de grupos onde esteja minimizada a variância dentro do grupo e maximizada a variância entre os grupos, sempre tomando por base as similaridades entre os objetos.

Para Hair *et al.* (2010), a análise de conglomerados é utilizada para a identificação de grupos “naturais” dentro dos dados, para a simplificação dos dados, ao analisar grupos

de observações similares ao invés das observações individuais, e para a identificação de relacionamentos, onde estruturas simplificadas obtidas através da formação de agrupamentos apresenta relacionamentos entre as variáveis que não seriam notados de outra maneira.

Ainda segundo Hair *et al.* (2010), a análise de conglomerados usualmente envolve três passos: 1) medir de alguma forma a similaridade ou a associação entre os objetos para determinar quantos grupos realmente existem; 2) partição dos objetos em grupos, que é o processo de agrupamento em si; e 3) traçar o perfil dos objetos de cada grupo. Segundo Mingoti (2005) e Hair *et al.* (2010), as técnicas de agrupamentos podem ser separadas em hierárquicas e não-hierárquicas.

1.2.1 *Técnicas hierárquicas e não-hierárquicas de agrupamentos*

As técnicas hierárquicas envolvem uma série de até $(n - 1)$ decisões de agrupamentos (onde n é o tamanho da amostra) e combinam as observações por uma estrutura hierárquica (HAIR *et al.*, 2010). Fazer parte de uma estrutura hierárquica significa dizer que se dois elementos aparecem juntos no mesmo grupo em alguma etapa do agrupamento, eles permanecerão juntos nas etapas subsequentes de agrupamento (MINGOTI, 2005). O resultado final será obtido com a quantidade de grupos que otimizará a variância (maior entre os grupos e menor dentro dos grupos).

As técnicas hierárquicas ainda são classificadas em aglomerativas e divisivas. Na técnica aglomerativa, inicia-se o processo de agrupamento com cada elemento constituindo um grupo. A cada passo do algoritmo, os elementos mais similares são agrupados, formando novos grupos. No estágio final desse processo, os elementos constituem um único grupo. A escolha do número de grupos está em encontrar o estágio do algoritmo que represente uma “partição natural” dos elementos (MINGOTI, 2005).

Segundo Mingoti (2005), os métodos hierárquicos mais utilizados são Método de Ligação Simples (*Linkage*), Método de Ligação Completa (*Complete Linkage*), Método da Média das Distâncias (*Average Linkage*), Método do Centroide (*Centroid Method*) e Método de Ward.

Já as técnicas não-hierárquicas não consideram o processo de construção de grupos até um determinado número ótimo. Ao invés disto, especifica o número de grupos a ser formado e, a partir disto, os objetos são direcionados aos grupos de forma a conservar o princípio da otimização da variância (maior entre grupos, menor dentro dos grupos). Entre os métodos de agrupamentos não-hierárquicos destaca-se o *K-means* (HAIR *et al.*, 2010).

Para os dados deste trabalho, utilizou-se o método *K-Means*.

1.2.2 *Técnica não-hierárquica de construção de agrupamentos K-Means*

Conforme abordado anteriormente, a construção de grupos (*ou clusters*) se

subdivide em técnicas hierárquicas e não hierárquicas. A principal diferença entre elas é a de que a técnica hierárquica identifica os agrupamentos e o número de grupos, enquanto que, na técnica não hierárquica, o número de grupos deve ser previamente estabelecido (MINGOTI, 2005).

O método *K-Means* inicia seu processo de formação de *cluster* escolhendo sementes, também chamadas de centroides. O centroide é um vetor de médias amostral. Posteriormente à escolha dos centroides, cada elemento amostral é comparado aos centroides e alocado no *cluster* que possui menor medida de similaridade (grupo de centroide mais próximo do vetor de valores observados). A comparação é, então, realizada por uma das medidas de similaridade e, em geral, utiliza-se a distância euclidiana. Após todos os n elementos serem alocados nos grupos, novos centroides são calculados em cada grupo, desta vez com todos os valores do grupo. Novamente, os elementos amostrais são comparados aos novos centroides e novos *clusters* são formados. Esse processo de recálculo dos centroides, comparação dos elementos amostrais aos centroides e formação dos grupos é repetido até que nenhuma realocação seja necessária (MINGOTI, 2005).

Conforme dito anteriormente, no método *K-Means*, a escolha do número de centroides, que equivale ao número de grupos, é definido previamente. Essa escolha pode ser feita através de técnicas hierárquicas aglomerativas ou por observação e análise do pesquisador. Em ambos os casos, cabe ao pesquisador verificar seu banco de dados e adotar o número de centroides que traga os melhores resultados (MINGOTI, 2005).

21 GRUPOS (CLUSTERS) DOS CASAIS EM QUE AMBOS TRABALHAM SEGUNDO VARIÁVEIS SELECIONADAS

Na análise de conglomerados, foram analisados casais em que ambos trabalham segundo algumas variáveis, a saber: rendimento familiar per capita, número de componentes na família, número de filhos, número de idosos, idade do homem, idade da mulher, anos de estudo do homem, anos de estudo da mulher, horas de trabalho do homem, horas de trabalho da mulher, horas de afazer doméstico do homem, horas de afazer doméstico da mulher, taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal², taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal³. Foram considerados os casais em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico.

Para confrontar, em separado, foram calculadas as médias das mesmas variáveis para os casais em que ambos não realizam afazer doméstico. A análise de agrupamentos foi realizada para o ano de 2012 e separou-se a área urbana da área rural, totalizando 2 (duas) análises de agrupamentos.

Nas análises de agrupamentos, não foram incluídas as variáveis qualitativas, pois

2 Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal são as horas trabalhadas pela mulher em relação à soma das horas trabalhadas pela mulher e seu cônjuge/companheiro.

3 Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal é a relação horas dedicadas ao afazer doméstico pela mulher sobre a soma das horas dedicadas ao afazer doméstico pela mulher e pelo seu cônjuge/companheiro.

o método *K-Means* só utiliza variáveis quantitativas. Também não foram consideradas as variáveis idade do filho mais novo da família nem idade do idoso com idade mais avançada da família, devido aos dados faltantes (*missing*).

Os agrupamentos foram gerados através do programa *SPSS Statistics 18*. A medida de distância utilizada neste programa é a Distância Euclidiana. A análise de agrupamentos é sensível à presença de observações discrepantes, portanto quando trabalha-se, simultaneamente, com variáveis de magnitudes diferentes, pode-se chegar a resultados equivocados. Assim, antes de fazer a análise de agrupamentos foi realizada uma padronização das variáveis, a fim de que não houvesse distorção dos resultados.

Para complementar a análise dos grupos, foram incluídos, nas Tabelas 6.1 e 6.2, o percentual de casais em que o homem se dedica ao afazer doméstico e o percentual de casais em que a mulher se dedica ao afazer doméstico, por grupo (*cluster*). Também são apresentadas as médias das variáveis analisadas, para os casais em que ambos os membros não realizam afazer doméstico.

Após avaliar a análise de agrupamentos segundo diversos números de grupos (2, 3, 4 e 5), o método apresentou melhor resultado com dois grupos, uma vez que os valores das variáveis analisadas ficaram muito semelhantes para três ou mais grupos.

Os resultados para as análises com 3, 4 e 5 grupos encontram-se nas Tabelas D.1 a D.6 do Apêndice D. A análise de variância das análises de agrupamentos escolhidas se encontra nas tabelas D.7 e D.8 do Apêndice D.

Segundo as Tabelas 6.1 e 6.2, nas análises de agrupamentos realizadas, percebe-se que as principais diferenças entre os dois grupos formados são em relação ao rendimento familiar per capita e aos anos de estudo. Em linhas gerais, um dos grupos (grupo 2) é formado por casais de rendimento familiar per capita mais alto, alta escolaridade (14 ou 15 anos na área urbana e 8 ou 9 anos na área rural) e com menos horas dedicadas ao afazer doméstico (em relação ao outro grupo). Enquanto que o grupo 1 é composto por casais com rendimento familiar per capita mais baixo, escolaridade mais baixa (10 ou 11 anos na área urbana, e 5 ou 6 anos na área rural), maior número de filhos na família, mais dedicação ao afazer doméstico e maior taxa de participação feminina no afazer doméstico realizado pelo casal.

Nota-se que um rendimento familiar per capita mais alto e mais anos de estudo são os principais responsáveis pela redução nas horas semanais em afazer doméstico, tanto do homem quanto da mulher. Além disso, observa-se que no grupo 2 (em que o rendimento familiar per capita é mais alto e os homens e as mulheres possuem mais anos de estudo), existe uma maior participação masculina no afazer doméstico do casal (menor taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal).

Ainda de acordo com as Tabelas 6.1 e 6.2, observa-se, também, que, na área rural, as mulheres se dedicam mais ao afazer doméstico do que as mulheres urbanas e os homens residentes nas áreas rurais se dedicam menos ao afazer doméstico do que os

homens que habitam nas áreas urbanas. Na área rural, a carga horária de trabalho dos homens é mais extensa do que para os homens das áreas urbanas. Tanto na área urbana, quanto na área rural, os homens trabalham mais do que as mulheres e as mulheres se dedicam mais ao afazer doméstico do que os homens.

Os casais urbanos do grupo 2 trabalham, em média, praticamente a mesma quantidade de horas semanais que os casais do grupo 1, mas, em média, dedicam menos horas semanais ao afazer doméstico, dado que sugere que esses casais terceirizam parte de suas tarefas domésticas (Tabelas 6.1 e 6.2). Esse dado sugere que nesses casais a divisão do trabalho profissional e doméstico segue o modelo de delegação, em que as mulheres de classe mais elevada que atuam no mercado profissional delegam a outras pessoas as tarefas domésticas e familiares (vide Seção 3.2).

Em média, as mulheres (em ambos os grupos das áreas urbanas) trabalham um pouco menos que seus cônjuges/companheiros (trabalham em torno de 45% da soma das horas trabalhadas pelo casal) e, também em média, são responsáveis por cerca de 80% das horas semanais do casal dedicadas ao afazer doméstico. (Tabelas 6.1 e 6.2).

Observa-se, também, que no grupo 2 da área urbana em relação ao grupo 1 é maior o percentual de casais em que o homem realiza afazer doméstico e é menor o percentual de casais em que a mulher realiza afazer doméstico. Nas áreas rurais, ocorre o mesmo em relação aos homens, ou seja, no grupo 2, há mais casais em que o homem realiza afazer doméstico, porém, para as mulheres, a diferença é muito pequena (Tabela 6.1).

O grupo da área rural difere do grupo da área urbana, pois indica que os casais possuem escolaridade mais baixa, maior carga horária de trabalho do homem, maior dedicação ao afazer doméstico da mulher e, também, maior participação feminina nos afazeres domésticos do casal. Em média, também possuem rendimento familiar per capita menor que os casais que moram em áreas urbanas (Tabelas 6.1 e 6.2).

Variável	Cluster		Casais em que ambos não realizam afazer doméstico
	1	2	
Rendimento familiar per capita (média) (R\$)	984,62	6.247,09	2.997,92
Número de componentes na família (média)	3,5	2,8	3,5
Número de filhos na família (média)	1,5	0,8	1,5
Número de idosos na família (média)	0,02	0,02	0,04
Idade do homem (média)	41,4	45,4	43,3
Idade da mulher (média)	38,4	42,0	40,1
Anos de estudo do homem (média)	9,6	14,6	11,7
Anos de estudo da mulher (média)	10,6	14,9	12,4
Horas de trabalho do homem (média)	44,6	46,1	44,5
Horas de trabalho da mulher (média)	37,7	39,6	40,5
Horas de afazer doméstico do homem (média)	10,0	7,9	-
Horas de afazer doméstico da mulher (média)	22,7	15,3	-
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal (média)	0,45	0,46	0,47
Taxa de participação feminina nas horas de afazer doméstico do casal (média)	0,81	0,76	-
Percentual de casais em que o homem realiza afazer doméstico (total)	58,9%	62,5%	-
Percentual de casais em que a mulher realiza afazer doméstico (total)	99,1%	98,2%	-

Tabela 6.1: Clusters dos casais residentes em área urbana no ano de 2012, por variáveis analisadas. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Variável	Cluster		Casais em que ambos não realizam afazer doméstico
	1	2	
Rendimento familiar per capita (média) (R\$)	387,75	1.954,12	590,03
Número de componentes na família (média)	3,8	2,7	4,1
Número de filhos na família (média)	1,8	0,7	2,1
Número de idosos na família (média)	0,03	0,04	0,04
Idade do homem (média)	45,4	50,3	47,1
Idade da mulher (média)	41,1	46,6	43,2
Anos de estudo do homem (média)	5,0	7,8	5,7
Anos de estudo da mulher (média)	6,3	9,3	6,4
Horas de trabalho do homem (média)	42,6	49,3	41,8
Horas de trabalho da mulher (média)	26,3	36,8	32,7
Horas de afazer doméstico do homem (média)	9,1	9,0	-

Horas de afazer doméstico da mulher (média)	28,7	25,4	-
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal (média)	0,37	0,41	0,43
Taxa de participação feminina nas horas de afazer doméstico do casal(média)	0,88	0,84	-
Percentual de casais em que o homem realiza afazer doméstico (total)	46,0%	55,9%	-
Percentual de casais em que a mulher realiza afazer doméstico (total)	99,4%	99,0%	-

Tabela 6.2: Clusters dos casais residentes em área rural no ano de 2012, por variáveis analisadas. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

A seguir, apresenta-se uma análise dos grupos obtidos na análise de agrupamentos segundo os perfis analisados na Seção 5.14 e, também, segundo as variáveis que não puderam ser analisadas na análise de agrupamentos, por serem variáveis qualitativas ou por conterem valores faltantes (*missing*): região do país, cor/raça do casal, faixa etária do filho mais novo da família e faixa etária do idoso com idade mais avançada da família.

Segundo a Tabela 6.3, em ambos os grupos, para as áreas urbana e rural, a maioria dos casais se situa no perfil 5. Nas áreas urbana e rural, no grupo 2 há um percentual maior de casais que pertencem ao perfil 3 em comparação com o grupo 1. O mesmo ocorre com o perfil 5.

Perfi	Urbano				Rural			
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 1		Grupo 2	
Perfil 1	170.092	1,3%	15.311	2,1%	18.939	0,7%	2.538	1,0%
Perfil 2	272.831	2,0%	20.428	2,8%	10.751	0,4%	2.311	0,9%
Perfil 3	2.105.376	15,5%	178.643	24,3%	165.469	5,8%	30.331	12,1%
Perfil 4	3.506.902	25,8%	170.923	23,2%	598.337	21,0%	54.275	21,7%
Perfil 5	7.518.675	55,4%	351.062	47,7%	2.061.490	72,2%	160.334	64,2%
Total	13.573.876	100,0%	736.367	100,0%	2.854.986	100,0%	249.789	100,0%

Tabela 6.3: Quantidade de casais, por perfil, segundo situação censitária do domicílio de residência e grupo (cluster) de casais. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

De acordo com a Tabela 6.4, a maioria dos casais da área urbana residem na região Sudeste (46,5% do grupo 1 e 56,4% do grupo 2). Na área urbana, a maioria dos casais do grupo 1 (43,1%) habitam no Nordeste, e do grupo 2 (44,3%) na região Sul.

Região do país	Urbano				Rural			
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 1		Grupo 2	
Norte	857.350	6,3%	23.023	3,1%	407.060	14,3%	24.551	9,8%
Nordeste	2.759.691	20,3%	87.359	11,9%	1.229.334	43,1%	21.290	8,5%
Sudeste	6.314.380	46,5%	415.070	56,4%	574.627	20,1%	71.008	28,4%
Sul	2.496.879	18,4%	125.300	17,0%	491.352	17,2%	110.581	44,3%
Centro-Oeste	1.145.576	8,4%	85.615	11,6%	152.613	5,3%	22.359	9,0%
Total	13.573.876	100,0%	736.367	100,0%	2.854.986	100,0%	249.789	100,0%

Tabela 6.4: Quantidade de casais, por grandes regiões do país, segundo situação censitária do domicílio de residência e grupo (cluster) de casais. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Observando a Tabela 6.5, percebe-se que a maioria dos casais, nos grupos 1 (35,7%) e 2 (67,3%), de área urbana, são de cor/raça branca (homem branco e mulher branca), assim como o grupo 2 da área rural (60,4%). Já no grupo 1 da área rural, a maioria dos casais são formados por homens e mulheres pardos (41,2%).

Cor/raça do casal	Urbano				Rural			
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 1		Grupo 2	
homem branco e mulher branca	4.789.338	35,7%	475.950	67,3%	689.000	24,4%	148.663	60,4%
homem branco e mulher preta	310.774	2,3%	4.838	0,7%	33.398	1,2%	1.379	0,6%
homem branco e mulher parda	1.566.565	11,7%	62.987	8,9%	314.001	11,1%	22.509	9,1%
homem preto e mulher branca	403.223	3,0%	12.562	1,8%	41.013	1,5%	5.494	2,2%
homem preto e mulher preta	433.168	3,2%	8.262	1,2%	75.352	2,7%	666	0,3%
homem preto e mulher parda	448.850	3,3%	4.354	0,6%	96.758	3,4%	1.419	0,6%
homem pardo e mulher branca	1.788.256	13,3%	79.304	11,2%	340.747	12,1%	28.459	11,6%
homem pardo e mulher preta	280.294	2,1%	803	0,1%	70.996	2,5%	4.098	1,7%
homem pardo e mulher parda	3.378.217	25,2%	58.119	8,2%	1.162.507	41,2%	33.610	13,6%
Total	13.398.685	100,0%	707.179	100,0%	2.823.772	100,0%	246.297	100,0%

Tabela 6.5: Quantidade de casais, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e grupo (cluster) de casais. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Pela Tabela 6.6, nota-se que a maioria dos casais urbanos do grupo 1 (23,2%) possuem filho mais novo com idade entre 5 a 10 anos; no grupo 2, a maioria dos casais urbanos (47,4%) não possui filhos. Da mesma forma, na área rural, a maioria dos casais do grupo 1 (26,6%) possuem filhos na faixa etária de 5 a 10 anos a maioria dos casais do grupo 2 (54,3%) não possui filhos. Há um percentual relativamente alto (13%) de casais no grupo 2 da área rural com filhos mais novo com mais de 25 anos de idade.

Faixa etária do filho mais novo da família	Urbano				Rural			
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 1		Grupo 2	
família sem filhos	2.798.835	20,6%	348.792	47,4%	536.441	18,8%	135.569	54,3%
de 0 a 4 anos	2.908.067	21,4%	91.026	12,4%	635.597	22,3%	19.088	7,6%
de 5 a 10 anos	3.149.021	23,2%	72.148	9,8%	758.959	26,6%	21.605	8,6%
de 11 a 14 anos	1.799.355	13,3%	42.463	5,8%	360.846	12,6%	13.481	5,4%
de 15 a 19 anos	1.598.520	11,8%	59.523	8,1%	320.203	11,2%	16.409	6,6%
de 20 a 24 anos	805.179	5,9%	60.209	8,2%	118.331	4,1%	11.139	4,5%
25 anos ou mais	514.899	3,8%	62.206	8,4%	124.609	4,4%	32.498	13,0%
Total	13.573.876	100,0%	736.367	100,0%	2.854.986	100,0%	249.789	100,0%

Tabela 6.6: Quantidade de casais, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo situação censitária do domicílio de residência e grupo (cluster) de casais. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

De acordo com a Tabela 6.7, há mais casais urbanos com idoso com 80 anos ou mais no grupo 2 (1,1%) do que no grupo 1 (0,7%). Para a área rural, há mais casais no grupo 2 (3,2%) do que no grupo 1 (1,9%) que possuem idosos com 70 anos ou mais em suas residências.

Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família	Urbano				Rural			
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 1		Grupo 2	
não há idosos na família	13.271.089	97,8%	719.203	97,7%	2.782.709	97,5%	240.107	96,1%
de 60 a 69 anos	110.854	0,8%	2.877	0,4%	17.458	0,6%	1.634	0,7%
de 70 a 79 anos	99.526	0,7%	5.840	0,8%	23.608	0,8%	4.616	1,8%
80 anos ou mais	92.407	0,7%	8.447	1,1%	31.211	1,1%	3.432	1,4%
Total	13.573.876	100,0%	736.367	100,0%	2.854.986	100,0%	249.789	100,0%

Tabela 6.7: Quantidade de casais, por faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, segundo situação censitária do domicílio de residência e grupo (cluster) de casais. Brasil - 2012

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO

Com base nos dados das PNADs de 2002, 2007 e 2012, verifica-se que, dentre os casais ocupados, em média, aqueles em que as mulheres realizam afazer doméstico perfazem cerca de 95% se de área urbana e 98% se de área rural, enquanto que, em 57% dos casais, os homens se dedicam às tarefas de afazer doméstico, se de área urbana e 48% se de área rural.

As mulheres realizam substancialmente mais afazer doméstico que os homens, sendo que as mulheres que residem em áreas rurais dedicam, em média, mais tempo às tarefas da casa do que as mulheres que habitam em áreas urbanas. E os homens das áreas urbanas dedicam mais horas semanais em afazer doméstico que os homens das áreas rurais.

A presença de filhos se mostra influente nas horas de afazer doméstico do casal, principalmente quando os filhos estão na faixa etária de 0 a 4 anos de idade. Essa foi uma confirmação de estudos internacionais, como o de Robinson *et al.* (1972, p. 124). O número de filhos, porém não mostrou claras diferenças nas horas dedicadas ao afazer doméstico, indicando, possivelmente, que os filhos mais velhos ajudam na criação dos filhos mais novos, mas é clara a necessidade de mais horas semanais para cuidado com os filhos, em contraponto quando não há filhos na família, conforme resultado encontrado por Robinson *et al.* (1972, p. 119), que identificou que não há uma correlação perfeita entre número de crianças no domicílio e montante de tarefas domésticas per capita.

A faixa etária do idoso com idade mais avançada na família exerce influência nas horas dedicadas ao afazer doméstico pela mulher apenas (as horas dedicadas ao afazer doméstico pelo homem pouco se alteram): quando o idoso possui entre 60 e 69 anos de idade, as horas semanais dedicadas ao afazer doméstico pela mulher se reduzem, indicando a possibilidade do idoso ajudar nas tarefas domésticas, já quando o idoso possui mais de 80 anos de idade, aumentam as horas dedicadas pela mulher ao afazer doméstico. Com o avanço da população idosa no Brasil, e como ainda é a mulher a principal responsável pelos cuidados dos membros da família, é possível que haja um retrocesso nas conquistas femininas de autonomia e inserção no mercado de trabalho (FONTOURA *et al.*, 2010, p. 27).

A classe de rendimento familiar per capita se mostra influente na redução das horas semanais dedicadas ao afazer doméstico, principalmente no tempo das mulheres. O tempo dos homens sofre uma leve redução segundo a elevação do rendimento familiar per capita. Assim, o rendimento familiar per capita leva à uma redução nas horas semanais de afazer doméstico dos homens e das mulheres, sendo que a queda das horas dedicadas pelas mulheres é muito mais evidente do que a dos homens. Isso leva à possível explicação de que quanto maior o rendimento familiar per capita, maior é a facilidade financeira em contratar empregados domésticos para realizar as tarefas relacionadas ao cuidado do

lar, como já sinalizava Fontoura *et al.* (2010, p.18) e que a responsabilidade pelo afazer doméstico continua sendo, em grande parte, da mulher.

Observando a cor/raça do casal, percebe-se que há uma pequena redução nas horas semanais de afazer doméstico das mulheres brancas cujos cônjuges/companheiros também são brancos. As horas de afazer doméstico dos homens não se alteram de acordo com as diferentes combinações de cor/raça do casal. A diferença de idade entre os membros do casal parece, também, não ser expressiva para determinar aumento ou redução de horas de afazer doméstico. Apenas nota-se que, quanto mais idade a mulher tem, mais tempo dedica ao afazer doméstico.

Quanto às horas de trabalho, ainda que trabalhando o mesmo número de horas por semana, as mulheres despendem muito mais tempo nos afazeres domésticos do que seus cônjuges/companheiros, cerca de duas vezes mais para os casais que moram em área urbana e 2,5 vezes mais nos casais de área rural.

Nota-se que as mulheres reduzem, mas não expressivamente, sua carga horária de trabalho quando da presença de filhos, mas elevam seu tempo de afazer doméstico. Os homens aumentam, mas não substancialmente, as horas semanais dedicadas ao trabalho quando os filhos entram na família, mas não alteram tanto seu tempo em afazer doméstico. Assim, os filhos recebem mais tempo de cuidado pelas mulheres do que pelos homens. Isso deixa claro que a herança da divisão sexual do trabalho com relação ao cuidado das pessoas da família ainda é muito forte em nossa sociedade.

Pela análise de agrupamentos, pôde-se verificar a formação de dois grupos de casais: um deles é composto por casais com rendimento familiar per capita mais baixo, escolaridade mais baixa, maior número de filhos na família, mais horas dedicadas ao afazer doméstico e maior taxa de participação feminina no afazer doméstico realizado pelo casal. O outro grupo é formado por casais de rendimento familiar per capita mais alto, alta escolaridade, com menos horas dedicadas ao afazer doméstico e maior participação masculina no afazer doméstico do casal. Assim, nota-se, claramente, a influência das variáveis anos de estudo e rendimento familiar per capita na menor dedicação do casal ao afazer doméstico (indicando uma possível terceirização do serviço doméstico), porém com uma participação masculina maior no afazer doméstico do casal, embora essa participação ainda seja pequena. Assim, os dados sugerem que com o aumento da escolaridade e do rendimento (variáveis conhecidamente correlacionadas positivamente), cresce a participação masculina no afazer doméstico, indicando que poderiam ser eficazes as políticas públicas focadas na educação para a responsabilidade equitativa entre homens e mulheres no afazer doméstico.

Finalmente, no geral, o percentual de casais em que há participação dos homens nos afazeres domésticos vem aumentando com os anos, porém o tempo que o homem dedica ao afazer doméstico parece estável e é bem inferior ao que a mulher dedica ao afazer doméstico. No entanto, com os anos, cresce o número de casais em que os membros

exercem a mesma quantidade de horas em afazer doméstico. Assim, a diferença de gênero nas tarefas do lar parece estar mais estreita com o passar dos anos, mas caminha em marcha lenta.

Políticas públicas efetivas precisam ser pensadas e implementadas a fim de que a população brasileira conte com a participação das mulheres no desenvolvimento do país. Neste estudo, foram analisadas as horas de afazer doméstico apenas dos casais em que ambos os membros são ocupados (possuem trabalho), a fim de que a comparação entre homens e mulheres fosse mais justa. É relevante destacar que nem todos os casais acordam em distribuir seus tempos em relação aos trabalhos da mesma maneira, alguns casais optam por a mulher executar o afazer doméstico e o homem exercer trabalho no mercado de trabalho, outros casais decidem pelo inverso, há casais em que ambos os membros realizam as duas tarefas, e casais em que apenas um dos membros realiza os dois tipos de trabalho. Por isso, é importante que as políticas públicas abarquem todas essas configurações de distribuição de tempos de trabalhos das famílias. Atualmente, as mulheres que desejam trabalhar, ficam sobrecarregadas por falta de políticas públicas que forneçam subsídios adequados para que exerçam suas tarefas, sejam essas políticas de suporte ao trabalho (creches, escolas em tempo integral, asilos, licenças acompanhamento a enfermos) ou políticas públicas educativas que visem à quebra da tradicional divisão sexual de trabalho.

Os dados deste trabalho ainda podem ser mais explorados. Por exemplo, as idades do homem e da mulher do casal pode ser composta por faixas etárias, assim como as escolaridades do homem e da mulher do casal também podem ser analisadas por faixas. Como trabalhos futuros, pode-se observar os dados tentando estabelecer relações das variáveis analisadas neste trabalho com as horas de afazer doméstico, ou seja, o quanto as variáveis, sozinhas ou em conjunto, impactam nas horas de afazer doméstico, utilizando, para tanto, a técnica de análise de regressão.

REFERÊNCIAS

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

AGUIAR, Neuma. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 64-82, jun. 2010.

ALMEIDA, Maria Vitória de; MELATO, Fernanda Cálippe; MARCONDES, Glaucia; OLIVEIRA, Maria Coleta de. Trabalho e Família na vida das mulheres brasileiras: novas e velhas tensões. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, São Pedro- SP, 2014. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. São Pedro- SP: ABEP, 2014, p.1-19. Disponível em: <http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-3-22-690-623.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate. **PSIC. CLIN.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41 – 52, 2005.

AREND, Sílvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013, p. 65-83.

ARCOVERDE, **Leticia**. A nova geração quer sucesso com equilíbrio. **Jornal Valor Econômico online**, São Paulo, 26 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/carreira/3560950/nova-geracao-quer-sucesso-com-equilibrio>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos – relações de gênero na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BATISTA, Ana Isabel dos Santos. **Educação inclusiva: necessidade de formação de professores do 1º ciclo do ensino básico no meio rural**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação Especial) – Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa (Portugal), 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1382/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BIANCHI, Suzanne M.; MILKIE, Melissa A.; SAYER, Liana C.; ROBINSON, John P. Is Anyone Doing the Housework? Trends in the Gender Division of Household Labor. **Social Forces**, v. 79, n.1, p. 191-228, sept. 2000. Disponível em: <<http://sf.oxfordjournals.org/>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 mai. 2014.

_____. Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916 (Código Civil de 1916). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

_____. Decreto 21.417-A, 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/versao-integral-do-decreto-1.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 5.451 (CLT), de 30 de abril de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

_____. Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6412.htm>. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm/l%20PNPM.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

COVERMAN, Shelley. Gender, Domestic Labor Time, and Wage Inequality. **American Sociological Review**, v. 48, n. 5, p. 623-637, oct. 1983.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18/15>. Acesso em: 26 jul. 2014.

CONVERSE, Philip E. Country differences in time use. In: SZALAI, ALEXANDER. **The Use of Time - Daily Activities of Urban and Suburban Population in Twelve Countries**. The Hague Paris: Mouton, 1972, p.145-177.

CRAIG, Lyn; MULLAN, Killian. Parenthood, Gender and Work-Family Time in the United States, Australia, Italy, France and Denmark. **Journal of Marriage and Family**, United States, v. 72, p. 1344-1361, oct. 2010.

Dobson, Annette J. **An introduction to generalized linear models**. 2nd ed. Florida: Chapman & Hall/CRC, 2002.

ELIOT, Lise. **Cérebro Azul ou Rosa – o impacto das diferenças de gênero na educação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, p.47-71, jan-abr/2004.

FAVARO, Carla Sabrina. A casa delas: perfil das mulheres chefes de domicílios na Região Metropolitana de Campinas. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu- MG, 2008. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. Caxambu, MG: ABEP, 2008, p.1-17. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1416.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.

FAVARO, Carla Sabrina. Mulheres e o provimento doméstico: participação feminina no trabalho doméstico e no remunerado e seus reflexos na vida familiar. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), Águas de São Pedro-SP, 2014. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. São Pedro, SP: ABEP, 2014, p. 1-21. Disponível em: <http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-3-22-516-499.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de Dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões**. 1º Ed, Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2009.

FONTOURA, Natália; PINHEIRO Luana; GALIZA Marcelo; VASCONCELOS Márcia. **Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal**. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-46, jun. 2010.

FORNETTI, Verena. Visão Global. **Revista Exame**. 3 set. 2014.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas Da. As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva. In: Seminário Internacional – As Minorias e o Direito. **Série Cadernos do CEJ**, Brasília: CJF,2003, v. 24, p. 85-153, 2001. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/SerieCadernos/Vol24/artigo04.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

GONÇALVES, Marina. 'Problema das mulheres no Irã foram empurrados para o fim da fila por 35 anos' - Criadora da página no Facebook onde iranianas tiram o véu, Masih Alinejad fala sobre a linha tênue entre o público e o privado no país. **O Globo online**, Rio de Janeiro, 08 jun. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/problema-das-mulheres-no-ira-foram-empurrados-para-fim-da-fila-por-35-anos-12748897>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GUEDES, Moema de Castro. Heterogeneização da mão-de-obra feminina: o que mudou no período recente? In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), São Pedro-SP, 2014. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. São Pedro, SP: ABEP, 2014, p. 1-12. Disponível em:<http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-3-22-661-608.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

HARNER, June E. Honra e Distinção das Famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013, p. 43-64.

HAIR, Jr. Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E. **Multivariate Data Analysis**. 7th Ed. Pearson Prentice Hall, 2010.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. In: **XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**. Brasília-DF: Nações Unidas – Cepal, 2010. Disponível em: <http://www.eclac.org/mujer/noticias/paginas/2/38882/PonenciaCompleta_HelenaHirata.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p.595-609, set/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, 14 (2), p.35-58: Belo Horizonte, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

IBGE. **Conceitos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresmimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Pesquisa sobre a utilização do tempo dos moradores dos bairros do Andaraí, Grajaú e Vila Isabel. **Relatório de Pesquisa nº 7 Escola Nacional de Ciências Estatísticas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002. **Volume Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, vol. 23. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/brasilpnad2002.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007. **Volume Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, vol. 28. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/brasilpnad2007.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012. **Volume Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, vol. 32. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Volume_Brasil/pnad_brasil_2012.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2014.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002. **Microdados da PNAD 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/microdados.shtm>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007. **Microdados da PNAD 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/microdados.shtm>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012. **Microdados da PNAD 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/microdados.shtm>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014. **Notas Metodológicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. **Série Histórica - IPCA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201510_1.shtm>. Acesso em: 21 nov. 2015.

Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE). Opération statistique: Enquête Emploi du temps 2009-2010 / EDT - Présentation de l'opération. Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/methodes/default.asp?page=sources/ope-enq-emploi-du-temps-edt-2009.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Entre dádivas e direitos: desafios das desigualdades de gênero na distribuição das responsabilidades familiares e na participação no mercado de trabalho. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), São Pedro-SP, 2014. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. São Pedro, SP: ABEP, 2014, p. 1-20. Disponível em: <http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-3-22-341-386.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <http://polignu.org/sites/default/files/mulheres/data_curta/ativisaosexualdotrabalho_0.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

LIMA, Maria da Glória Malta Rodrigues Neiva de. A Proteção da Igualdade de Gênero no Ordenamento Jurídico Nacional e Internacional e os Mecanismos Asseguratórios. **Rev. TRT - 9ª R.** Curitiba a. 35, n.65, jul./ dez. 2010.

LUZ, Alex Faverezani da; FUCHINA, Rosimeri. A Evolução Histórica dos Direitos da Mulher Sob a Ótica do Direito do Trabalho. In: II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2009, Porto Alegre. **Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

MARRI, Izabel Guimarães; WAJNMAN, Simone. Esposas como principais provedoras de renda familiar. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 19-35, jan./jun. 2007.

MARTÍN, Eduardo V. Raldúa. Comparación Internacional de los Empleos del Tiempo de Mujeres y Hombres. **Reis** 94/01, España, pp. 105-126, 1994.

MELO, Adriana Zawada. Direitos sociais, igualdade e dignidade da pessoa humana. **Revista Mestrado em Direito**. Osasco, Ano 7, n.1, p. 97-116, 2007.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada – uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013, p. 382-409.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A provisão da família: novas e velhas questões. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra (Portugal), 2004. **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ZuleiadeOliveira.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

ONU. International Classification of Activities for Time Use Statistics (ICATUS). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/methods/timeuse/icatus/icatus_1.htm>. Acesso em: 01 jul. 2014.

_____. IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Disponível em: <<http://www.un.org/geninfo/bp/women.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Allocation of time and time use. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/tuse/>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

ONU, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. **Guide to Producing Statistics on Time Use: Measuring Paid and Unpaid Work**. Nova Iorque: United Nations Publication, 2004. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_93e.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PAULA, Gilberto A. **Modelos de regressão com apoio computacional**. São Paulo: IME/USP, 2010. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~giapaula/texto_2013.pdf>. Acesso em: 17 set. 2013.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n° 52, p. 249-272, 2006.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália de Oliveira; QUERINO, Ana Carolina; BONETTI, Alinne; ROSA, Waldemir. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea; SPM: UNIFEM, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/terceiraedicao.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de Usos do Tempo: Um Instrumento para Aferir as Desigualdades de Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, p. 861-870, set.- dez. 2009.

RIVAZI, Sayyid Salman; SOFER, Catherine. Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: COSTA, Albertina De Oliveira (Org.); SORJ, Bila (Org.); BRUSCHINI, Cristina (Org.); HIRATA, Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero – comparações internacionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. p.107-124, 2007.

ROBINSON, John P.; CONVERSE, Philip E.; SZALAI, Alexander. Everyday life in twelve countries. In: SZALAI, ALEXANDER. **The Use of Time - Daily Activities of Urban and Suburban Population in Twelve Countries**. The Hague Paris: Mouton, 1972, p.113-144.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cad. Pesq.**, São Paulo (64): 38-47, fev. 1988. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/758.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Chicago, Illinois, 24-26 set. 1998. **Anais do XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association)**. Chicago, Illinois, 24-26 set. 1998, p. 1- 12. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, v. 16, p.137-150, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

SCHMIDT, Natalia Taiza. A Dupla Jornada de Trabalho: Reflexão sobre o Vínculo da Mulher com o Trabalho Doméstico em Contexto de Ensino e Aprendizagem de Sociologia para o Nível Médio. **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL**. 1. ed., v. 1, jan-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20SCHMIDT%20N.%20T.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2013.

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed.. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-42.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, jan.-abr. 2005.

SCHOUTEN, Maria Johanna; ARAÚJO, Emília. O tempo livre em família – uma abordagem de gênero. In: VII Congresso Português de Sociologia, 2012, Porto. **Anais do VII Congresso Português de Sociologia**, p.3-13. Porto, 2013. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22817/1/Tempo%20livre%20em%20fam%C3%ADlia.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SHEN, Darley; REUTERS. China aconselha mulheres a se casarem cedo - chinesas têm estudado cada vez mais e começam a optar por focar na carreira. **O Globo online**, Washington, 4 mai. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/china- aconselha-mulheres-se-casarem- cedo-12365721>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

SILVA, Pedro Luis do Nascimento; PESSOA, Djalma Galvão Carneiro; LILA, Maurício Franca. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v.7. n.4, p. 659-670, 2002.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela (Org.); FARIA, Nalu (Org.); GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2014.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação Entre Família e Trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 575-594, set./dez. 2007.

SOUZA, Amaury de. O uso do tempo como medida da qualidade de vida urbana. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, p.51-75, jan./mar. 1972.

STUCKEMEIER, Anette; KÜHNEN, Carola. German Time Use Survey 2012/13. In: 59th ISI World Statistics Congress, 2013, Hong Kong. **Proceedings 59th ISI World Statistics Congress**, Session IPS038, p. 341-345. Hong Kong, 2013. Disponível em: <<http://2013.isiproceedings.org/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SZALAI, ALEXANDER. **The Use of Time - Daily Activities of Urban and Suburban Population in Twelve Countries**. The Hague Paris: Mouton, 1972. UNITED NATIONAL STATISTICS DIVISION. Allocation of time and time use. United Nations, 2013. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/tuse/>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequenc e=1>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO-ALVO

Faixa etária do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem de 20 a 29 anos e mulher de 20 a 39 anos	1.203.078	11,3%	327.850	10,1%	1.530.928	11,0%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 30 a 39 anos	299.429	2,8%	52.164	1,6%	351.593	2,5%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 40 a 49 anos	40.553	0,4%	5.654	0,2%	46.207	0,3%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 50 a 59 anos	3.586	0,0%	577	0,0%	4.163	0,0%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 60 anos ou mais	519	0,0%	364	0,0%	883	0,0%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 20 a 39 anos	1.066.495	10,0%	319.170	9,8%	1.385.665	9,9%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 30 a 39 anos	2.289.885	21,4%	511.470	15,8%	2.801.355	20,1%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 40 a 49 anos	351.318	3,3%	64.327	2,0%	415.645	3,0%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 50 a 59 anos	26.558	0,2%	6.780	0,2%	33.338	0,2%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 60 anos ou mais	1.757	0,0%	653	0,0%	2.410	0,0%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 20 a 39 anos	149.052	1,4%	48.251	1,5%	197.303	1,4%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 30 a 39 anos	1.300.595	12,2%	365.001	11,2%	1.665.596	12,0%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 40 a 49 anos	1.676.490	15,7%	419.686	12,9%	2.096.176	15,0%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 50 a 59 anos	135.447	1,3%	36.724	1,1%	172.171	1,2%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 60 anos ou mais	8.852	0,1%	2.836	0,1%	11.688	0,1%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 20 a 39 anos	25.623	0,2%	7.983	0,2%	33.606	0,2%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 30 a 39 anos	165.548	1,5%	39.066	1,2%	204.614	1,5%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 40 a 49 anos	735.028	6,9%	249.641	7,7%	984.669	7,1%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 50 a 59 anos	602.323	5,6%	289.965	8,9%	892.288	6,4%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 60 anos ou mais	30.813	0,3%	24.381	0,8%	55.194	0,4%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 20 a 39 anos	4.998	0,0%	2.367	0,1%	7.365	0,1%

homem de 60 anos ou mais e mulher de 30 a 39 anos	34.003	0,3%	11.271	0,3%	45.274	0,3%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 40 a 49 anos	84.302	0,8%	47.109	1,5%	131.411	0,9%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 50 a 59 anos	241.223	2,3%	168.791	5,2%	410.014	2,9%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 60 anos ou mais	209.316	2,0%	242.565	7,5%	451.881	3,2%
Total	10.686.791	100,0%	3.244.646	100,0%	13.931.437	100,0%

Tabela A.1: Quantidade de famílias, por faixa etária do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Faixa etária do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem de 20 a 29 anos e mulher de 20 a 39 anos	1.484.184	11,4%	321.496	8,9%	1.805.680	10,9%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 30 a 39 anos	397.488	3,1%	63.707	1,8%	461.195	2,8%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 40 a 49 anos	42.631	0,3%	7.796	0,2%	50.427	0,3%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 50 a 59 anos	2.375	0,0%	2.889	0,1%	5.264	0,0%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 60 anos ou mais	535	0,0%	-	-	535	0,0%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 20 a 39 anos	1.149.893	8,8%	350.596	9,7%	1.500.489	9,0%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 30 a 39 anos	2.595.847	19,9%	509.438	14,1%	3.105.285	18,7%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 40 a 49 anos	466.817	3,6%	78.471	2,2%	545.288	3,3%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 50 a 59 anos	35.257	0,3%	12.380	0,3%	47.637	0,3%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 60 anos ou mais	183	0,0%	939	0,0%	1.122	0,0%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 20 a 39 anos	165.933	1,3%	58.146	1,6%	224.079	1,3%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 30 a 39 anos	1.463.061	11,2%	411.976	11,4%	1.875.037	11,3%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 40 a 49 anos	2.137.211	16,4%	480.788	13,3%	2.617.999	15,7%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 50 a 59 anos	203.637	1,6%	57.577	1,6%	261.214	1,6%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 60 anos ou mais	10.532	0,1%	3.477	0,1%	14.009	0,1%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 20 a 39 anos	36.831	0,3%	8.652	0,2%	45.483	0,3%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 30 a 39 anos	192.301	1,5%	60.700	1,7%	253.001	1,5%

homem de 50 a 59 anos e mulher de 40 a 49 anos	970.987	7,5%	294.686	8,2%	1.265.673	7,6%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 50 a 59 anos	876.666	6,7%	334.535	9,3%	1.211.201	7,3%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 60 anos ou mais	53.999	0,4%	29.429	0,8%	83.428	0,5%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 20 a 39 anos	5.519	0,0%	3.991	0,1%	9.510	0,1%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 30 a 39 anos	33.192	0,3%	14.281	0,4%	47.473	0,3%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 40 a 49 anos	109.999	0,8%	52.825	1,5%	162.824	1,0%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 50 a 59 anos	325.857	2,5%	191.029	5,3%	516.886	3,1%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 60 anos ou mais	263.384	2,0%	265.613	7,3%	528.997	3,2%
Total	13.024.319	100,0%	3.615.417	100,0%	16.639.736	100,0%

Tabela A.2: Quantidade de famílias, por faixa etária do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Faixa etária do casal	Situação censitária					
	Urbano		Rural		Total	
homem de 20 a 29 anos e mulher de 20 a 39 anos	1.475.556	9,9%	261.382	8,3%	1.736.938	9,6%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 30 a 39 anos	419.083	2,8%	50.497	1,6%	469.580	2,6%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 40 a 49 anos	60.444	0,4%	10.298	0,3%	70.742	0,4%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 50 a 59 anos	7.510	0,1%	234	0,0%	7.744	0,0%
homem de 20 a 29 anos e mulher de 60 anos ou mais	2.397	0,0%	682	0,0%	3.079	0,0%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 20 a 39 anos	1.297.115	8,7%	269.961	8,6%	1.567.076	8,7%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 30 a 39 anos	3.012.191	20,1%	454.095	14,4%	3.466.286	19,1%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 40 a 49 anos	489.220	3,3%	69.450	2,2%	558.670	3,1%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 50 a 59 anos	41.695	0,3%	9.506	0,3%	51.201	0,3%
homem de 30 a 39 anos e mulher de 60 anos ou mais	2.142	0,0%	1.425	0,0%	3.567	0,0%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 20 a 39 anos	195.525	1,3%	39.493	1,3%	235.018	1,3%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 30 a 39 anos	1.667.017	11,1%	345.533	11,0%	2.012.550	11,1%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 40 a 49 anos	2.400.725	16,1%	428.843	13,6%	2.829.568	15,6%

homem de 40 a 49 anos e mulher de 50 a 59 anos	326.097	2,2%	49.767	1,6%	375.864	2,1%
homem de 40 a 49 anos e mulher de 60 anos ou mais	13.851	0,1%	4.916	0,2%	18.767	0,1%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 20 a 39 anos	36.103	0,2%	11.512	0,4%	47.615	0,3%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 30 a 39 anos	232.949	1,6%	48.514	1,5%	281.463	1,6%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 40 a 49 anos	1.149.867	7,7%	271.711	8,6%	1.421.578	7,9%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 50 a 59 anos	1.152.092	7,7%	302.124	9,6%	1.454.216	8,0%
homem de 50 a 59 anos e mulher de 60 anos ou mais	82.295	0,6%	24.212	0,8%	106.507	0,6%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 20 a 39 anos	3.409	0,0%	3.678	0,1%	7.087	0,0%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 30 a 39 anos	36.126	0,2%	12.846	0,4%	48.972	0,3%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 40 a 49 anos	136.220	0,9%	49.965	1,6%	186.185	1,0%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 50 a 59 anos	420.798	2,8%	174.379	5,5%	595.177	3,3%
homem de 60 anos ou mais e mulher de 60 anos ou mais	293.422	2,0%	259.867	8,2%	553.289	3,1%
Total	14.953.849	100,0%	3.154.890	100,0%	18.108.739	100,0%

Tabela A.3: Quantidade de famílias, por faixa etária do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Faixa etária do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem de 20 a 29 anos e mulher de 20 a 39 anos	10,0	24,1	9,8	31,5
homem de 20 a 29 anos e mulher de 30 a 39 anos	10,1	24,2	8,6	29,3
homem de 20 a 29 anos e mulher de 40 a 49 anos	8,9	23,9	7,5	22,2
homem de 20 a 29 anos e mulher de 50 a 59 anos	10,5	30,1	6,0	12,0
homem de 20 a 29 anos e mulher de 60 anos ou mais	3,0	7,0	10,0	30,0
homem de 30 a 39 anos e mulher de 20 a 39 anos	10,3	25,5	9,2	33,2
homem de 30 a 39 anos e mulher de 30 a 39 anos	9,7	24,9	8,7	31,0
homem de 30 a 39 anos e mulher de 40 a 49 anos	10,1	25,5	11,1	30,2

homem de 30 a 39 anos e mulher de 50 a 59 anos	11,0	26,4	9,9	29,1
homem de 30 a 39 anos e mulher de 60 anos ou mais	6,4	21,3	4,0	27,8
homem de 40 a 49 anos e mulher de 20 a 39 anos	9,8	24,7	10,2	30,3
homem de 40 a 49 anos e mulher de 30 a 39 anos	9,8	25,5	8,7	30,4
homem de 40 a 49 anos e mulher de 40 a 49 anos	9,3	25,4	7,6	30,1
homem de 40 a 49 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,7	26,0	10,5	31,1
homem de 40 a 49 anos e mulher de 60 anos ou mais	7,0	24,9	6,7	32,8
homem de 50 a 59 anos e mulher de 20 a 39 anos	7,9	31,0	10,1	43,1
homem de 50 a 59 anos e mulher de 30 a 39 anos	9,6	25,1	10,2	32,4
homem de 50 a 59 anos e mulher de 40 a 49 anos	9,0	25,5	8,7	31,6
homem de 50 a 59 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,4	27,1	8,5	31,7
homem de 50 a 59 anos e mulher de 60 anos ou mais	10,4	29,2	8,4	30,7
homem de 60 anos ou mais e mulher de 20 a 39 anos	8,8	30,1	13,2	35,6
homem de 60 anos ou mais e mulher de 30 a 39 anos	14,3	27,3	6,9	31,8
homem de 60 anos ou mais e mulher de 40 a 49 anos	11,6	27,3	9,7	31,9
homem de 60 anos ou mais e mulher de 50 a 59 anos	10,2	27,4	8,6	31,4
homem de 60 anos ou mais e mulher de 60 anos ou mais	10,2	27,8	9,8	31,8

Tabela A.4: Média de horas semanais de afazer doméstico, por faixa etária do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Faixa etária do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem de 20 a 29 anos e mulher de 20 a 39 anos	9,6	23,0	8,6	29,1
homem de 20 a 29 anos e mulher de 30 a 39 anos	10,0	24,1	9,6	28,5
homem de 20 a 29 anos e mulher de 40 a 49 anos	9,6	21,8	11,6	27,4
homem de 20 a 29 anos e mulher de 50 a 59 anos	6,0	18,6	8,8	28,7
homem de 20 a 29 anos e mulher de 60 anos ou mais	-	14,0	-	-
homem de 30 a 39 anos e mulher de 20 a 39 anos	10,1	23,5	9,0	29,5
homem de 30 a 39 anos e mulher de 30 a 39 anos	9,8	24,0	9,0	29,6
homem de 30 a 39 anos e mulher de 40 a 49 anos	10,4	24,6	8,5	27,8
homem de 30 a 39 anos e mulher de 50 a 59 anos	13,5	25,0	7,6	31,6
homem de 30 a 39 anos e mulher de 60 anos ou mais	-	18,0	-	37,2
homem de 40 a 49 anos e mulher de 20 a 39 anos	9,4	25,5	10,0	31,6
homem de 40 a 49 anos e mulher de 30 a 39 anos	10,1	24,6	8,4	29,0
homem de 40 a 49 anos e mulher de 40 a 49 anos	9,0	24,1	8,3	28,6
homem de 40 a 49 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,2	24,3	10,0	31,8
homem de 40 a 49 anos e mulher de 60 anos ou mais	6,9	26,6	17,0	27,6
homem de 50 a 59 anos e mulher de 20 a 39 anos	12,6	23,4	10,7	33,9
homem de 50 a 59 anos e mulher de 30 a 39 anos	10,1	24,1	9,1	26,8
homem de 50 a 59 anos e mulher de 40 a 49 anos	9,1	24,7	8,9	30,4
homem de 50 a 59 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,4	25,8	8,6	29,3
homem de 50 a 59 anos e mulher de 60 anos ou mais	11,8	23,6	12,8	28,7
homem de 60 anos ou mais e mulher de 20 a 39 anos	10,0	25,7	10,1	26,6
homem de 60 anos ou mais e mulher de 30 a 39 anos	10,0	24,5	10,0	32,3
homem de 60 anos ou mais e mulher de 40 a 49 anos	11,2	24,0	11,8	29,3

homem de 60 anos ou mais e mulher de 50 a 59 anos	10,6	27,2	9,2	30,8
homem de 60 anos ou mais e mulher de 60 anos ou mais	10,2	27,8	10,0	29,7

Tabela A.5: Média de horas semanais de afazer doméstico, por faixa etária do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Faixa etária do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem de 20 a 29 anos e mulher de 20 a 39 anos	9,9	21,5	9,0	27,8
homem de 20 a 29 anos e mulher de 30 a 39 anos	10,0	21,1	10,8	30,2
homem de 20 a 29 anos e mulher de 40 a 49 anos	10,4	21,7	9,7	27,3
homem de 20 a 29 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,4	22,8	15,0	20,0
homem de 20 a 29 anos e mulher de 60 anos ou mais	8,7	11,0	-	15,0
homem de 30 a 39 anos e mulher de 20 a 39 anos	9,9	21,7	10,1	30,7
homem de 30 a 39 anos e mulher de 30 a 39 anos	10,0	21,6	8,8	28,0
homem de 30 a 39 anos e mulher de 40 a 49 anos	9,2	22,5	9,3	26,6
homem de 30 a 39 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,8	20,8	12,5	28,9
homem de 30 a 39 anos e mulher de 60 anos ou mais	10,0	21,8	-	28,5
homem de 40 a 49 anos e mulher de 20 a 39 anos	9,5	21,9	10,2	28,1
homem de 40 a 49 anos e mulher de 30 a 39 anos	9,9	22,7	9,3	28,4
homem de 40 a 49 anos e mulher de 40 a 49 anos	9,7	22,6	8,8	28,0
homem de 40 a 49 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,3	22,7	9,6	26,9
homem de 40 a 49 anos e mulher de 60 anos ou mais	13,4	25,0	10,4	20,6
homem de 50 a 59 anos e mulher de 20 a 39 anos	10,8	24,2	8,4	29,9
homem de 50 a 59 anos e mulher de 30 a 39 anos	10,3	22,9	9,5	27,0
homem de 50 a 59 anos e mulher de 40 a 49 anos	10,0	22,0	9,1	28,6
homem de 50 a 59 anos e mulher de 50 a 59 anos	9,8	23,3	8,7	27,9
homem de 50 a 59 anos e mulher de 60 anos ou mais	9,7	24,3	8,2	27,8
homem de 60 anos ou mais e mulher de 20 a 39 anos	6,2	15,6	9,6	15,8
homem de 60 anos ou mais e mulher de 30 a 39 anos	11,9	25,0	7,8	28,5
homem de 60 anos ou mais e mulher de 40 a 49 anos	9,8	22,0	13,0	30,0
homem de 60 anos ou mais e mulher de 50 a 59 anos	10,2	24,6	8,1	29,0
homem de 60 anos ou mais e mulher de 60 anos ou mais	10,1	25,0	8,4	29,5

Tabela A.6: Média de horas semanais de afazer doméstico, por faixa etária do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

APÊNDICE B – PERCENTUAL DE CASAIS QUE EXECUTAM AFAZER DOMÉSTICO

Ano	Região do país	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	Norte	51,3%	95,3%	44,3%	99,5%
	Nordeste	44,2%	96,3%	40,9%	99,2%
	Sudeste	53,9%	96,4%	40,6%	99,2%
	Sul	66,3%	97,8%	58,2%	99,3%
	Centro-Oeste	52,3%	95,3%	42,0%	98,6%
2007	Norte	49,6%	93,4%	50,2%	96,8%
	Nordeste	49,7%	94,7%	50,7%	97,4%
	Sudeste	60,2%	95,2%	43,7%	95,6%
	Sul	70,4%	96,4%	71,1%	97,8%
	Centro-Oeste	53,5%	90,5%	45,8%	96,6%
2012	Norte	55,0%	93,3%	45,0%	97,6%
	Nordeste	48,7%	94,1%	39,6%	97,6%
	Sudeste	56,6%	94,9%	48,1%	97,9%
	Sul	66,8%	95,9%	59,3%	98,2%
	Centro-Oeste	54,1%	94,2%	42,0%	97,4%

Tabela B.1: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por grande região do país, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Classe de rendimento familiar per capita	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	classe 1	44,7%	98,7%	41,3%	99,2%
	classe 2	50,9%	98,3%	46,7%	99,6%
	classe 3	55,7%	97,9%	50,8%	99,2%
	classe 4	57,2%	97,2%	54,1%	99,1%
	classe 5	55,9%	92,2%	50,6%	97,3%
2007	classe 1	52,0%	96,6%	49,9%	97,2%
	classe 2	57,2%	96,0%	54,7%	96,6%
	classe 3	59,9%	96,1%	58,9%	97,1%
	classe 4	62,8%	96,1%	56,0%	97,1%
	classe 5	58,6%	90,8%	55,4%	96,5%

2012	classe 1	46,0%	96,6%	41,6%	97,8%
	classe 2	55,9%	96,6%	49,8%	98,2%
	classe 3	57,9%	96,1%	50,2%	97,5%
	classe 4	60,0%	95,6%	51,8%	97,5%
	classe 5	58,6%	89,9%	57,6%	97,2%

Tabela B.2: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por classe de rendimento familiar per capita, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Cor/raça do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem branco e mulher branca	56,2%	95,7%	50,7%	99,4%
homem branco e mulher preta	61,5%	96,2%	46,0%	95,0%
homem branco e mulher parda	51,2%	96,4%	44,1%	99,6%
homem preto e mulher branca	61,2%	97,1%	48,5%	100,0%
homem preto e mulher preta	54,0%	96,5%	46,1%	98,6%
homem preto e mulher parda	49,6%	97,8%	50,0%	100,0%
homem pardo e mulher branca	52,5%	97,1%	43,4%	98,9%
homem pardo e mulher preta	54,2%	99,2%	48,2%	100,0%
homem pardo e mulher parda	50,2%	97,8%	40,1%	99,1%
amarela ou indígena 1	55,4%	96,4%	40,6%	96,5%

Tabela B.3: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Cor/raça do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem branco e mulher branca	60,7%	94,0%	58,6%	97,1%
homem branco e mulher preta	57,9%	95,2%	54,6%	92,9%
homem branco e mulher parda	56,5%	96,2%	50,2%	97,3%
homem preto e mulher branca	61,4%	95,5%	55,5%	97,5%
homem preto e mulher preta	58,7%	96,0%	53,1%	96,0%
homem preto e mulher parda	57,9%	94,6%	47,3%	98,3%
homem pardo e mulher branca	58,9%	94,6%	50,0%	97,5%
homem pardo e mulher preta	59,3%	98,4%	51,5%	97,8%
homem pardo e mulher parda	55,8%	95,3%	50,8%	96,8%
amarela ou indígena 1	63,1%	94,4%	48,7%	98,0%

Tabela B.4: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Cor/raça do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
homem branco e mulher branca	58,7%	93,3%	54,6%	98,4%
homem branco e mulher preta	51,3%	96,5%	41,5%	97,8%
homem branco e mulher parda	54,8%	95,9%	45,2%	98,1%
homem preto e mulher branca	60,9%	94,8%	47,9%	99,1%
homem preto e mulher preta	54,9%	96,3%	42,5%	96,5%
homem preto e mulher parda	54,5%	95,0%	40,9%	96,0%
homem pardo e mulher branca	58,0%	95,5%	46,9%	97,9%
homem pardo e mulher preta	56,2%	96,2%	51,9%	100,0%
homem pardo e mulher parda	53,2%	95,6%	40,5%	97,3%
amarela ou indígena 1	63,3%	94,7%	42,4%	97,4%

Tabela B.5: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por cor/raça do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Diferença de idade do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	55,3%	96,8%	45,6%	99,6%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	56,3%	96,6%	48,0%	99,2%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	55,3%	96,5%	55,7%	98,2%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	47,4%	94,5%	54,6%	98,9%
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	53,6%	97,6%	38,5%	100,0%
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	45,7%	97,6%	51,3%	100,0%
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	54,2%	96,5%	44,5%	99,1%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	53,4%	96,3%	44,0%	99,4%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	51,1%	96,2%	46,9%	99,4%
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	49,6%	96,6%	38,0%	99,7%
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	44,9%	98,2%	42,5%	97,9%

Tabela B.6: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por diferença de idade do homem para a mulher, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Diferença de idade do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	60,2%	94,7%	53,1%	95,2%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	59,5%	95,1%	51,7%	97,3%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	60,0%	96,1%	54,3%	94,1%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	58,9%	92,8%	58,9%	100,0%
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	55,8%	95,1%	53,5%	97,8%
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	46,2%	90,8%	59,8%	100,0%
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	59,6%	94,9%	54,0%	96,8%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	57,1%	94,5%	52,6%	97,6%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	56,5%	94,2%	51,2%	97,7%
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	58,6%	96,5%	53,2%	96,4%
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	49,9%	94,3%	50,9%	98,1%

Tabela B.7: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por diferença de idade do homem para a mulher, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Diferença de idade do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	56,7%	93,4%	44,8%	98,9%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	58,6%	94,7%	51,7%	96,6%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	57,2%	95,1%	46,1%	98,5%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	57,2%	95,2%	46,8%	94,9%
a mulher possui de 16 até 20 anos a mais que o homem	50,8%	92,2%	46,2%	94,4%
a mulher possui mais de 20 anos a mais que o homem	62,6%	98,6%	10,9%	100,0%
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	56,5%	94,9%	45,6%	97,9%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	56,5%	95,1%	45,9%	98,1%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	55,1%	95,3%	42,3%	97,5%
o homem possui de 16 até 20 anos a mais que a mulher	51,2%	94,0%	46,8%	98,6%
o homem possui mais de 20 anos a mais que a mulher	48,2%	92,1%	44,2%	97,9%

Tabela B.8: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por diferença de idade do homem para a mulher, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Diferença de anos de estudo do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	53,8%	95,6%	43,8%	99,0%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	54,2%	96,5%	45,3%	99,2%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	50,7%	97,3%	48,3%	99,7%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	48,3%	98,6%	38,5%	100,0%
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	55,3%	97,3%	47,1%	99,3%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	53,9%	97,5%	50,5%	99,5%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	49,5%	97,5%	36,7%	100,0%
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-

Tabela B.9: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2002.

Fonte: IBGE. PNAD 2002.

Diferença de anos de estudo do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	60,1%	93,9%	55,9%	96,9%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	58,7%	94,9%	51,3%	97,5%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	56,0%	95,8%	50,5%	96,1%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	51,1%	93,7%	48,4%	96,9%
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	58,3%	95,8%	53,2%	96,7%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	60,1%	95,1%	56,0%	97,1%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	59,0%	93,4%	58,3%	89,3%
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-

Tabela B.10: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2007.

Fonte: IBGE. PNAD 2007.

Diferença de anos de estudo do casal	Situação censitária Sexo			
	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
não há diferença	58,0%	93,3%	47,3%	97,5%
a mulher possui de 1 até 5 anos a mais que o homem	56,8%	95,6%	43,6%	97,8%
a mulher possui de 6 até 10 anos a mais que o homem	52,3%	95,5%	46,7%	98,8%
a mulher possui de 11 até 15 anos a mais que o homem	52,6%	94,7%	46,0%	97,6%
a mulher possui mais de 15 anos a mais que o homem	-	-	-	-
o homem possui de 1 até 5 anos a mais que a mulher	56,1%	95,8%	48,1%	97,8%
o homem possui de 6 até 10 anos a mais que a mulher	56,3%	94,8%	49,1%	96,5%
o homem possui de 11 até 15 anos a mais que a mulher	47,0%	95,4%	41,7%	100,0%
o homem possui mais de 15 anos a mais que a mulher	-	-	-	-

Tabela B.11: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por diferença de anos de estudo entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Ano	Arranjo familiar	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	casal sem filhos e sem idosos	64,6%	97,0%	55,8%	99,2%
	casal com filhos e sem idosos	52,2%	96,5%	43,7%	99,2%
	casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-
	casal com filhos e com idosos	45,8%	94,0%	42,9%	100,0%
2007	casal sem filhos e sem idosos	65,2%	95,0%	59,8%	97,2%
	casal com filhos e sem idosos	57,4%	94,9%	51,5%	97,0%
	casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-
	casal com filhos e com idosos	55,1%	92,5%	56,7%	95,2%
2012	casal sem filhos e sem idosos	64,0%	94,6%	55,5%	97,6%
	casal com filhos e sem idosos	54,6%	94,9%	43,5%	97,9%
	casal sem filhos e com idosos	-	-	-	-
	casal com filhos e com idosos	48,2%	91,4%	41,6%	96,7%

Tabela B.12: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por ano e arranjo familiar, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Número de filhos na família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	nenhum filho	64,6%	97,0%	55,8%	99,2%
	1 filho	56,9%	96,8%	51,1%	99,4%
	2 filhos	52,4%	96,2%	46,6%	99,2%
	3 filhos	47,8%	96,3%	40,1%	98,7%
	4 filhos	43,4%	96,5%	38,3%	99,9%
	5 filhos ou mais	38,9%	95,5%	30,7%	98,9%
2007	nenhum filho	65,2%	95,0%	59,8%	97,2%
	1 filho	61,3%	95,4%	56,0%	97,7%
	2 filhos	57,2%	94,7%	51,5%	96,8%
	3 filhos	51,7%	93,8%	50,9%	96,4%
	4 filhos	51,2%	92,8%	46,2%	97,1%
	5 filhos ou mais	46,6%	96,9%	46,1%	96,3%
2012	nenhum filho	64,0%	94,6%	55,5%	97,6%
	1 filho	57,4%	95,2%	47,8%	98,6%
	2 filhos	53,4%	94,3%	44,1%	97,5%
	3 filhos	52,1%	94,4%	39,5%	97,1%
	4 filhos	46,9%	96,3%	35,6%	99,1%
	5 filhos ou mais	40,5%	94,7%	36,3%	96,2%

Tabela B.13: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por ano e número de filhos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Faixa etária do filho mais novo da família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	Família sem filhos	64,6%	97,0%	55,8%	99,2%
	de 0 a 4 anos	56,2%	96,6%	45,9%	99,2%
	de 5 a 10 anos	54,4%	96,6%	42,0%	99,2%
	de 11 a 14 anos	47,8%	96,4%	41,9%	99,0%
	de 15 a 19 anos	46,5%	95,7%	42,4%	99,1%
	de 20 a 24 anos	45,9%	95,8%	42,0%	99,5%
	25 anos ou mais	44,6%	96,6%	49,8%	99,6%
2007	Família sem filhos	65,2%	95,0%	59,8%	97,2%
	de 0 a 4 anos	62,1%	95,3%	54,7%	96,8%
	de 5 a 10 anos	58,2%	95,4%	50,8%	97,0%
	de 11 a 14 anos	55,0%	94,7%	50,2%	97,1%
	de 15 a 19 anos	51,6%	93,3%	49,3%	96,8%
	de 20 a 24 anos	54,5%	93,2%	51,1%	97,4%
	25 anos ou mais	52,4%	94,8%	53,4%	97,8%
2012	Família sem filhos	64,0%	94,6%	55,5%	97,6%
	de 0 a 4 anos	59,2%	95,0%	46,1%	97,7%
	de 5 a 10 anos	55,9%	95,2%	44,5%	98,0%
	de 11 a 14 anos	53,3%	95,2%	39,1%	97,7%
	de 15 a 19 anos	49,2%	94,8%	42,0%	97,6%
	de 20 a 24 anos	50,0%	92,8%	40,8%	99,4%
	25 anos ou mais	47,4%	93,4%	42,7%	96,7%

Tabela B.14: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por ano e faixa etária do filho mais novo da família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Número de idosos na família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	nenhum idoso	54,2%	96,6%	45,4%	99,2%
	1 idoso	45,9%	94,1%	43,3%	100,0%
	2 idosos ou mais	26,1%	78,7%	24,1%	100,0%
2007	nenhum idoso	58,9%	94,9%	53,0%	97,1%
	1 idoso	54,8%	92,3%	56,3%	95,0%
	2 idosos ou mais	62,9%	96,7%	66,6%	100,0%
2012	nenhum idoso	56,8%	94,8%	46,2%	97,8%
	1 idoso	48,5%	91,4%	41,1%	96,5%
	2 idosos ou mais	37,6%	92,6%	50,7%	100,0%

Tabela B.15: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por ano e número de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Faixa etária do idoso com idade mais avançada da família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	não há idosos na família	54,2%	96,6%	45,4%	99,2%
	de 60 a 69 anos	45,8%	93,6%	46,2%	100,0%
	de 70 a 79 anos	47,7%	93,5%	39,7%	100,0%
	80 anos ou mais	43,1%	95,0%	44,4%	100,0%
2007	não há idosos na família	58,9%	94,9%	53,0%	97,1%
	de 60 a 69 anos	54,7%	93,3%	59,7%	93,5%
	de 70 a 79 anos	52,9%	90,6%	52,7%	97,3%
	80 anos ou mais	58,3%	93,7%	57,2%	95,1%
2012	não há idosos na família	56,8%	94,8%	46,2%	97,8%
	de 60 a 69 anos	51,6%	90,2%	34,8%	93,0%
	de 70 a 79 anos	47,6%	90,8%	42,8%	100,0%
	80 anos ou mais	45,1%	93,4%	44,5%	96,1%

Tabela B.16: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por faixa etária do idoso com idade mais avançada da família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Presença de idosos na família	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	não há idosos na família	54,2%	96,6%	45,4%	99,2%
	há idosos na família	45,7%	93,9%	42,9%	100,0%
2007	não há idosos na família	58,9%	94,9%	53,0%	97,1%
	há idosos na família	55,1%	92,5%	56,7%	95,2%
2012	não há idosos na família	56,8%	94,8%	46,2%	97,8%
	há idosos na família	48,2%	91,4%	41,6%	96,7%

Tabela B.17: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por ano e presença de idosos na família, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Horas semanais de trabalho	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	57,1%	94,6%	50,2%	97,8%
	o homem trabalha mais horas que a mulher	50,6%	97,5%	43,6%	99,5%
	o homem trabalha menos horas que a mulher	60,9%	95,6%	57,8%	98,0%
2007	o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	61,6%	93,3%	59,6%	94,8%
	o homem trabalha mais horas que a mulher	56,0%	95,8%	51,3%	97,7%
	o homem trabalha menos horas que a mulher	63,7%	93,9%	59,9%	94,4%
2012	o homem trabalha a mesma quantidade de horas que a mulher	58,0%	92,8%	46,4%	96,4%
	o homem trabalha mais horas que a mulher	53,7%	95,8%	45,0%	98,3%
	o homem trabalha menos horas que a mulher	62,1%	94,7%	52,8%	96,5%

Tabela B.18: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por ano e comparativo das horas semanais dedicadas em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

Ano	Horas semanais de afazer doméstico	Situação censitária Sexo			
		Urbano		Rural	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	o homem dedica a mesma quantidade de horas que a mulher	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	o homem dedica mais horas que a mulher	100,0%	85,5%	100,0%	88,9%
	o homem dedica menos horas que a mulher	51,0%	100,0%	43,9%	100,0%
2007	o homem dedica a mesma quantidade de horas que a mulher	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	o homem dedica mais horas que a mulher	100,0%	73,3%	100,0%	49,7%
	o homem dedica menos horas que a mulher	56,3%	100,0%	51,9%	100,0%
2012	o homem dedica a mesma quantidade de horas que a mulher	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	o homem dedica mais horas que a mulher	100,0%	79,0%	100,0%	62,5%
	o homem dedica menos horas que a mulher	53,7%	100,0%	44,8%	100,0%

Tabela B.19: Percentual de casais que executam afazer doméstico, por ano e comparativo das horas semanais dedicadas em afazer doméstico entre os membros do casal, segundo situação censitária do domicílio de residência e sexo. Brasil – 2002, 2007 e 2012.

Fonte: IBGE. PNADs 2002, 2007, 2012.

APÊNDICE C – PERFIS DOS CASAIS SEGUNDO ALGUMAS VARIÁVEIS

Situação censitária	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Urbano	185.403	293.259	2.284.019	3.677.825	7.869.737	643.606	14.953.849
Rural	21.477	13.062	195.800	652.612	2.221.824	50.115	3.154.890

Tabela C.1: Quantidade de casais, por situação censitária do domicílio de residência, segundo perfil. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Região do país	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Norte	15.623	17.548	149.020	224.775	473.407	48.191	928.564
Nordeste	33.439	54.377	362.337	659.864	1.737.033	152.742	2.999.792
Sudeste	89.563	140.225	1.076.389	1.725.578	3.697.695	293.483	7.022.933
Sul	34.044	55.528	514.559	778.161	1.239.887	84.657	2.706.836
Centro-Oeste	12.734	25.581	181.714	289.447	721.715	64.533	1.295.724
Total	185.403	293.259	2.284.019	3.677.825	7.869.737	643.606	14.953.849

Tabela C.2: Quantidade de casais, por grandes regiões do país, segundo perfil. Brasil, situação censitária urbana - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Região do país	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Norte	2.256	1.093	28.264	81.761	318.237	8.361	439.972
Nordeste	9.036	6.396	57.652	252.346	925.194	21.144	1.271.768
Sudeste	3.969	1.744	44.800	127.191	467.931	10.161	655.796
Sul	4.569	3.415	52.044	164.412	377.493	7.386	609.319
Centro-Oeste	1.647	414	13.040	26.902	132.969	3.063	178.035
Total	21.477	13.062	195.800	652.612	2.221.824	50.115	3.154.890

Tabela C.3: Quantidade de casais, por grandes regiões do país, segundo perfil. Brasil, situação censitária rural - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Classe de rendimento familiar per capita	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
classe 1	16.531	22.482	174.914	403.861	1.277.349	52.546	1.947.683
classe 2	32.415	53.816	416.367	779.000	1.748.954	81.357	3.111.909
classe 3	41.600	53.472	447.745	806.410	1.662.021	89.697	3.100.945
classe 4	39.254	76.091	592.511	886.141	1.723.002	119.297	3.436.296
classe 5	55.603	87.398	652.482	802.413	1.458.411	300.709	3.357.016
Total	185.403	293.259	2.284.019	3.677.825	7.869.737	643.606	14.953.849

Tabela C.4: Quantidade de casais, por classe de rendimento familiar per capita, segundo perfil. Brasil, situação censitária urbana - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Classe de rendimento familiar per capita	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
classe 1	9.776	4.513	65.477	322.313	1.245.241	27.845	1.675.165
classe 2	3.926	4.578	50.041	148.109	437.282	8.310	652.246
classe 3	3.861	1.246	31.757	81.692	259.937	6.225	384.718
classe 4	1.376	1.493	32.249	70.254	185.744	6.149	297.265
classe 5	2.538	1.232	16.276	30.244	93.620	1.586	145.496
Total	21.477	13.062	195.800	652.612	2.221.824	50.115	3.154.890

Tabela C.5: Quantidade de casais, por classe de rendimento familiar per capita, segundo perfil. Brasil, situação censitária rural - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Cor/raça do casal	perfil 1	perfil 2	perfil 3	perfil 4	perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
homem branco e mulher branca	80.336	105.014	964.839	1.416.725	2.698.374	313.406	5.578.694
homem branco e mulher preta	5.320	5.498	47.816	62.218	194.760	7.673	323.285
homem branco e mulher parda	13.921	33.663	230.785	414.032	937.151	57.929	1.687.481
homem preto e mulher branca	8.115	10.732	64.301	117.218	215.419	16.835	432.620
homem preto e mulher preta	5.006	8.843	53.179	118.488	255.914	13.638	455.068
homem preto e mulher parda	6.297	10.778	60.786	113.595	261.748	18.371	471.575
homem pardo e mulher branca	24.173	36.480	308.028	478.639	1.020.240	71.390	1.938.950
homem pardo e mulher preta	3.439	6.724	50.668	59.200	161.066	7.885	288.982
homem pardo e mulher parda	36.505	68.357	468.980	837.365	2.025.129	127.147	3.563.483
Total	183.112	286.089	2.249.382	3.617.480	7.769.801	634.274	14.740.138

Tabela C.6: Quantidade de casais, por cor/raça do casal, segundo perfil. Brasil, situação censitária urbana - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Cor/raça do casal	perfil 1	perfil 2	perfil 3	perfil 4	perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
homem branco e mulher branca	7.153	4.098	69.210	194.910	562.292	8.084	845.747
homem branco e mulher preta	-	-	1.884	5.799	27.094	792	35.569
homem branco e mulher parda	1.947	683	19.149	65.288	249.443	4.617	341.127
homem preto e mulher branca	-	617	3.846	9.972	32.072	412	46.919
homem preto e mulher preta	1.166	1.059	2.994	13.297	57.502	1.520	77.538
homem preto e mulher parda	563	397	3.330	17.804	76.083	3.522	101.699
homem pardo e mulher branca	3.264	2.590	27.818	79.288	256.246	4.436	373.642
homem pardo e mulher preta	-	486	8.078	16.313	50.217	-	75.094

homem pardo e mulher parda	7.384	2.820	56.552	243.399	885.962	25.805	1.221.922
Total	21.477	12.750	192.861	646.070	2.196.911	49.188	3.119.257

Tabela C.7: Quantidade de casais, por cor/raça do casal, segundo perfil. Brasil, situação censitária rural - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Número de filhos na família	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
nenhum filho	45.729	86.201	704.727	907.562	1.403.408	145.094	3.292.721
1 filho	63.700	91.966	746.210	1.233.539	2.618.633	190.610	4.944.658
2 filhos	50.866	75.821	575.931	1.055.930	2.508.824	211.149	4.478.521
3 filhos	18.231	27.448	200.775	358.299	940.104	77.047	1.621.904
4 filhos	4.771	7.342	40.039	88.402	269.101	10.815	420.470
5 filhos ou mais	2.106	4.481	16.337	34.093	129.667	8.891	195.575
Total	185.403	293.259	2.284.019	3.677.825	7.869.737	643.606	14.953.849

Tabela C.8: Quantidade de casais, por número de filhos na família, segundo perfil. Brasil, situação censitária urbana - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Número de filhos na família	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	Perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
nenhum filho	6.998	2.872	66.900	163.618	431.622	10.640	682.650
1 filho	3.822	5.901	56.833	185.606	596.691	8.467	857.320
2 filhos	6.760	1.975	45.669	162.042	596.044	14.624	827.114
3 filhos	2.622	1.567	16.765	85.935	331.284	10.229	448.402
4 filhos	1.088	747	4.399	29.181	152.269	590	188.274
5 filhos ou mais	187	-	5.234	26.230	113.914	5.565	151.130
Total	21.477	13.062	195.800	652.612	2.221.824	50.115	3.154.890

Tabela C.9: Quantidade de casais, por número de filhos na família, segundo perfil. Brasil, situação censitária rural - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Faixa etária do filho mais novo da família	perfil 1	perfil 2	perfil 3	perfil 4	perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Família sem filhos	45.729	86.201	704.727	907.562	1.403.408	145.094	3.292.721
de 0 a 4 anos	30.763	61.559	513.116	771.610	1.622.045	130.399	3.129.492
de 5 a 10 anos	40.719	60.222	458.200	846.479	1.815.549	131.220	3.352.389
de 11 a 14 anos	27.573	32.315	237.497	454.357	1.090.076	73.187	1.915.005
de 15 a 19 anos	20.868	24.793	202.123	373.147	1.037.112	72.788	1.730.831
de 20 a 24 anos	14.098	18.359	106.629	199.878	526.424	55.373	920.761
25 anos ou mais	5.653	9.810	61.727	124.792	375.123	35.545	612.650
Total	185.403	293.259	2.284.019	3.677.825	7.869.737	643.606	14.953.849

Tabela C.10: Quantidade de casais, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo perfil. Brasil, situação censitária urbana - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

Faixa etária do filho mais novo da família	perfil 1	perfil 2	perfil 3	perfil 4	perfil 5	o casal não se dedica ao AD	Total
Família sem filhos	6.998	2.872	66.900	163.618	431.622	10.640	682.650
de 0 a 4 anos	4.447	3.155	29.119	143.711	474.253	10.606	665.291
de 5 a 10 anos	5.085	2.111	43.801	163.698	565.869	10.929	791.493
de 11 a 14 anos	1.808	2.360	18.085	64.496	287.578	6.893	381.220
de 15 a 19 anos	1.300	1.365	19.177	68.682	246.088	6.814	343.426
de 20 a 24 anos		713	8.149	24.503	96.105	756	130.226
25 anos ou mais	1.839	486	10.569	23.904	120.309	3.477	160.584
Total	21.477	13.062	195.800	652.612	2.221.824	50.115	3.154.890

Tabela C.11: Quantidade de casais, por faixa etária do filho mais novo da família, segundo perfil. Brasil, situação censitária rural - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: AD é afazer doméstico.

APÊNDICE D – ANOVA DAS ANÁLISES DE CLUSTERS

Variável	Cluster		
	1	2	3
Rendimento familiar per capita	864,03	3.892,86	12.852,54
Número de componentes na família	3,5	2,9	2,6
Número de filhos na família	1,5	0,9	0,6
Número de idosos na família	0,02	0,02	0,01
Idade do homem	41,2	44,5	48,3
Idade da mulher	38,3	41,3	45,0
Anos de estudo do homem	9,4	13,9	15,1
Anos de estudo da mulher	10,3	14,4	15,1
Horas de trabalho do homem	44,6	45,0	48,3
Horas de trabalho da mulher	37,6	39,2	39,6
Horas de afazer doméstico do homem	10,1	8,3	8,3
Horas de afazer doméstico da mulher	23,0	16,6	14,0
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	0,45	0,46	0,45
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	0,81	0,76	0,78

Tabela D.1: Resultado da Análise de clusters para 3 grupos dos casais residentes em áreas urbanas e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Variável	Cluster		
	1	2	3
Rendimento familiar per capita	307,08	1.128,35	3.659,03
Número de componentes na família	4,0	2,9	2,5
Número de filhos na família	2,0	0,9	0,5
Número de idosos na família	0,02	0,04	0,03
Idade do homem	44,4	51,0	53,0
Idade da mulher	40,0	47,2	48,7
Anos de estudo do homem	4,8	6,7	9,3
Anos de estudo da mulher	6,2	7,8	10,2
Horas de trabalho do homem	42,1	46,2	49,2
Horas de trabalho da mulher	25,1	32,2	37,5
Horas de afazer doméstico do homem	9,3	8,6	8,7
Horas de afazer doméstico da mulher	28,8	27,0	26,9
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	0,36	0,40	0,42
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	0,89	0,85	0,83

Tabela D.2: Resultado da Análise de clusters para 3 grupos dos casais residentes em áreas rurais e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Variável	Cluster			
	1	2	3	4
Rendimento familiar per capita	725,99	2.442,73	6.220,35	16.656,08
Número de componentes na família	3,6	3,0	2,8	2,5
Número de filhos na família	1,6	1,0	0,8	0,5
Número de idosos na família	0,02	0,02	0,03	0,02
Idade do homem	41,0	43,4	45,6	49,4
Idade da mulher	38,0	40,3	42,2	45,4
Anos de estudo do homem	9,0	12,8	14,8	14,9
Anos de estudo da mulher	10,0	13,6	15,1	14,9
Horas de trabalho do homem	44,5	44,7	45,7	48,2
Horas de trabalho da mulher	37,4	39,4	39,5	40,2
Horas de afazer doméstico do homem	10,2	8,9	7,8	8,3
Horas de afazer doméstico da mulher	23,5	18,3	15,1	12,8
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	0,45	0,47	0,46	0,45
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	0,81	0,77	0,75	0,77

Tabela D.3: Resultado da Análise de clusters para 4 grupos dos casais residentes em áreas urbanas e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Variável	Cluster			
	1	2	3	4
Rendimento familiar per capita	242,54	795,72	1.977,87	6.005,54
Número de componentes na família	4,2	3,0	2,7	2,4
Número de filhos na família	2,2	1,0	0,7	0,4
Número de idosos na família	0,02	0,04	0,03	0,00
Idade do homem	43,3	50,5	50,6	51,3
Idade da mulher	38,7	46,8	46,9	47,8
Anos de estudo do homem	4,6	6,0	8,3	9,2
Anos de estudo da mulher	6,1	7,1	9,7	10,4
Horas de trabalho do homem	42,0	43,9	49,0	53,4
Horas de trabalho da mulher	24,4	29,9	36,5	38,4
Horas de afazer doméstico do homem	9,2	9,0	8,7	4,1
Horas de afazer doméstico da mulher	29,5	26,7	25,1	26,9
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	0,35	0,39	0,41	0,41
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	0,89	0,86	0,83	0,87

Tabela D.4: Resultado da Análise de clusters para 4 grupos dos casais residentes em áreas rurais e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Variável	Cluster				
	1	2	3	4	5
Rendimento familiar per capita	631,86	1.732,93	3.888,05	7.933,09	19.448,79
Número de componentes na família	3,7	3,0	2,9	2,8	2,5
Número de filhos na família	1,7	1,0	0,9	0,8	0,5
Número de idosos na família	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04
Idade do homem	40,7	43,0	44,4	46,2	51,8
Idade da mulher	37,8	39,8	41,3	42,8	47,5
Anos de estudo do homem	8,8	11,6	14,1	14,9	14,7
Anos de estudo da mulher	9,7	12,7	14,6	15,3	14,8
Horas de trabalho do homem	44,3	45,3	44,5	46,4	46,9
Horas de trabalho da mulher	37,1	39,8	39,3	39,5	38,8
Horas de afazer doméstico do homem	10,3	9,3	8,3	7,7	8,3
Horas de afazer doméstico da mulher	24,0	19,5	16,4	14,6	12,6
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	0,45	0,46	0,47	0,46	0,45
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	0,82	0,78	0,76	0,74	0,78

Tabela D.5: Resultado da Análise de clusters para 4 grupos dos casais residentes em áreas urbanas e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Variável	Cluster				
	1	2	3	4	5
Rendimento familiar per capita	193,70	592,54	1.216,14	2.453,18	6.502,45
Número de componentes na família	4,4	3,2	2,8	2,6	2,4
Número de filhos na família	2,4	1,2	0,8	0,6	0,4
Número de idosos na família	0,02	0,04	0,04	0,04	0,00
Idade do homem	42,6	48,7	50,1	53,3	51,8
Idade da mulher	38,0	44,7	46,8	49,1	47,9
Anos de estudo do homem	4,4	5,7	7,0	8,5	9,2
Anos de estudo da mulher	5,9	6,9	8,1	9,7	10,4
Horas de trabalho do homem	41,4	43,5	47,4	47,6	54,9
Horas de trabalho da mulher	23,6	28,7	33,2	36,6	37,5
Horas de afazer doméstico do homem	9,1	9,3	9,1	8,3	4,5
Horas de afazer doméstico da mulher	29,9	27,4	25,6	25,0	28,2
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	0,35	0,38	0,40	0,43	0,39
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	0,90	0,87	0,86	0,82	0,87

Tabela D.6: Resultado da Análise de clusters para 4 grupos dos casais residentes em áreas rurais e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Variável	Cluster		Erro		F	Sig.
	Quadrado Médio	gl	Quadrado Médio	gl		
Rendimento familiar per capita	4590126,856	1	0,667	14310241	6877531,963	,000
Número de componentes na família	1619872,342	1	0,858	14310241	1888411,262	,000
Número de filhos na família	1619872,342	1	0,858	14310241	1888411,262	,000
Número de idosos na família	21128,709	1	0,973	14310241	21713,964	,064
Idade do homem	140,754	1	0,994	14310241	141,555	,000
Idade da mulher	1262,129	1	1,001	14310241	1261,053	,000
Anos de estudo do homem	3425098,601	1	0,754	14310241	4545572,765	,000
Anos de estudo da mulher	3126925,888	1	0,77	14310241	4061778,474	,000
Horas de trabalho do homem	17331,82	1	0,999	14310241	17345,594	,000
Horas de trabalho da mulher	194895,142	1	0,979	14310241	199159,456	,000
Horas de afazer doméstico do homem	56583,537	1	0,951	14310241	59495,157	,000
Horas de afazer doméstico da mulher	1289393,612	1	0,892	14310241	1445914,467	,000
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	254988,542	1	0,984	14310241	259104,222	,000
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	936642,74	1	0,917	14310241	1021218,629	,000

Tabela D.7: ANOVA da Análise de clusters com 2 grupos dos casais residentes em áreas urbanas e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: gl é sigla para graus de liberdade.

Variável	Cluster		Erro		F	Sig.
	Quadrado Médio	gl	Quadrado Médio	gl		
Rendimento familiar per capita	1383753,99	1	0,528	3104773	2620447,426	,000
Número de componentes na família	224,307	1	0,958	3104773	234,085	,000
Número de filhos na família	224,307	1	0,958	3104773	234,085	,000
Número de idosos na família	2,488	1	0,03	3104773	83,517	,000
Idade do homem	1012,808	1	1,003	3104773	1010,052	,000
Idade da mulher	1246,241	1	1,008	3104773	1236,464	,000
Anos de estudo do homem	8184,524	1	0,993	3104773	8242,991	,000
Anos de estudo da mulher	3334,756	1	1	3104773	3336,233	,000
Horas de trabalho do homem	375,645	1	1,022	3104773	367,664	,000
Horas de trabalho da mulher	869,853	1	1,02	3104773	852,539	,000
Horas de afazer doméstico do homem	1110,212	1	0,984	3104773	1128,629	,000
Horas de afazer doméstico da mulher	165,358	1	0,992	3104773	166,714	,000
Taxa de participação feminina nas horas trabalhadas do casal	102,929	1	0,983	3104773	104,761	,000
Taxa de participação feminina no afazer doméstico do casal	1313,082	1	0,986	3104773	1332,066	,000

Tabela D.8: ANOVA da Análise de clusters com 2 grupos dos casais residentes em áreas rurais e em que pelo menos um dos membros realiza afazer doméstico. Brasil - 2012.

Fonte: IBGE. PNAD 2012.

Nota: gl é sigla para graus de liberdade.

MARIANA COUTINHO MAGNANI CARNEIRO - Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (2016). Licenciatura em Matemática (2020). Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009) e graduação em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (2003). Professora substituta na área de Estatística. Atuando em gestão de pesquisa e desenvolvimento, com ênfase em energia elétrica. Experiência em Estatística. Experiência em previdência, em especial tábuas de vida. Experiência estatística em pesquisa agropecuária. <https://lattes.cnpq.br/0570960713237046>

UMA ANÁLISE DOS
CASAIS
BRASILEIROS
SEGUNDO O AFAZER DOMÉSTICO

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



UMA ANÁLISE DOS
CASAIS
BRASILEIROS
SEGUNDO O AFAZER DOMÉSTICO

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

